



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 182/2026**

<b>ÍNDICE</b>		
<b>ITEM</b>	<b>CONTEÚDO</b>	<b>PÁGINA</b>
1	PREAMBULO	2
2	OBJETO	2
3	PRAZO	2
4	PREÇO ESTIMADO	2
5	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	4
6	DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS	4
7	CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO	4
8	PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)	4
9	VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO CERTAME	5
10	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS PELOS LICITANTES	5
11	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	7
12	ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	8
13	ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS	8
14	FORMULAÇÃO DE LANCES/P	8
15	CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS	9
16	NEGOCIAÇÃO DAS PROPOSTAS	11
17	CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO	11
18	DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO	12
19	RECURSOS	15
20	ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO	15
21	DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	16
22	DA FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA	16
23	NOTA DE EMPENHO	17
24	SUBCONTRATAÇÃO	17
25	CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	17
26	REAJUSTAMENTO DE PREÇOS	18
27	FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL	19
28	EXECUÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO	20
29	SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	21
30	GARANTIA CONTRATUAL	22
31	ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO DA LICITAÇÃO	24
32	CUMPRIMENTO DA LEI FEDERAL Nº 13.709/2018 (LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD)	24
33	IMPUGNAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO	24
34	DISPOSIÇÕES FINAIS	25
35	DOCUMENTAÇÃO FORNECIDA EM ANEXO	26
36	FORO	26
<b>ANEXOS</b>		
I	TERMO DE REFERÊNCIA	27
II	MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS	67
III	ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	69
IV	SOLICITAÇÃO DE INCLUSÃO EM CADASTRO DE RESERVA	77
V	MINUTA CONTRATUAL	78
VI	MODELO DE FIANÇA BANCÁRIA	89
VIII	ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR -ETP	90



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

**1. PREAMBULO**

1.1. O Município de Casimiro de Abreu, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, para **REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, critério de julgamento **MENOR PREÇO**, adjudicação **GLOBAL**, sob o regime de **EXECUÇÃO INDIRETA** de **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, Modo de Disputa **ABERTO**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Municipal nº 2.384/2023, Lei Complementar Federal nº 123/06, Decreto Municipal nº 3.335/2023, Decreto Municipal 3393/2024 e Decreto Municipal 2718/2022 e suas alterações posteriores.

1.2. **Data da sessão: 11/06/2026**

1.3. **Horário: 09:30 horas (Horário de Brasília)**

1.4. Local: Portal Oficial do Município de Casimiro de Abreu (<http://www.casimirodeabreu.rj.gov.br> ou <http://governo.casimirodeabreu.rj.gov.br>), no Jornal Oficial do Município de Casimiro de Abreu e no Portal de Compras do Governo Federal: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

1.5. **Órgão Gerenciador: Fundo Municipal de Assistência Social**

1.6. **UASG: 928206;**

1.7. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

**2. OBJETO**

2.1. O objeto da presente licitação é a prestação do serviço terceirizados, de natureza contínua, com DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA (DEMO), voltados ao apoio administrativo e operacional (atividades-meio), afim de suprir a necessidade de interesse público identificada no âmbito das unidades socioassistenciais no atendimento aos assistidos e acolhidos pelos equipamentos, atividades, programas e projetos enquadrados nas políticas do SUAS | Sistema Único de Assistência Social, operados com recursos do FMAS | Fundo Municipal de Assistência Social, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2.1.1. A licitação será realizada em grupo único, formados por 03 itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2.2. O Município de Casimiro de Abreu não se obriga a adquirir os itens relacionados dos licitantes vencedores, nas quantidades indicadas no TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I deste edital, podendo até realizar licitação específica para aquisição de um ou de mais itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência, respeitada a legislação relativa às licitações.

2.3. No caso de divergência entre a especificação contida neste edital e no Sistema Comprasnet SIASG, prevalecerá a descrita neste edital.

**3. PRAZO**

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços é de 1 (um) ano, contado a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, durante o qual os licitantes que tenham os seus preços registrados poderão ser convidados a firmar as contratações, observadas as condições fixadas no edital e nas normas pertinentes, conforme item 21.2 deste Edital.

3.1.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e os preços permanecem vantajosos, nos moldes do inciso X, do artigo 26, Decreto 3.393/2024.

3.2. O prazo de vigência da contratação é de até de 12 (doze) meses, contado a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogado, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.3. O prazo para execução do serviço será de 15 (quinze) dias, a contar da Ordem de Execução de Serviço.

**4. PREÇO ESTIMADO**

4.1. O preço total estimado da presente licitação é R\$ 2.414.788,80 (Dois milhões, quatrocentos e quatorze mil, setecentos e oitenta e oito reais e oitenta centavos), conforme MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS – ANEXO II deste Edital.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇO REFERENCIAL ESTIMADO								
PESQUISA DE MERCADO / BANCO DE PREÇOS								
		EMPRESAS						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	A	B	C	D	E	F	G
1	Cuidador Institucional. Regime de Escala 24hX72h.	4.500,00	4.550,00	4.300,00	4.650,00	6.502,55		
2	Auxiliar de Cuidador Institucional. Regime de Escala 24hX72h.					5.937,45	4.121,56	3.700,00
3	Orientador Social 40h semanais.			4.050,00		5.937,45		

EMPRESAS						ESTIMATIVA			
ITEM	H	I	J	K	L	BANCO DE PREÇOS	PREÇO FINAL DE REFERÊNCIA	QUANT. MENSAL	TOTAL ESTIMADO 12 MESES
1						4.500,00	R\$ 4.500,00	192,00	R\$ 864.000,00
2	R\$ 3.815,00	R\$ 4.045,70				4.045,70	R\$ 4.045,70	144,00	R\$ 582.580,80
3			4.245,00	3.920,89	3.920,89	4.034,20	R\$ 4.034,20	240,00	R\$ 968.208
							TOTAL ESTIMADO		R\$ 2.414.788,80

4.2. O valor descrito acima constitui mera estimativa, não se obrigando o Município de Casimiro de Abreu a utilizá-lo integralmente.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

**5. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

5.1. As despesas oriundas deste Edital correrão por conta dos recursos orçamentários, conforme abaixo:

SECRETARIA	PROGRAMA DE TRABALHO	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR
Fundo Municipal de Assistência Social	07.07.08.122.0010.2700	3.3.90.39.99.00.00.00	R\$ 2.414.788,80

**6. DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS**

6.1. As propostas devem indicar o preço líquido unitário, em moeda nacional. No referido preço deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação; ou, ainda, despesas com transporte ou terceiros, que correrão por conta do licitante vencedor.

**7. CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO**

7.1. Poderão participar deste pregão **quaisquer** empresas que:

7.1.1. Estejam previamente credenciadas no sistema eletrônico, por meio do sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br);

7.1.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema, bem como deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções dos gestores do Sistema Comprasnet SIASG para sua correta utilização;

7.1.2. Estejam legalmente estabelecidas e especializadas na atividade pertinente ao objeto deste pregão, devendo ser comprovado pelo contrato social;

7.1.3. Declarem, em campo próprio do sistema eletrônico, que possuem os documentos necessários de habilitação previstos neste edital, sendo que a declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e à proposta comercial sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital.

7.2. No momento de inserção da proposta no Sistema Comprasnet SIASG, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema informatizado, que firmou a Declaração de Elaboração Independente de Proposta.

7.3. O licitante que se enquadrar como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual (MEI) deverá declarar, no momento de inserção de sua proposta, junto ao sistema eletrônico, que cumpre os requisitos previstos na Lei Complementar nº 123/2006.

7.4. O licitante, ou grupo, suas filiais ou empresas que fazem parte de um grupo econômico ou financeiro, somente poderá apresentar uma única proposta de preços. Caso um licitante participe em mais de uma proposta de preços, estas propostas não serão levadas em consideração e serão rejeitadas.

7.4.1. Para tais efeitos entende-se que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, as empresas que tenham diretores, acionistas (com participação em mais de 5%), ou representantes legais comuns, e aqueles que dependam ou subsidiem econômica ou financeiramente a outra empresa.

7.5. É vedada a participação em consórcio na forma do Art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

7.6. Fica vedada a participação de cooperativa na forma Art. 16 da Lei nº 14.133/2021:

**8. PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)**

8.1. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato ou retirada de nota de empenho, no entanto, por ocasião da participação neste certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para tanto, mesmo que esta apresente alguma restrição;

8.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista exigida neste edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte adjudicatária deste certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período,



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

8.2.1. A prorrogação do prazo para a regularização fiscal dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido ao Pregoeiro, para a regularização da documentação;

8.2.2. Não havendo fundamentação plausível, o pedido de prorrogação do prazo para a regularização fiscal será negado;

8.3. A falta de regularização da documentação no prazo previsto neste edital implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para celebrar a contratação, na ordem de classificação, cancelar o item ou revogar a licitação.

**9. VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO CERTAME**

9.1. Não poderão participar desta licitação pessoas físicas ou jurídicas:

9.1.1. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

9.1.1.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

9.1.2. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

9.1.3. Empresas em consórcio;

9.1.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

9.1.4.1. O impedimento será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

9.1.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

9.1.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

9.1.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

9.1.8. Sociedades empresárias que estiverem em recuperação judicial, recuperação extrajudicial, em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação judicial ou extrajudicial;

9.1.8.1. Será permitida a participação de empresa em recuperação judicial com plano de recuperação homologado pela autoridade judiciária competente, visto que nesse contexto há plausibilidade de capacidade econômico-financeira, devendo, então, demonstrar-se além da referida homologação judicial os demais requisitos para habilitação econômico-financeira.

9.1.9. Que tenham entre seus sócios o Prefeito, seus auxiliares diretos, Vice-Prefeito ou Vereadores, bem como as pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção, subsistindo a proibição até 06 (seis) meses após findas as respectivas funções, nos termos do artigo 98 da Lei Orgânica do Município de Casimiro de Abreu.

9.1.10. Será considerado comportamento inidôneo, o comparecimento na licitação do interessado que se apresente para participar do procedimento licitatório e esteja enquadrado nas hipóteses dos impedimentos e vedações aqui elencados.



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

**10. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

10.1. Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

10.1.1. A etapa de que trata o **item 10.1** será encerrada com a abertura da sessão pública.

10.1.2. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e serão exigidos os documentos relativos à regularidade fiscal, em qualquer caso, somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado, conforme item **16.6** e pelos mesmos meios definidos no item **10.1**.

10.1.3. Havendo aceitação da proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade de preço, o pregoeiro solicitará da respectiva licitante o encaminhamento dos documentos de habilitação.

10.2. O envio da proposta e dos documentos de habilitação, nos termos do disposto no **item 10.1**, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

10.3. No momento de inserção da proposta, a licitante deverá registrar correlatamente as seguintes situações:

10.3.1.1. Manifestar, em campo próprio do sistema informatizado, que firmou a Declaração de Elaboração Independente de Proposta;

10.3.1.2. Declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências desse Edital e do Termo de Referência;

10.3.1.3. Declarar, em campo próprio do Sistema, sob pena de inabilitação, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos;

10.3.1.4. Declarar em campo próprio do sistema eletrônico, caso esteja enquadrada na condição de microempresas (ME) ou empresas de pequeno porte (EPP), que ostenta os requisitos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei com observância do §1º do artigo 4º da Lei Federal 14.133/21.

10.3.1.5. Declarar em campo próprio do sistema eletrônico, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

10.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas no edital.

10.5. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

10.6. Na etapa de apresentação da proposta, observado o disposto no **item 10.1**, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de que trata o **item 16 do edital**.

**10.7. No prazo estabelecido no item 17.7 deverá ser apresentada pelo licitante, além da proposta readequada (Anexo II do Edital), as Planilhas de Custos e Formação de Preços conforme as planilhas do Anexos III do Termo de Referência, de acordo com o último preço ofertado;**

10.8. A proposta deverá ser inserida no Sistema Comprasnet SIASG no momento do registro dos valores, no campo próprio, e a licitante deverá consignar de forma expressa:

10.8.1. Que compreende a descrição dos produtos ofertados, os preços unitários e totais dos itens para os quais pretende oferecer proposta, de acordo com o termo de referência – **anexo I** deste edital;

10.8.2. Que a proposta formulada está compatível com o edital e seus anexos;

10.8.3. O prazo de execução dos serviços, contados do recebimento da solicitação do Município de Casimiro de Abreu;





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

10.8.4. O prazo de validade da proposta comercial, que será de 90 (Noventa) dias, contados da data da abertura da sessão pública.

10.9. Se por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, e caso persista o interesse do Município de Casimiro de Abreu, este poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.

10.10. A licitante que apresentar proposta incompatível com as especificações editalícias será desclassificada e não participará da etapa de lances.

10.11. Qualquer elemento que possa identificar a licitante, antes da etapa de lances, importa a desclassificação de sua proposta.

**11. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

11.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

11.1.1. valor unitário ou desconto..... (mensal, unitário etc., conforme o caso) e ..... (anual, total) do item;

11.1.2. Marca (Exceto em caso de prestação de serviço);

11.1.3. Fabricante (Exceto em caso de prestação de serviço);

11.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo de 100% dos Itens

11.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

11.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

11.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

11.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

11.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

11.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**11.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.**

11.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

11.8.1. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas municipais, quando participarem de licitações públicas;

11.8.2. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos na Tabela de Itens do Termo de Referência (Anexo I deste Edital)



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

11.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

11.10. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

11.11. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

**12. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

12.1. A abertura da sessão pública deste PREGÃO ELETRÔNICO, conduzida pelo pregoeiro, ocorrerá na data e hora indicadas no preâmbulo deste edital, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/> ou [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

12.2. A comunicação entre o pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (chat).

12.3. Cabe à licitante acompanhar as operações e convocações durante a sessão pública até o encerramento definitivo no sistema eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

**12.4. A ausência de resposta num prazo máximo de 15 minutos poderá acarretar em desclassificação da Proposta ou Inabilitação da empresa, a depender da fase da ocorrência, ficando sua prorrogação a critério do pregoeiro.**

**13. ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS**

13.1. Como critério para a análise da conformidade das propostas serão observados os requisitos do termo de referência – **anexo I** e do modelo de proposta de preços – **anexo II** deste edital.

13.1.1. Somente na ausência de informações na proposta preenchida no comprasgov, será exigido o modelo de proposta de preços do Anexo II.

13.1.2. É exigido dos licitantes, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, mediante preenchimento em campo próprio do sistema ou, na sua falta, na forma do anexo II deste edital.

13.2. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital.

13.3. Somente as licitantes com propostas aceitas participarão da fase de lances.

13.4. Como critério de julgamento das propostas, será adotado o **MENOR PREÇO POR POR GLOBAL**, sob o regime de **EXECUÇÃO INDIRETA** de **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**

13.5. Como critério de aceitabilidade de preços das propostas serão adotados os preços unitários estimados, ou seja, após a fase de lances não serão aceitas propostas cujo(s) preço(s) unitário(s) seja(m) superior(es) ao(s) estimado(s) no termo de referência – **anexo I** deste edital.

**14. FORMULAÇÃO DE LANCES**

14.1. Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, para os itens que pretende participar, sendo imediatamente informadas do recebimento e respectivo horário de registro e valor.

14.2. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, não sendo aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema.

14.3. A licitante somente poderá ofertar lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

14.3.1. A licitante poderá, ainda, apresentar lances iguais ou superiores ao lance melhor classificado, desde que inferiores ao último lance dado pela própria licitante.

14.4. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 0,01 (um centavo de real).

14.5. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da ofertante.

14.6. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

14.7. Durante a fase de lances, o pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor for considerado inexequível.

14.7.1. Considerar-se-á inexequível na fase de lances os valores aparentemente irrisórios ou com erros de digitação.

14.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

14.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

14.9.1. A etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

14.9.2. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata os itens 13.9 e 13.9.1, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

14.9.3. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nos itens 13.9 e 13.9.1, a sessão pública será encerrada automaticamente.

14.9.4. Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), será admitido o reinício da disputa aberta, nos termos estabelecidos no instrumento convocatório, para a definição das demais colocações.(Art. 56, § 4º da Lei 14.133/2021)

14.9.5. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto nos itens 13.9 e 13.9.1, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

**15. CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

15.1. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte até 5% (cinco por cento) superior ao preço da melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

15.1.1. A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contado do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicado em seu favor o objeto deste pregão;

15.1.2. Não tendo apresentado oferta inferior ao menor valor da etapa de lances, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma do subitem anterior, o sistema, de forma automática, convocará as licitantes remanescentes que porventura se encontrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

15.1.3. Na hipótese da não contratação nos termos previstos na condição anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente mais bem classificada, cumpridos os demais requisitos estabelecidos no instrumento convocatório.

15.2. Serão desclassificadas as propostas que:



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

- 15.2.1. Contiverem vícios insanáveis;
- 15.2.2. Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- 15.2.3. Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- 15.2.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração, por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão;
- 15.2.5. Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.
- 15.3. O Pregoeiro verificará a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar com o objeto licitado e a compatibilidade de seu preço final, inclusive dos valores unitários, com a estimativa prevista para a contratação.
- 15.3.1. Constatado indício de inexequibilidade, o Pregoeiro concederá ao licitante prazo de 2 (duas) horas, contado da intimação, para apresentar documentação comprobatória da viabilidade do preço ofertado, nos termos do art. 59, §2º da Lei nº 14.133/2021.
- 15.3.2. Serão consideradas potencialmente inexequíveis as propostas cujos valores unitários forem inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, na conformidade da tabela de itens do Anexo I.
- 15.3.2.1. Na hipótese de que trata o item anterior, a inexequibilidade somente será considerada após diligência efetuada pelo Pregoeiro que resulte comprovação de que:
- I. o custo da licitante ultrapassa o valor da proposta; e
  - II. inexistem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 15.3.2.2. Para a demonstração da exequibilidade, poderão ser aceitos, entre outros:
- a) notas fiscais recentes de aquisição de bens;
  - b) contratos de fornecimento ou de prestação de serviços;
  - c) propostas ou contratos de fornecedores que sustentem o preço ofertado;
  - d) tabelas oficiais de fabricantes, distribuidores ou associações de classe;
  - e) demonstrativo de composição de preços, com memória de cálculo dos custos diretos, indiretos, tributos, lucro e demais despesas.
- 15.3.2.2.1. O Pregoeiro poderá admitir outros documentos que considerar idôneos para comprovação da exequibilidade, mesmo que não constem do rol acima
- 15.3.2.3. Preferencialmente, os documentos deverão ter sido emitidos nos últimos 12 (doze) meses, contados da abertura do certame, admitindo-se outros desde que comprovem a compatibilidade de mercado. O Pregoeiro poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação, observado o disposto no art. 55 da Lei nº 9.784/99.
- 15.3.2.4. O pregoeiro poderá solicitar parecer técnico de funcionários pertencentes ao quadro de profissionais Técnicos da secretaria solicitante da PMCA, para orientar sua decisão.
- 15.3.2.5. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital, a licitante será considerada classificada.
- 15.3.2.6. Será desclassificada a proposta que descumprir cláusula, termo, condição ou especificação estabelecida neste edital que seja impeditiva para a contratação. A decisão, fundamentada e registrada no sistema, será tomada nos termos do art. 50 da Lei nº 14.133/1999.
- 15.3.3. Confirmada a inexequibilidade, será convocado o próximo licitante classificado, observada a ordem de classificação.
- 15.3.4. O licitante que, reiteradamente, apresentar propostas inexequíveis sem comprovar sua viabilidade, poderá ser sancionado nos termos do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, inclusive com aplicação de multa entre 0,5% (meio por cento) e 15% (quinze por cento) do valor estimado do item, sem prejuízo de outras



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

penalidades cabíveis.

15.4. A verificação da conformidade das propostas será feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

15.5. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

15.6. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

15.6.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

15.6.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

15.6.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

15.6.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

15.7. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

15.7.1. Empresas estabelecidas no território do Estado do Rio de Janeiro;

15.7.2. Empresas brasileiras;

15.7.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

15.7.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

**16. NEGOCIAÇÃO DAS PROPOSTAS**

16.1. Após o encerramento da etapa de lances, concedido o benefício às microempresas e empresas de pequeno porte, de que trata o artigo 44 da Lei Complementar nº 123/06, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida a melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

16.2. A negociação será realizada por meio do sistema Comprasnet SIASG, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

16.3. O pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço com o valor estimado para a contratação.

16.4. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

16.5. O pregoeiro poderá solicitar parecer técnico de funcionários pertencentes ao quadro de pessoal do Município de Casimiro de Abreu para orientar sua decisão.

16.6. Havendo aceitação da proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade de preço, o pregoeiro solicitará da respectiva licitante o encaminhamento dos documentos de habilitação.

16.7. Se a proposta não for aceitável, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

16.8. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital, a licitante será considerada classificada.

16.9. Definido o resultado do julgamento, a Administração poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado.

16.10. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

16.11. A negociação será conduzida pelo pregoeiro, e, depois de concluída, terá seu resultado divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

**17. CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO**

17.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante classificado em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto a existência de sanção que impeça a participação no certame ou na futura participação, mediante consulta ao:

17.1.1. Sicaf (<https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/consultass>), a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021;

17.1.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico [www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

17.1.3. Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>;

17.1.4. Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), no endereço eletrônico <https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>;

17.2. Efetuada a verificação referente aos itens acima, o Pregoeiro convocará os documentos exigidos para habilitação e, quando solicitada, o envio da proposta;

17.3. Poderá ser consultada a documentação de habilitação faltante, das licitantes, por meio do SICAF, com base nos documentos por ele abrangidos, e por meio da documentação especificada neste edital;

17.4. Os documentos exigidos para habilitação e o envio da proposta, quando solicitado, deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo mínimo de 02 (duas) horas, prorrogável uma única vez por igual período, desde que solicitado pelo licitante, contado da convocação efetuada no sistema;

17.5. Excepcionalmente, quando necessário à confirmação da veracidade dos documentos enviados eletronicamente, o pregoeiro poderá solicitar o encaminhamento dos documentos em original ou cópia autenticada, a serem enviados pelo licitante no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a contar da data da solicitação, aos cuidados da Comissão Permanente de Licitações, informando o número do pregão; O endereço para envio da documentação é: Rua Mário Costa, n.º 593, Vale das Palmeiras, Casimiro de Abreu RJ, CEP: 28.860-000.

17.6. A documentação deverá ter validade na data estabelecida no preâmbulo deste edital para a abertura da sessão. As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios ou, inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

**17.7. No prazo de 48 (quarenta e oito) horas, o licitante melhor classificado deverá apresentar, exclusivamente por meio do sistema, a proposta readequada (Anexo II do Edital) e as Planilhas de Custos e Formação de Preços constantes do Anexo III, do Termo de Referência, devidamente preenchidas de acordo com o último lance ofertado;**

**18. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

18.1. A documentação relativa à **capacidade jurídica** consistirá em:

18.1.1. Cédula de identidade, no caso de licitante pessoa física, acompanhado do número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou documento que comprove tal condição;

18.1.2. Registro comercial, no caso de licitante empresário individual;

18.1.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas alterações, devidamente registrado, no caso de licitante sociedade empresária e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

18.1.4. Inscrição do ato constitutivo no caso de licitante sociedade civil, acompanhado de prova de registro de ata de eleição da diretoria em exercício;

18.1.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

18.1.6. No caso de participação de profissionais organizados em cooperativa, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

18.1.6.1. Ata de fundação, com o uso obrigatório da expressão “Cooperativa de Trabalho” na denominação social da cooperativa;

18.1.6.2. Estatuto (com ata da assembleia de aprovação);

18.1.6.3. Regimento interno (com ata da aprovação);

18.1.6.4. Regimento dos fundos (com ata de aprovação);

18.1.6.5. Edital de convocação de assembleia geral e ata em que foram eleitos os dirigentes e conselheiros;

18.1.6.6. Registro da presença dos cooperados em assembleias gerais;

18.1.6.7. Ata da sessão em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto deste certame, se vencedora;

18.1.6.8. Relação dos cooperados que executarão o objeto, acompanhada dos documentos comprobatórios da data de ingresso de cada qual na cooperativa;

18.1.6.9. Ata da sessão em que os cooperados elegeram comissão ou cooperado para realizar a coordenação da prestação de serviços realizada fora do estabelecimento da cooperativa, com mandato nunca superior a 1 (um) ano ou, no máximo, com prazo estipulado para a contratação, com a definição dos requisitos para a sua consecução, os valores contratados e a retribuição pecuniária de cada sócio partícipe.

18.1.6.10. Não será admitida participação de cooperativas de trabalho:

18.1.6.10.1. Fornecedoras de mão de obra, ou que realizam intermediação de mão de obra subordinada, mas apenas as prestadoras de serviços por intermédio dos próprios cooperados; ou;

18.1.6.10.2. Cujos atos constitutivos não definam com precisão a natureza dos serviços que se propõem a prestar.

18.1.6.11. Presumir-se-á intermediação de mão de obra subordinada a relação contratual estabelecida entre a empresa contratante e as Cooperativas de Trabalho que não cumprirem o disposto no item 17 deste Edital.

18.1.6.12. A constituição ou utilização de Cooperativa de Trabalho para fraudar deliberadamente a legislação trabalhista, previdenciária e o disposto neste Edital acarretará aos responsáveis as sanções cíveis e administrativas cabíveis.

18.2. A documentação relativa à **qualificação técnica** consistirá em:

18.2.1. Certidões ou atestados, expedidos por entidades da Administração Pública ou pessoa jurídica de direito privado, que demonstrem a prestação de serviços similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

18.2.1.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.

18.2.1.2. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

18.2.1.3. Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os critérios de avaliação previstos no artigo 67, §10, I e II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.3. A documentação relativa à **qualificação econômico-financeira** consistirá em:

18.3.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, acompanhados da cópia do Termo de Abertura e Encerramento do livro





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

em que se acha transcrito, que comprovem a boa situação financeira da empresa, o qual deverá estar devidamente registrado na Junta comercial ou no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas da sede ou domicílio da empresa, ou ainda, pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED). Vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.

18.3.2. O Balanço a que se refere o subitem anterior deverá vir acompanhado de quadro demonstrativo assinado pelo representante legal da licitante e por contador e/ou técnico em contabilidade registrado no Conselho Regional de Contabilidade, em que sejam nomeados os valores do ativo circulante(AC), do realizável a longo prazo(RLP), do passivo circulante(PC) e do passivo não circulante(PNC), de modo a possibilitar a avaliação da situação financeira da proponente, calculada a partir da aplicação das seguintes fórmulas:

- a) Índices de Liquidez Geral ILG =  $(AC + RLP) / (PC + PNC)$
- b) Índices de Liquidez Corrente ILC =  $AC / PC$
- c) Solvência Geral SG =  $AT / (PC + PNC)$

Onde:

AC = Ativo Circulante  
AT = Ativo Total  
PC = Passivo Circulante  
RLP = Realizável a Longo Prazo  
PNC = Passivo Não Circulante

18.3.3. Serão inabilitadas as licitantes cujos índices<sup>1</sup> apurados não atenderem às seguintes condições:

- 18.3.3.1. Índice de Liquidez Geral > 1,00
- 18.3.3.2. Índice de Liquidez Corrente > 1,00
- 18.3.3.3. Solvência Geral > 1,00

18.3.4. Comprovação de possuir a empresa licitante, Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social, de acordo com o disposto na alínea b do item 11.1 do Anexo VII-A da IN-05/2017.

18.3.5. Comprovação de possuir a empresa licitante, patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta, de acordo com o disposto na alínea c do item 11.1 do Anexo VII-A da IN-05/2017.

18.3.6. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

18.3.7. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida pelo distribuidor do domicílio da pessoa física, emitida nos últimos 90 (noventa) dias da data da licitação, exceto quando dela constar o prazo de validade.

18.4. A documentação relativa à **regularidade fiscal, social e trabalhista** consistirá em:

18.4.1. Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

18.4.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

18.4.3. **Prova de regularidade com a Fazenda Federal**, consistente na apresentação da certidão negativa de débitos ou certidão positiva com efeito de negativa relativa a tributos e **contribuições federais, dívida ativa da União e regularidade com os encargos sociais instituídos por lei, na forma da legislação específica;**

18.4.4. Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual, **inclusive Dívida Ativa**, relativos aos tributos de ICMS, da sede do licitante;

18.4.5. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante.

18.4.5.1. A prova de regularidade com a Fazenda Municipal deverá constar regularidade com ISS e Taxas.

18.4.6. Prova de Regularidade (CRF) com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviços – FGTS, na forma da legislação específica;

18.4.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Trabalhistas em nome do interessado com os mesmos efeitos da CNDT, na forma da legislação específica.

18.5. As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo Federal.

18.6. Quanto à forma de apresentação dos documentos de habilitação, exigir-se-á o seguinte:

18.6.1. Se a licitante for matriz, todos os documentos devem estar em nome da matriz;

18.6.2. Se a licitante for filial, podem ser apresentados documentos que, comprovadamente e pela sua própria natureza, sejam emitidos em nome da matriz;

18.6.3. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

18.6.3.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

18.6.3.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

18.6.4. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

18.7. Será(ão) inabilitada(s) a(s) licitante(s) que deixar(em) de apresentar qualquer documento relativo à habilitação ou apresentá-lo com prazo de validade vencido.

18.8. Fica facultada à Administração, consultar os sites para certificar a autenticidade dos documentos emitidos/apresentados.

18.9. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências de habilitação e ficarão autorizadas a substituir, quando exigidos, os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

## **19. RECURSOS**

19.1. Dos atos de julgamento das propostas, de habilitação ou de inabilitação e de anulação ou de revogação da licitação, caberá recurso, nos termos do artigo 165, I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

19.2. A intenção de recorrer dos atos de julgamento deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

19.2.1. Será concedido prazo de 10 (dez) minutos, para que os licitantes manifestem sua intenção de recorrer, em campo próprio do sistema, nos termos do artigo 165, I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

19.2.2. Nos casos de anulação ou de revogação da licitação, o termo inicial para a contagem do prazo recursal é a data da publicação da decisão no Jornal Oficial do Município.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

19.3. A apreciação do recurso dar-se-á em fase única.

19.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação ao Ordenador de Despesas do órgão gestor da contratação, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

19.5. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

19.6. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de divulgação da interposição do recurso.

19.7. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

19.8. Os itens para os quais não for interposto recurso poderão ser desde logo adjudicados.

**20. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

20.1. Declarada a vencedora (s) do certame, o resultado da licitação será submetido à **autoridade competente da Fundo Municipal de Assistência Social** (ordenador de despesas) para o procedimento de adjudicação e homologação da licitação.

**21. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

21.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

21.2. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços é de 1 (um) ano, contado a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que haja previsão expressa na própria ata e que seja comprovado que as condições e os preços permaneçam vantajosos.

21.3. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

21.4. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

21.5. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

21.6. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

21.7. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

21.8. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas neste edital e na legislação vigente, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

**22. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

22.1. Após a fase recursal, os proponentes serão convocados para reduzir seus preços ao valor da proposta do proponente melhor classificado, ocasião na qual será oportunizada a formação de eventual cadastro de reserva.

22.1.1. Os licitantes interessados em participar do Cadastro de Reserva deverão encaminhar através do e-mail [licitacao@casimirodeabreu.rj.gov.br](mailto:licitacao@casimirodeabreu.rj.gov.br), no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da convocação do Pregoeiro, a solicitação de inclusão dos itens aos quais o Proponente Desejar, Conforme Formulário de



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

Solicitação de Inclusão em Cadastro de Reserva (Anexo nº IV) nas condições previstas no item 22.1;

22.2. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

22.2.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

22.2.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

22.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

22.3.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

22.3.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

22.4. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

22.4.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

22.4.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas no § 4º do art. 42 e no art. 43, 45 e 46 do Decreto Municipal nº 3393/2024.

22.5. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

22.5.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

22.5.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

**23. NOTA DE EMPENHO**

23.1. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou entidade interessado por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

23.2. Os contratos decorrentes de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124, da Lei nº 14.133, de 2021.

23.3. O contrato ou instrumento equivalente deverá ser assinado dentro do prazo de validade da ata.

23.4. Antes de formalizar o contrato ou instrumento equivalente, a Administração deverá consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

23.4.1.1. A Administração convocará regularmente o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e nas condições estabelecidas no edital de licitação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

23.4.1.2. O licitante vencedor terá um prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos para assinatura da Nota de Empenho e/ou Contrato e/ou Instrumento equivalente, a contar de sua convocação.

23.4.1.3. O prazo poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada e desde que o motivo apresentado seja aceito pelo órgão gestor da contratação.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

23.5. Em havendo documentação vencida, o **Município de Casimiro de Abreu** notificará a empresa vencedora, para que, no prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados da notificação, apresente a documentação atualizada.

23.6. Caso o licitante não assine o termo de contrato ou não aceite ou não retire o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, a Administração deverá observar o que estabelecem os itens 22 e 23 deste edital.

23.7. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta, se exigida, em favor do órgão ou entidade licitante.

**24. SUBCONTRATAÇÃO**

24.1. Não será permitida a subcontratação parcial do objeto.

**25. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

25.1. Os pagamentos serão efetuados pelo **Município de Casimiro de Abreu**, em moeda corrente nacional, **em 30 dias**, contados da emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos materiais/serviços, na forma do item 28.

25.2. Para execução do pagamento, a contratada deverá emitir nota fiscal correspondente à sede ou filial que apresentou a documentação na fase de habilitação, sem emendas, rasuras ou borrões, legível e em nome do **Município de Casimiro de Abreu**.

25.3. O **Município de Casimiro de Abreu** efetuará o pagamento mediante crédito em conta-corrente da contratada, em parcelas, à medida que o objeto for executado, até o 30º (trigésimo) dia consecutivo, a contar da atestação da nota fiscal/fatura apresentada, verificado o recebimento do objeto contratual e cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas, bem como observadas as condições estabelecidas no termo de referência – Anexo I do edital e a ordem cronológica prevista no artigo 141 da Lei Federal 14.133/21.

25.4. A Contratada não poderá suspender o cumprimento de suas obrigações, à exceção do disposto no artigo 137, §2º, IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo tolerar possíveis atrasos de pagamento.

25.5. Ocorrendo atraso no pagamento das obrigações e desde que este atraso decorra de culpa do Município, o valor devido será acrescido de 0,1% (um décimo por cento) a título de multa, além de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.

25.5.1. A contratante estará eximida de cumprir os itens relativos às compensações financeiras nos casos em que a contratada houver concorrido direta ou indiretamente para a ocorrência do atraso.

25.6. O pagamento da multa e da compensação financeira a que se refere o subitem anterior será efetivado mediante a autorização expressa da Secretaria Municipal de Fazenda, em processo próprio, que se iniciará com requerimento da licitante contratada dirigido ao Secretário(a) Municipal de Fazenda;

25.7. Na ocasião de cada pagamento a ser efetuado, observadas as condições específicas da licitante contratada, aplicar-se-á, no que couber, a retenção tributária na fonte dos tributos federais e municipais, conforme disposto na Lei Federal nº 9.249, de 26/12/1995, na Lei Federal 9.430, de 27/12/1996, na Instrução Normativa SRF nº 1234, de 11/01/2012, na Instrução Normativa SRF nº 971, de 13/11/2009, e na Lei Complementar nº 116, de 31/07/2003, combinada com a correspondente lei municipal.

25.8. A contratada que estiver enquadrada nas hipóteses de não retenção tributária (artigo 4º da Instrução Normativa SRF nº 1.234, de 11/01/2012) ou amparada por medida judicial que suspenda a exigibilidade do crédito tributário (artigo 36º da Instrução Normativa SRF nº 1.234, de 11/01/2012) deverá apresentar o documento de cobrança acompanhado da comprovação de que continua enquadrada ou amparada, sob pena de retenção de tributos pela fonte pagadora.

25.9. Na hipótese de o documento de cobrança apresentar erros, fica suspenso o prazo para o pagamento respectivo, prosseguindo-se a contagem somente após a apresentação da nova documentação isenta de erros.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

**26. REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

26.1. Os preços que vierem a ser pactuados em decorrência desta licitação serão fixos e irrevogáveis, pelo período de 01 (um) ano, a contar da data do orçamento estimado (02/03/2026), podendo ser reajustados a partir desta data, e assim, a cada período de um ano contado do último reajuste, desde que requerido pela CONTRATADA e caso se verifique hipótese legal que autorize o reajustamento, contados:

26.1.1. Da data de aniversário da proposta, utilizando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), instituído pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para os custos decorrentes do mercado;

26.1.2. Da data do acordo, convenção coletiva ou dissídio coletivo, no caso de repactuação para os custos decorrentes da mão de obra.

26.2. No caso de revalidação da proposta por parte da licitante, será considerado como termo inicial para efeitos de reajuste a data da efetiva revalidação.

26.3. A CONTRATADA não terá direito ao reajuste a que alude o subitem anterior, para a etapa do serviço que sofrer atraso em consequência da ação ou omissão motivada pela própria CONTRATADA, e também da que for executada fora do prazo sem que tenha sido autorizada a respectiva prorrogação.

26.4. No caso de reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno de um ano deve considerar a data do último reajuste concedido.

26.5. Os efeitos financeiros do reajuste ocorrerão somente em relação aos itens que o motivaram e aos saldos de quantitativos porventura existentes.

26.6. Os reajustes a que a CONTRATADA fizer jus e não forem solicitados durante a vigência do contrato e até a data de aniversário da proposta ou até a data do último reajuste concedido, conforme o caso, bem como após a celebração do termo aditivo ou do encerramento do contrato, serão objeto de preclusão.

**27. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL**

27.1. A execução da contratação deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo Gestor e Fiscal de Contratos ou pela Comissão de Gestão e Fiscalização Contratual, representantes da Administração especialmente designados para esse fim, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei Municipal nº 2384/2023 e do Decreto Municipal nº 3335/2023.

27.2. São atribuições do Gestor de Contratos e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

27.2.1. Controlar os prazos de vigência dos contratos e saldos de atas de registro de preços, solicitando sua prorrogação, abertura de nova licitação ou contratação direta, quando for o caso;

27.2.2. Informar ao Ordenador de Despesas o interesse na prorrogação de contratos sob sua responsabilidade, com vistas à obtenção da autorização para abertura do processo administrativo para tanto;

27.2.3. Verificar a manutenção das condições de habilitação e qualificação da empresa durante a execução contratual, devendo instruir os processos de prorrogação contratual e de contratação direta com os documentos pertinentes;

27.2.4. Verificar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, devendo comunicar ao Ordenador de Despesas a ocorrência de situação que enseja a revisão de preços;

27.2.5. Verificar se estão atualizadas as informações de ocorrências relacionadas à execução contratual;

27.2.6. Analisar a documentação que antecede o pagamento;

27.2.7. Verificar o controle atualizado dos pagamentos;

27.2.8. Manifestar-se em todos os atos da Administração relativos à aplicação de sanções, execução e alteração dos contratos;

27.2.9. Decidir provisoriamente pela suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;

27.2.10. Auxiliar o Ordenador de Despesas nas tratativas voltadas às alterações e revisões contratuais junto à contratada, quando for o caso;





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

- 27.2.11. Manifestar-se previamente à decisão do Ordenador de Despesas nos pedidos de liberação da garantia contratual em favor da contratada, quando for o caso;
- 27.2.12. Informar ao Ordenador de Despesas até o último dia útil do mês de novembro de cada ano, os compromissos contratuais não liquidados no exercício, objetivando reforço, cancelamento e/ou inscrição de saldos de empenho em Restos a Pagar que estejam sob a sua gestão;
- 27.2.13. Participar dos estudos com levantamentos de custos estimados para projeção e inclusão na proposta orçamentária para o exercício seguinte;
- 27.2.14. Inserir os dados referentes aos contratos administrativos, termos aditivos, apostilamentos, convênios e instrumentos congêneres no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
- 27.2.15. Exercer outras atividades compatíveis com a função.
- 27.2.15.1. O Gestor de Contratos poderá elaborar o termo de referência ou projeto básico;
- 27.3. São atribuições do Fiscal de Contratos e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:
- 27.3.1. Acompanhar os prazos de entrega ou execução de obras ou serviços, diligenciando com a empresa contratada, se necessário;
- 27.3.2. Receber, provisória e definitivamente, as aquisições, obras ou serviços, mediante termo detalhado;
- 27.3.3. Analisar, conferir e atestar notas fiscais, faturas e congêneres e a regularidade fiscal do contratado;
- 27.3.4. Devolver à contratada as notas fiscais em desconformidade com o contrato;
- 27.3.5. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução contratual;
- 27.3.6. Oficiar à contratada determinação de medidas preventivas e corretivas, com estabelecimento de prazos, para regularização das faltas registradas e irregularidades observadas na execução do contrato, comunicando ao Gestor de Contratos o não atendimento das determinações;
- 27.3.7. Expedir, através de notificações e/ou relatório de vistoria, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, ao Gestor de Contratos e ao Ordenador de Despesas, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;
- 27.3.8. Proceder, conforme cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados;
- 27.3.9. Aprovar a planilha de medição emitida pela contratada ou conforme disposto em contrato;
- 27.3.10. Adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da entrega de bens, a realização de serviços ou a execução de obras;
- 27.3.11. Conferir e certificar as faturas relativas às aquisições, serviços ou obras;
- 27.3.12. Proceder às avaliações dos serviços executados pela contratada;
- 27.3.13. Determinar, por todos os meios disponíveis, a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto;
- 27.3.14. Exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;
- 27.3.15. Determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratada, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;
- 27.3.16. Receber designação e manter contato com o preposto da contratada, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;
- 27.3.17. Manifestar-se nos pedidos de alterações contratuais quanto à regularidade da contratação;
- 27.3.18. Verificar a correta aplicação dos materiais;
- 27.3.19. Requerer das empresas testes, exames e ensaios quando necessários, no sentido de promover o controle de qualidade da execução das obras e serviços ou dos bens a serem adquiridos;
- 27.3.20. Recomendar ao Gestor de Contratos e ao Ordenador de Despesas a aplicação de sanções à contratada;





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

27.3.21. Zelar pelo fiel cumprimento de todas as obrigações da contratada previstas no Termo de Referência, no Projeto Básico e no contrato;

27.3.22. No caso de obras e serviços de engenharia, além das atribuições constantes nos incisos anteriores:

27.3.22.1. manter pasta atualizada, com projetos, alvarás, Anotações de Responsabilidade Técnica, Registros de Responsabilidade Técnica, orçamentos e fiscalização, edital da licitação e respectivo contrato, cronograma físico-financeiro e os demais elementos instrutores;

27.3.22.2. Verificar o diário de obras, certificando-se de seu correto preenchimento;

27.3.22.3. Verificar a correta construção do canteiro de obras, inclusive quanto aos aspectos ambientais;

27.3.23. Exercer outras atividades compatíveis com a função.

**28. EXECUÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO**

28.1. Executados os serviços e apresentada a Nota Fiscal, a Fiscalização emitirá Termo de Recebimento Provisório para que, no prazo máximo de até 15 (quinze) dias efetue a conferência em consonância ao instrumento convocatório, a nota de empenho de despesa, autorização de compra ou a ordem de execução de serviços e, verificada a regularidade do serviço, no prazo referido, emitirá o Termo de Recebimento Definitivo.

28.2. Constatado qualquer defeito ou irregularidade nos serviços, a Fiscalização comunicará ao Prestador de Serviços, por escrito, para que no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas efetue a troca, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

28.3. Após a troca, e verificada a conformidade dos serviços na forma do item 28.1, a Fiscalização emitirá o Termo de Recebimento Definitivo do Serviço.

28.4. O pagamento somente poderá ser efetuado após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo e após atestada a 1ª via da Nota Fiscal por dois servidores com assinatura sobre carimbo e visada pelo titular do Setor Interessado.

28.5. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada à multa de mora, correspondente a 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso, limitado a 30% (trinta por cento), a ser calculado sobre o valor da parcela em atraso, sem prejuízo da conversão em multa compensatória e consequente extinção do contrato, com a aplicação cumulada das demais sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

**29. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

29.1. A licitante ou a contratada será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

29.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

29.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

29.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

29.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

29.1.5. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

29.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

29.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

29.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

29.1.5.4. deixar de apresentar amostra;

29.1.5.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

29.1.6. Não celebrar o contrato / instrumento equivalente ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

- 29.1.7. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 29.1.8. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 29.1.9. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 29.1.10. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 29.1.11. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 29.1.12. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 29.1.13. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.
- 29.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:
- 29.2.1. Advertência;
- 29.2.2. Multa, não inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor da contratação;
- 29.2.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Casimiro de Abreu, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- 29.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 29.3. A aplicação de sanções observará o devido processo administrativo, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021, combinada com os artigos de 31 ao 44 da Lei Municipal nº 2.384/2023.
- 29.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 29.5. As sanções aplicadas serão obrigatoriamente registradas junto à Secretaria Municipal de Controle Interno, bem como no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep).
- 29.6. A aplicação das sanções não exonera o infrator de eventual ação por perdas e danos que seu ato ensejar.
- 29.7. O valor das multas que, porventura forem aplicadas, serão descontadas da garantia da respectiva Contratada, quando esta for exigida. Se a multa aplicada for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a Contratada pela diferença a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo órgão gestor da contratação ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

**30. GARANTIA CONTRATUAL**

30.1. Fica a Contratada obrigada a apresentar à Secretaria Municipal Gestora do Processo, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data da assinatura do Contrato ou Instrumento Equivalente, sendo prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, o comprovante de prestação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, com validade para todo o período contratual, mediante a opção por uma dentre as seguintes modalidades:

- 30.1.1.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
- 30.1.1.2. Seguro-garantia;
- 30.1.1.3. Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.
- 30.1.1.4. Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

30.2. O encaminhamento de todos os documentos comprobatórios necessários para cumprimento do item 30.1, deverão ser apresentados via Protocolo eletrônico no link: <https://casimirodeabreu.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=5> ou protocolizá-los no Protocolo Geral,



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

localizado no endereço: Rua Padre Anchieta, nº 234, Centro, Casimiro de Abreu/RJ, Cep: 28.860-000, das 09h às 16h, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados.

30.3. A Secretaria Gestora do Contrato remeterá ao Departamento de Assessoria Técnica e Jurídica, Contratos e Publicações e à Secretaria Municipal de Fazenda, os documentos comprobatórios de garantia do Contratado protocolados conforme as alternativas previstas no item 30.2.

30.4. No caso da opção do contratado pela modalidade seguro garantia, o prazo para a sua apresentação será de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, conforme previsto no §3º do artigo 96 da Lei Federal 14.133/21.

30.4.1. O prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;

30.4.2. O seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convenionadas.

30.5. Na opção pela fiança bancária, o adjudicatário deverá utilizar o modelo disponibilizado no ANEXO VI deste edital.

30.5.1. No caso de título da dívida pública será exigido do adjudicatário laudo técnico, expedido por perito oficial, que comprove a sua autenticidade e documento emitido por instituição oficial que declare a sua cotação atual.

30.6. A garantia, inclusive na modalidade seguro-garantia, poderá ser executada para ressarcimento do Município de Casimiro de Abreu e para pagamento dos valores das multas moratórias, multas punitivas, indenizações a ele devidas pelo Contratado, bem como de débitos da empresa para com os encargos fiscais, previdenciários e trabalhistas relacionados com o presente contrato, tais como INSS, FGTS, impostos, salários, vales-transportes, vales-refeições e verbas rescisórias, prejuízos advindos do não cumprimento do contrato, multas punitivas aplicadas pela fiscalização à contratada e prejuízos diretos causados à contratante decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

30.7. Qualquer que seja a modalidade de garantia escolhida pela contratada, a mesma deverá prever a cobertura para os seguintes eventos, dentre outros:

- I. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- II. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada;
- III. prejuízos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

30.8. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

30.9. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

30.10. A qualquer tempo poderá ser admitida a substituição da garantia, observadas as modalidades previstas na Lei Federal 14.133/21.

30.11. Poderá ser admitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as mesmas condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no § 2º do artigo 96 da Lei Federal 14.133/21.

30.12. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, caso não haja qualquer restrição, nas seguintes condições:

- I. na modalidade caução em dinheiro ou títulos da dívida pública: após o termo de recebimento definitivo relativo ao último mês de execução do contrato, emitido na forma do artigo 140 da Lei Federal 14.133/21, ou, quando da sua rescisão amigável, caso não haja qualquer restrição, somente após requerimento formal da contratada, dirigido à Secretário Gestora, sem responsabilidade do **MUNICÍPIO** por qualquer compensação pela mora da devolução, deduzindo-se dele eventuais créditos em favor do



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

mesmo **MUNICÍPIO**.

- II. nas modalidades seguro-garantia e fiança bancária: após o término de vigência do contrato, acrescido de mais 90 (noventa) dias, ou, quando da sua rescisão amigável, caso não haja qualquer restrição, somente após requerimento formal da contratada, dirigido à Secretário Gestora, sem responsabilidade do **MUNICÍPIO** por qualquer compensação pela mora da devolução, deduzindo-se dele eventuais créditos em favor do mesmo **MUNICÍPIO**.

30.12.1. O requerimento formal da contratada, dirigido à Secretário Gestora, deverá ser apresentados via Protocolo eletrônico no link: <https://casimirodeabreu.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=5> ou protocolizá-los no Protocolo Geral, localizado no endereço: Rua Padre Anchieta, nº 234, Centro, Casimiro de Abreu/RJ, Cep: 28.860-000, das 09h às 16h, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados.

30.13. A perda da garantia em favor da Contratante, por inadimplemento das obrigações contratuais, far-se-á de pleno direito, independente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial das demais sanções previstas no instrumento contratual.

30.14. A não observância do prazo fixado para apresentação da garantia estabelecida neste item acarretará a aplicação de multa de 0,5% (dois décimos por cento) do valor da contratação por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento);

30.15. O atraso superior a 30 (trinta) dias úteis para apresentação da garantia poderá acarretar a rescisão unilateral da contratação, sem prejuízo da multa prevista no subitem anterior.

**31. ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO DA LICITAÇÃO**

31.1. A autoridade competente para aprovação do procedimento poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, devendo em ambos os casos a decisão estar devidamente fundamentada no processo.

31.2. Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados, conforme preceitua o §3º do artigo 71 da Lei Federal 14.133/2021.

**32. CUMPRIMENTO DA LEI FEDERAL Nº 13.709/2018 (LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD)**

32.1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

32.2. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações, especialmente os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis, repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei Federal nº 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

32.3. As partes responderão administrativa e judicialmente caso causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Federal nº 13.709/2018.

32.4. Em atendimento ao disposto na Lei Federal nº 13.709/2018, o contratante, para a execução do objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da contratada, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial e cópia do documento de identificação.

32.5. A contratada declara que tem ciência da existência da Lei Federal nº 13.709/2018 e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo contratante.

**33. IMPUGNAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO**



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

33.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021 ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data fixada neste edital para abertura do certame.

33.2. As impugnações e solicitações de esclarecimentos deverão ser enviadas ao pregoeiro através de qualquer dos seguintes meios:

33.2.1. Eletrônico, no endereço [licitacao@casimirodeabreu.rj.gov.br](mailto:licitacao@casimirodeabreu.rj.gov.br) ou via Protocolo eletrônico no link: <https://casimirodeabreu.flowdocs.com.br/public/home/group/5> ou;

33.2.2. Escrito, através do Protocolo Geral, ao Pregoeiro, na Rua Padre Anchieta, nº 234, Centro, Casimiro de Abreu/RJ, Cep: 28860-000, que estará em funcionamento das 09h às 17h, diariamente exceto aos sábados, domingos e feriados.

33.3. Os licitantes poderão utilizar do seguinte meio de comunicação para obter informações e esclarecimentos: [licitacao@casimirodeabreu.rj.gov.br](mailto:licitacao@casimirodeabreu.rj.gov.br) ou pelo telefone (22)2778-9800, ramal 2708;

33.4. Caberá ao Pregoeiro responder às impugnações e os pedidos de esclarecimentos interpostos que poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado.

33.5. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, nos endereços eletrônicos <https://transparencia.casimirodeabreu.rj.gov.br/licitacaolista.php> e [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

33.6. A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

33.7. Acolhida a impugnação contra o edital de licitação, será definida e publicada nova data para realização do certame, observado o prazo de ancoragem específico, conforme artigo 55 da Lei Federal 14.133/2021.

33.8. As respostas aos pedidos de esclarecimento e de impugnação serão divulgadas, concomitantemente nos endereços eletrônicos <https://transparencia.casimirodeabreu.rj.gov.br/licitacaolista.php> e [www.gov.br/compras/ptbr](http://www.gov.br/compras/ptbr), além do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), observados os prazos previstos no item 33.5, para conhecimento geral e dos interessados em participar da licitação, e vincularão os participantes e a Administração quanto ao seu conteúdo.

33.9. Eventuais modificações no edital de licitação implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não comprometer a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

33.10. A cada esclarecimento, impugnação e/ou manifestação por escrito do Pregoeiro e Equipe de Apoio será atribuído um número sequencial, a partir do número 01 (um), incorporando-se ao processo administrativo.

#### **34. DISPOSIÇÕES FINAIS**

34.1. Será admitida a assinatura digital nas licitações, contratos e instrumentos congêneres, mediante uso de certificado digital ICP-Brasil.

34.2. Será admitida a assinatura eletrônica nos atos e documentos nas licitações, contratos e instrumentos congêneres, mediante login e senha de acesso do usuário, em sistema oficial de gestão de documentos e processos eletrônicos.

34.3. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

34.4. Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão poderá ser suspensa e reiniciada somente após comunicação às participantes no endereço eletrônico utilizado para divulgação.





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

34.5. Os dispositivos que se referem à microempresa aplicam-se, extensivamente, ao Microempreendedor Individual (MEI), nos termos do §2º, art. 18E, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

34.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia do começo e incluir-se-á o do vencimento.

34.7. O acompanhamento dos resultados das fases desta licitação poderá ser feito através dos endereços eletrônicos <https://transparencia.casimirodeabreu.rj.gov.br/licitacaolista.php> ou [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

34.8. A apresentação da proposta vincula automaticamente a licitante aos termos do presente Edital, seus anexos, assim como da legislação de regência sobre a matéria.

34.9. Após a aprovação da autoridade competente, nos termos do inciso XI do Art. 51 do Decreto Municipal 3.335/2023, a publicidade do edital de licitação será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no endereços eletrônicos <https://transparencia.casimirodeabreu.rj.gov.br/licitacaolista.php> e publicação do seu extrato em Imprensa Oficial do Município de Casimiro de Abreu e em jornal diário de grande circulação.

34.10. Os casos omissos ou situações não explicitadas neste instrumento serão decididos pela Administração, segundo as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, na Lei Municipal nº 2.384/2023, no Decreto Municipal nº 3.335/2023 e suas alterações posteriores, e demais regulamentos e normas administrativas que passam a fazer parte deste Edital, independente de transcrições.

34.11. Para a execução do objeto deste Edital, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

34.12. O licitante tem conhecimento do Código de Integridade do Agente Público do Poder Executivo do Município de Casimiro de Abreu, Lei Municipal n.º 2.304/2023, constante no link <https://casimirodeabreu.rj.gov.br/leis/>.

34.13. Em caso de divergência entre normas infralegais e as contidas neste Edital, prevalecerão as últimas. Por outro lado, havendo divergência entre o Edital e o Termo de Referência, prevalecerá a regra constante do edital.

**35. DOCUMENTAÇÃO FORNECIDA EM ANEXO**

35.1. A documentação a seguir, faz parte integrante deste Edital.

- ANEXO I – Termo de Referência
- ANEXO II – Modelo de Proposta de Preços
- ANEXO III - Ata de Registro de Preços
- ANEXO IV - Solicitação de Inclusão em Cadastro de Reserva
- ANEXO V – Minuta Contratual
- ANEXO VI - Modelo de Finça Bancária
- ANEXO VII - Estudo Técnico Preliminar -ETP

**36. FORO**

36.1. Fica eleito o Foro da Comarca da cidade de Casimiro de Abreu/RJ, por mais privilegiado que outro seja para serem dirimidas eventuais dúvidas decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa.

**Casimiro de Abreu, 25 de maio de 2026.**

Comissão de Elaboração de Editais

Port. 022/2025

Página 26 de 114





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. OBJETO**

1.1. Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços terceirizados, de natureza contínua, com DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA (DEMO), voltados ao apoio administrativo e operacional (atividades-meio), afim de suprir a necessidade de interesse público identificada no âmbito das unidades socioassistenciais no atendimento aos assistidos e acolhidos pelos equipamentos, atividades, programas e projetos enquadrados nas políticas do SUAS | Sistema Único de Assistência Social, operados com recursos do FMAS | Fundo Municipal de Assistência Social, a ser provida conforme às condições, quantidades, parâmetros e elementos descritivos neste Termo de Referência e seus anexos.

1.2. O(s) bem(ns)/serviços que se pretende adquirir/contratar, nos termos do inciso XII do art. 6º da Lei Nº 14.133 de 01/04/2021, é(são) de natureza comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no presente Termo de Referência e no edital, por meio de especificações usuais de mercado.

1.3. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto e às descritas no Portal de Compras do Governo, prevalecerão às especificações constantes deste Termo de Referência.

1.3.1. Da licitação: A licitante participa do certame exclusivamente em relação aos itens e às especificações constantes neste Termo de Referência, especialmente aquelas descritas na seção 9, não sendo admitida a oferta de produtos/execução de serviços com características inferiores, diversas ou incompatíveis com o objeto definido pela Administração Pública.

1.3.2. É facultado à licitante ofertar produto de qualidade superior àquela especificada no Termo de Referência, desde que, mantida a compatibilidade com as características técnicas, funcionais e de desempenho exigidas, não implicando em acréscimo de preço nem alteração do objeto licitado.

1.3.3. A simples apresentação de proposta implica a aceitação integral das condições, especificações e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, cabendo à contratada assegurar que o item fornecido atenda plenamente ao objeto licitado, sendo a conformidade verificada no momento do recebimento definitivo.

1.4. Os quantitativos a serem adquiridos se encontram detalhados na seção 09 deste Termo de Referência.

1.5. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme art. 28 da Lei Municipal 2384/2023 e art. 86 do Decreto Municipal nº 3335/2023.

1.6. O prazo de vigência da ata de registro de preços é de 1 (um) ano, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por igual período, nos termos do artigo 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme seção 15 deste Termo de Referência.

1.7. O prazo de vigência da contratação se dá nos termos da seção 15 deste Termo de Referência.

**2. FUNDAMENTAÇÃO**

2.1. A presente contratação está de acordo com o Estudo Técnico Preliminar que antecede à elaboração do presente Termo de Referência e instrui o presente processo, em estrita observância ao disposto nos arts. 6º, inciso XX, e 18 da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.2. **Da justificativa:** Com base nos estudos técnicos preliminares a solução mais adequada se volta à necessidade de responder à demanda de recursos humanos necessária à viabilização da prestação de serviços de natureza contínua, destinados a atender ao interesse público no âmbito das Unidades Socioassistenciais vinculadas à SEMAS. Esta solução se apresenta como a mais adequada em resposta ao requerido no Documento de Formalização de Demanda, e confere meios e condições de atender a necessidade de contratação de prestadora de serviços de natureza contínua com DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA (DEMO) devidamente orientada para o atendimento aos assistidos e acolhidos pelas atividades, programas e projetos enquadrados nas políticas do SUAS | Sistema Único de Assistência Social, operados com recursos do FMAS | Fundo Municipal de Assistência Social, mediante a gestão da SEMAS, cuja responsabilidade jurídica trata da proteção de direitos, especialmente, de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade extrema.

2.2.1. A contratação justifica-se diante da necessidade de interesse público, consubstanciada na



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

insuficiência momentânea de força de trabalho própria para atender, de forma contínua e ininterrupta, as demandas administrativas e operacionais das unidades mantidas com recursos do FMAS. Neste âmbito as atividades objeto desta contratação caracterizam-se como atividades-meio, essenciais à manutenção e regular funcionamento dos serviços socioassistenciais, notadamente no atendimento aos assistidos e acolhidos pelos programas, projetos e serviços do SUAS, não se confundindo com atividades finalísticas exclusivas da Administração Pública nem com atribuições típicas de cargos efetivos. Desta forma, a terceirização com Dedicção Exclusiva de Mão de Obra (DEMO) apresenta-se como a solução mais eficiente, econômica e juridicamente adequada, permitindo à Administração assegurar a continuidade dos serviços, a observância da legislação trabalhista, a previsibilidade orçamentária e a mitigação de riscos relacionados à gestão direta de pessoal, conforme os princípios da eficiência, economicidade, planejamento e interesse público, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

**2.3. Da Contratação:** Nos termos do § 3º, do Art. 1º do Decreto Municipal 3335 de 28/12/2023, a contratação será por meio de licitação sob a forma eletrônica na modalidade Pregão, em observação ao inciso VIII, do Art. 18 da Lei 14.133/21, ao disposto na IN-05 de 25/05/2017, com adoção do procedimento auxiliar de registro de preços auxiliar nos termos do Decreto 3.393 de 08/03/2024 que regulamenta os artigos 82 a 86 da Lei 14.133/2021, considerando, com isso, a necessidade de lograr êxito com a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajosa para a Administração Pública e observando todo o ciclo de vida do objeto, pondera-se pela devida adequação e eficiência na forma da combinação dos seguintes parâmetros:

**2.3.1. Da Modalidade de Licitação:** a modalidade de licitação será Pregão;

**2.3.2. Modo de Disputa:** o modo de disputa será o Aberto, em que os em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, crescentes ou decrescentes, nos termos do inciso I, do Art. 56 da Lei 14133/21, conforme os critérios adotados pelo agente de contratação na forma divulgada no Edital;

**2.3.3. Do Critério de Julgamento:** o critério de julgamento é o menor preço, observado o atendimento integral às exigências técnicas, operacionais, trabalhistas e legais estabelecidas neste Termo de Referência, no edital e em seus anexos, conforme o art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, e ainda enquadrando o item 8.2 do Anexo VII-A da IN-05 de 25/05/2017;

**2.3.4. Do Regime de Execução:** o regime de execução será por empreitada por preço unitário, a contratação da execução do serviço será por preço certo de unidades determinadas;

**2.3.5. Da Adjudicação:** A adjudicação será global;

**2.3.5.1. Da Justificativa:** A adjudicação do objeto dar-se-á de forma global, nos termos do art. 23 do Decreto Municipal nº 3.393/2024, em consonância com o §1º do art. 82 da Lei nº 14.133/2021, configurando-se como contratação por grupo de itens, em razão da natureza integrada, eventual e de atendimento atrelado à demanda e interdependente dos serviços terceirizados com dedicação exclusiva de mão de obra (DEMO). Ressalta-se que a permanência de profissionais nos postos de trabalhos decorre estritamente da demanda que enseja atendimento continuado com o devido suporte de amparo aos acolhidos e assistidos pelas Unidades Socioassistenciais, especialmente, a Casa de Acolhimento. Desta forma, enquanto houver crianças e adolescentes amparados pela tutela das políticas socioassistenciais os serviços não podem ser interrompidos ou sofrerem de vacância sob o risco de ferir a continuidade de atendimento ao interesse público envolvido. Para tanto, a modelagem adotada decorre de análise técnica que evidencia que os serviços, embora segmentados em categorias funcionais distintas, são operacionalmente indissociáveis no contexto da execução das políticas públicas socioassistenciais, exigindo coordenação unificada, padronização de rotinas e integração sistêmica das atividades desempenhadas. A execução descentralizada, por múltiplos contratados, implicaria fragmentação da gestão de pessoal, descontinuidade na prestação dos serviços e aumento substancial da complexidade administrativa, especialmente no que tange ao controle de frequência, substituições, capacitação e cumprimento das obrigações trabalhistas. Ademais, a contratação global permite maior eficiência na fiscalização contratual, ao concentrar a responsabilidade em um único ente, reduzindo conflitos operacionais e facilitando a aplicação de sanções e medidas corretivas.



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

2.3.5.2. No que concerne ao regime de execução, adota-se a empreitada por preço unitário, nos termos do art. 6º, inciso XXVIII, da Lei nº 14.133/2021, caracterizada pela contratação da execução do serviço por preço certo de unidades determinadas, o que se mostra plenamente compatível com a natureza do objeto. Tal opção justifica-se pelo fato de que, embora haja integração funcional entre os serviços, os cargos que compõem a solução: Cuidador Institucional, Auxiliar de Cuidador e Orientador Social; possuem atribuições específicas, cargas horárias distintas e regimes de trabalho próprios, demandando mensuração individualizada para fins de execução, controle e pagamento. A lógica da empreitada por preço unitário permite, assim, que cada posto de trabalho seja tratado como unidade autônoma de execução, respeitando a individualidade jurídica da relação de trabalho e garantindo maior precisão na aferição dos serviços efetivamente prestados. Esse modelo também possibilita maior aderência às variações de demanda, especialmente no contexto do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em que o quantitativo de profissionais pode ser ajustado conforme a evolução das necessidades dos usuários atendidos, observando-se os parâmetros da NOB-RH/SUAS.

2.3.5.3. Sob o prisma técnico e jurídico, a adoção da empreitada por preço unitário, combinada com a adjudicação global, revela-se solução híbrida e equilibrada, na medida em que concilia a necessidade de gestão integrada do objeto com a exigência de controle individualizado das unidades de execução. Tal arranjo permite à Administração manter a centralização da responsabilidade contratual, ao mesmo tempo em que assegura flexibilidade operacional e rigor na medição dos serviços, mitigando riscos de pagamentos indevidos e facilitando a fiscalização. Além disso, esse regime contribui para a transparência na formação dos preços, uma vez que os custos são discriminados por unidade de serviço (posto de trabalho), em consonância com as planilhas de composição de custos exigidas pela legislação vigente bem como pela Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017. Dessa forma, a escolha do regime de execução por empreitada por preço unitário mostra-se tecnicamente adequada, juridicamente fundamentada e alinhada aos princípios da eficiência, economicidade, controle e interesse público, reforçando a vantajosidade da solução adotada pela Administração.

2.3.5.4. Sob o aspecto econômico, a adjudicação global propicia ganhos de escala, racionalização de custos indiretos e maior previsibilidade orçamentária, evitando a duplicidade de estruturas administrativas e operacionais. Importa destacar que, conforme previsto nos arts. 22 e 23 do Decreto Municipal nº 3.393/2024, a adoção do critério por grupo de itens exige a demonstração da inviabilidade do parcelamento e da vantagem técnica e econômica da solução adotada, o que se verifica no presente caso diante da necessidade de integração plena dos serviços. A fragmentação do objeto, além de comprometer a eficiência, poderia elevar o risco de inadimplemento trabalhista, com potenciais reflexos na responsabilidade subsidiária da Administração. Assim, a opção pela adjudicação global revela-se juridicamente adequada, tecnicamente fundamentada e alinhada aos princípios da eficiência, economicidade, continuidade do serviço público e supremacia do interesse público, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021;

2.3.5.5. No que se refere à aplicação da Lei Complementar nº 123/2006, cumpre registrar que, embora assegurado o tratamento favorecido às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), a modelagem da presente contratação, considerando seu valor estimado global e a natureza integrada do objeto, não comporta a adoção de reserva de participação exclusiva ou adjudicação fracionada com vistas à aplicação dos arts. 47 e 48 da referida norma. A contratação envolve prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, exigindo capacidade operacional, estrutura administrativa consolidada e gestão integrada de pessoal, o que, associado ao vulto econômico da contratação, ultrapassa os limites que viabilizariam a restrição competitiva em favor exclusivo de ME/EPP. Ressalte-se que tal circunstância não afasta a observância dos benefícios legalmente assegurados a essas empresas, tais como o direito ao empate ficto, a possibilidade de regularização fiscal tardia e demais prerrogativas previstas na legislação, desde que compatíveis com as condições do certame. Ademais, a ampliação da competitividade, nesse caso, deve ser compreendida sob a ótica da eficiência e da vantajosidade da contratação, evitando-se soluções que, embora formalmente inclusivas, possam comprometer a execução contratual ou gerar riscos à Administração. Dessa forma, a não exclusividade mostra-se medida proporcional e alinhada ao interesse público.;

2.3.5.6. Diante do exposto, conclui-se que a adoção da adjudicação global no presente Termo de



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

Referência encontra-se devidamente fundamentada em critérios técnicos, operacionais e econômicos, em plena consonância com o planejamento delineado no Estudo Técnico Preliminar e com os dispositivos legais aplicáveis. A inviabilidade do parcelamento por item decorre da interdependência funcional dos serviços, da necessidade de gestão centralizada e da busca pela eficiência na execução contratual. Por sua vez, a vantajosidade do modelo global evidencia-se na otimização dos recursos públicos, na melhoria da governança contratual e na mitigação de riscos trabalhistas e operacionais. A solução adotada assegura maior controle da Administração sobre a execução do objeto, favorece a continuidade e a qualidade dos serviços prestados e reduz a complexidade administrativa inerente à gestão de múltiplos contratos. Ademais, a definição dos critérios de julgamento e da forma de adjudicação observa rigorosamente os princípios da legalidade, motivação, eficiência e interesse público, garantindo a regularidade do certame. Assim, a modelagem proposta mostra-se adequada, proporcional e necessária para atender às demandas da política socioassistencial do Município, assegurando a prestação eventual e de atendimento atrelado à demanda, eficiente e qualificada dos serviços à população atendida.

**2.3.6. Do Registro de Preços:** A opção pelo Sistema de Registro de Preço, SRP, procedimento auxiliar nos termos do Decreto 3.393 de 08/03/2024 que regulamenta os artigos 82 a 86 da Lei 14.133 de 01/04/2021 é adotada por ser adequada ao objeto, e, salvo disposição contrária devidamente justificada, nos termos do § 1º do art. 86, em observância a Lei Municipal 2.157 de 19/11/2021, o FMAS, gerenciador da Ata, se apresenta como única entidade Contratante. Considerando que nos termos do Art. 26 do Decreto 3.393 de 08/03/24 este Termo de Referência apresenta os elementos que, dentro do seu enquadramento, orientam os termos do Edital. Neste sentido, o procedimento auxiliar da Ata de Registro de Preços, originário de Pregão Eletrônico, observará os regramentos com as indicações das quantidades máximas, mínimas, valores máximos estimados, dentre outros aspectos elencados neste Termo de Referência. Para os fins deste instrumento, o SRP é utilizado por ser viável e apresentar vantagens para a administração pública, como o fato da existência de facultatividade na contratação dos serviços do objeto licitado, propício a conveniência da Administração da a discricionariedade de agir conforme suas necessidades, podendo flexibilizar suas despesas, com a devida adequação aos recursos disponíveis. Nesse sentido, justifica-se a utilização do SRP tendo em vista a necessidade de contratações futuras e eventuais, pois conforme dispõe-se no subitem 9.4 deste Termo de Referência, há uma variação na demanda de pessoal que deve ser enquadrada em conformidade com a quantidade de acolhidos nos termos da cartilha técnica de orientações NOB-RH/SUAS. No Anexo II deste Termo de Referência, inclusive, é apresentado o quadro que compõe as orientações técnicas desta cartilha para ordenar a variação das quantidades que devem ser aumentadas sempre que houver usuários que demandem atenção específica (com deficiência, com necessidades específicas de saúde, pessoas soropositivas, idade inferior a um ano, pessoa idosa com Grau de Dependência II ou III, dentre outros). Neste aspecto, estes quantitativos é para atender a unidade socioassistencial, Casa de Acolhimento, durante vigência da Ata de Registro de Preços. Por tanto, a adoção do Registro de Preços justifica-se pela conveniência administrativa de se dispor de instrumento flexível que permita a contratação conforme a efetiva necessidade, sem a obrigatoriedade de contratação integral e imediata dos quantitativos estimados, assegurando maior planejamento, eficiência, economicidade e controle do gasto público.

**2.3.7.** Isto posto, ressalta-se que a existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações, facultando-se a utilização da Ata de Registro de Preços conforme a oportunidade e conveniência administrativas, observado o interesse público, a disponibilidade orçamentária e a vantajosidade da contratação.

**2.4.** Em observância ao inciso V do art. 26 do Decreto 3.393 de 08/03/2024, e do inciso IV, do Art. 82 da Lei 14.133/2021, não serão consideradas quantidades mínimas em quantitativo inferior ao máximo previsto registrados na planilha da seção 9 deste instrumento face ao disposto na subcláusula 2.3.4.1 desta subseção;

**2.5.** O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual (PCA): PCA 2026 - 29.115.458/0001-78 - Município De Casimiro De Abreu, publicado no PNCP em 09/09/2025.

**3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

**3.1.** Com base no ETP | Estudos Técnicos Preliminares, a solução envolve a contratação de empresa especializada na prestação de serviços terceirizados, de natureza contínua, com DEDICAÇÃO EXCLUSIVA





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

DE MÃO DE OBRA (DEMO), destinada ao apoio administrativo e operacional das Unidades Socioassistenciais do CRAS e CREAS enquadradas nas políticas do SUAS. A opção pela terceirização com dedicação exclusiva fundamenta-se na necessidade de assegurar a presença permanente e organizada de profissionais, com jornadas previamente definidas, sob supervisão da contratada, garantindo a regularidade, a continuidade e a qualidade dos serviços prestados, especialmente em atividades que demandam atendimento ininterrupto, rotinas operacionais específicas e atuação direta junto aos usuários e acolhidos dos serviços socioassistenciais.

3.2. Pontuamos que a análise empreendida no ETP verificou a necessidade de caracterização de dois aspectos elencados no inciso XX do artigo 6º da Lei Nº 14.133 de 01/04/2021, a saber: a relevância e a viabilidade. A relevância está na caracterização do interesse público envolvido que decorre da necessidade de suprir a carência no atendimento de demandas com as ações, serviços e programas vinculados à estrutura da SEMAS. Quanto à caracterização da viabilidade da contratação a mesma é verificada no que concerne aos aspectos mercadológicos a respeito da disponibilidade de oferta de produtos e serviços capazes de atender às especificações técnicas, bem como os respectivos preços estimados dentro de parâmetros para estabelecer a respectiva exequibilidade destes. A solução, por sua vez, se volta à necessidade de responder à demanda de recursos humanos necessária à viabilização da prestação de serviços de natureza contínua.

3.3. Diante desta demanda, a contratação por DEMO permite à Administração mitigar riscos trabalhistas, previdenciários e fiscais, uma vez que transfere à contratada a responsabilidade integral pela gestão da força de trabalho, incluindo recrutamento, seleção, capacitação, substituições, encargos legais, benefícios, controle de frequência, fornecimento de uniformes e Equipamentos de Proteção Individual – EPIs, quando aplicáveis, mantendo-se a Administração restrita à fiscalização contratual, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021. Com isso, a solução adotada revela-se a mais adequada e eficiente diante da insuficiência de pessoal próprio, da impossibilidade de provimento imediato do quadro efetivo e da necessidade de resposta célere às demandas de interesse público, preservando-se a continuidade dos serviços essenciais ofertados à população em situação de vulnerabilidade e risco social.

3.4. Neste aspecto a execução dos serviços ocorrerá mediante alocação exclusiva dos profissionais nas unidades indicadas pela Contratante, observadas as escalas, cargas horárias, perfis profissionais e quantitativos definidos neste Termo de Referência e em seus anexos, sendo vedada qualquer forma de compartilhamento de mão de obra com outros contratos da contratada.

3.5. Por fim, a solução escolhida está alinhada aos princípios da eficiência, planejamento, continuidade do serviço público, segurança jurídica, interesse público e dignidade da pessoa humana, pilares das políticas públicas socioassistenciais, assegurando suporte adequado às ações, programas e projetos executados no âmbito do SUAS. A SEMAS, neste âmbito de atuação demanda pela manutenção do cuidado de amparo à população em situação de risco social. Cabendo a esta Secretaria viabilizar recursos, inclusive humanos, para atendimento aos munícipes enquadrados em situação de vulnerabilidade social as quais, em razão desta carência, dependem da oferta de programas que se voltam para proporcionar o mínimo de cidadania, e atender, dentre os objetivos fundamentais conforme previsão em nossa Lei Orgânica Municipal, e que esta Secretaria os têm por missão, trabalhar na busca de alcançar uma forma de “erradicar a pobreza, a marginalização e reduzir as desigualdades sociais na área urbana e na área rural”, bem como “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade, religião e quaisquer outras formas de discriminação” (Art. 2º, incisos IV e V da LOM).

#### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1. A contratação da empresa prestadora dos serviços deverá atender, cumulativamente, naquilo que seja aplicável, aos requisitos técnicos, operacionais, jurídicos, trabalhistas, previdenciários e administrativos estabelecidos neste Termo de Referência, em seus anexos, no edital de licitação e na legislação vigente, especialmente a Lei Federal nº 14.133/2021, Instrução Normativa 05/2017<sup>2</sup>, a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, a Lei Municipal nº 2.384/2023 e os Decretos Municipais nº 3.335/2023 e nº 3.393/2024.

4.2. Da Sustentabilidade:

4.2.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

atendidos os requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

4.2.2. A CONTRATADA deverá observar no que couber, durante a execução contratual, critérios e práticas de sustentabilidade, como:

- a) Preferir o envio de documentos digitais, a fim de reduzir a impressão dos mesmos;
- b) Se necessário o envio de documentos à contratante, optar por (frente e verso), bem como de papel confeccionado com madeira de origem legal.
- c) Capacitar seus empregados, sobre o correto descarte de resíduos.
- d) Armazenar, transportar e destinar resíduos em conformidade com as normas técnicas específicas.

4.2.2.1. A CONTRATADA deverá observar ainda, no que couber e for aplicável, os aspectos requeridos pelas normas como ABNT, certificações INMETRO, dentre outros, pertinentes quanto aos requisitos relativos à fabricação, comercialização e controle sanitário, bem como às práticas relativas à sustentabilidade previstas em normas como a Lei 12.305 de 02/08/2010;

4.2.2.2. Neste sentido, a Contratada, deverá instruir, treinar, orientar com as devidas adequações de conteúdo informativo, as boas práticas da mão de obra com a adoção de procedimentos que gerencie a rotina voltada para um comportamento sob as tratativas da Lei Nº 12.305/2010 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

**4.3. Da subcontratação.**

4.3.1. É vedada a subcontratação do objeto deste Termo de Referência, e decorre em conformidade com o § 1º do art. 171 do Decreto Municipal nº 3335/2023, considerando tratar-se de contratação em que é usual haver no mercado a existência de empresas que executem de forma integral o objeto deste Termo de Referência.

4.3.1.1. Para efeito da presente vedação, afere-se nos termos do §§ 1º e 2º, do Art. 4º da Lei nº 6.019, de 03/01/1974<sup>3</sup>, que a prestadora de serviços contrata, remunera e dirige o trabalho realizado por seus trabalhadores para realização desses serviços. E neste aspecto reitera-se que, não se configura vínculo empregatício entre os trabalhadores, ou sócios das empresas prestadoras de serviços, qualquer que seja o seu ramo, e a empresa Contratante.

**4.4. Da participação de Consórcio:**

4.4.1. É vedada a participação em consórcio na forma do Art. 15 da Lei nº 14.133/2021, e justifica-se em razão das características do objeto e pelas condições de mercado. E considerando tratar-se de serviços de natureza de atividade-meio como suporte administrativo com Dedicção Exclusiva de Mão de Obra (DEMO) para funções de Cuidador Institucional, Auxiliar de Cuidador e Orientador Social, a vedação ao consórcio, decorre dos seguintes pontos:

4.4.1.1. Baixa complexidade técnica: serviços de apoio administrativo e operacional são considerados de natureza comum, e não exigem especialização técnica elevada ou aporte financeiro que, empresa individual não suporte;

4.4.1.2. Risco à gestão e fiscalização: em contratos com dedicação exclusiva, a Administração Pública exerce rigorosa fiscalização sobre a folha de pagamento e encargos trabalhistas, desta forma, a existência de consórcio (duas ou mais empresas gerindo a mesma folha) pode pulverizar a responsabilidade e dificultar o controle administrativo/operacional do órgão;

4.4.1.3. Preservação da competitividade: o consórcio serve para somar esforços em objetos que poucas empresas conseguiriam fazer sozinhas. Isto, posto, observando que o histórico de contratação evidencia que o mercado local/regional oferece empresas de terceirização de mão de obra capazes de atender satisfatoriamente ao objeto proposto, permitir consórcio ao caso em questão pode gerar concentração de mercado (grandes empresas unindo para eliminar pequenas), ferindo o interesse público.

4.4.1.4. Do respaldo à vedação: cumpre destacar que a vedação à participação de empresas reunidas em consórcio no presente certame encontra respaldo no ordenamento jurídico vigente, especialmente no art. 15 da Lei nº 14.133/2021, que estabelece a possibilidade de restrição desde que devidamente justificada pela Administração Pública com base em critérios técnicos e de interesse público. No caso concreto, a natureza do presente objeto que versa sobre a prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

de mão de obra (DEMO), revela-se compatível com a execução por empresas individuais, não demandando a conjugação de capacidades técnicas ou econômico-financeiras que justifiquem a formação de consórcios. Trata-se, portanto, de medida pautada na razoabilidade e proporcionalidade administrativa, visando assegurar maior eficiência na execução contratual.

4.4.1.5. Do enquadramento legal: os serviços objeto da contratação, notadamente os cargos mencionados no caput encontram-se expressamente previstos na Lei Municipal nº 2.157, de 19 de novembro de 2021, a qual autoriza a Secretaria Municipal de Assistência Social a promover contratações para suprir demandas estruturais da política pública de assistência social. As atribuições funcionais, requisitos técnicos e parâmetros remuneratórios definidos na referida legislação demonstram que tais funções são prescritas e pressupostas pela natureza operacional e rotineira, sendo plenamente compatíveis com a capacidade de execução por empresas individuais atuantes no mercado. Assim, não se vislumbra qualquer complexidade técnica ou vulto econômico que justifique a formação de consórcio.

4.4.1.6. Da competitividade: a vedação ao consórcio, no presente instrumento, não implica restrição à competitividade do certame, mas, ao contrário, promove sua ampliação. Isso porque a admissão de consórcios em contratações de baixa complexidade pode favorecer a concentração de mercado, permitindo que grandes empresas se associem para disputar o certame, em detrimento de micro e pequenas empresas que atuam individualmente. Tal cenário contrariaria os princípios da isonomia e da competitividade, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, bem como os objetivos de desenvolvimento de sustentabilidade e incentivo à participação de empresas de menor porte nas contratações públicas.

4.4.1.7. Da gestão e fiscalização contratual: sob o prisma da gestão e fiscalização contratual, a vedação ao consórcio também se mostra medida adequada e necessária. Em contratos com dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração Pública demanda exercer controle rigoroso sobre aspectos trabalhistas, previdenciários e operacionais, incluindo a verificação de vínculos empregatícios, cumprimento de encargos sociais e controle de frequência dos profissionais alocados. A existência de múltiplas empresas consorciadas poderia fragmentar responsabilidades, dificultar a identificação de obrigações e comprometer a efetividade da fiscalização, aumentando o risco de inadimplemento contratual e de responsabilização subsidiária do ente público.

4.4.1.8. Diante do exposto, conclui-se que a vedação à participação de empresas em consórcio no presente certame é medida juridicamente válida, tecnicamente justificada e alinhada ao interesse público, não configurando restrição indevida à competitividade, mas sim instrumento de aprimoramento da gestão contratual e de garantia da eficiência administrativa. Tal decisão encontra respaldo no art. 15 da Lei nº 14.133/2021, na legislação municipal aplicável e na jurisprudência dos órgãos de controle, devendo, portanto, ser mantida no Termo de Referência como requisito legítimo e necessário à adequada condução do processo licitatório.

**4.5. Da participação de Cooperativa:**

4.5.1. Fica vedada a participação de cooperativa na forma Art. 16 da Lei nº 14.133/2021. E com embasamento devidamente instruído na subseção 5.1.1.4 do ETP, é vedada a participação de cooperativas na presente contratação, tendo em vista a natureza do objeto, em razão de atividades que, por sua essência, pressupõem subordinação jurídica, habitualidade, pessoalidade e controle direto da execução pela Administração Pública.

**5. DA EXECUÇÃO DO OBJETO**

5.1. Os serviços, objeto da presente contratação, deverão ser executados de forma contínua, mediante Dedicação Exclusiva de Mão de Obra (DEMO), conforme quantitativos, perfis profissionais e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

5.2. Os serviços deverão ter início em até 15 (quinze) dias úteis a contar do recebimento da Ordem de Serviço emitida pela CONTRATANTE à CONTRATADA. O referido prazo começará a contar a partir do aviso de recebimento do e-mail eletrônico que é emitido via o próprio sistema de gestão eletrônica da CONTRATANTE.

5.2.1. Este prazo pode ser prorrogável por mais 10 (dez) dias desde que a empresa fundamente as razões com pelo menos 07 (sete) dias de antecedência vincendo o prazo supracitado.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

5.3. O objeto será recebido conforme solicitação:

5.3.1. Solicitação do Departamento Pessoal nas dependências da SEMAS, situado a situado a Rua Pastor Luiz Laurentino, nº 385 – Mataruna – Casimiro de Abreu/RJ, das 9h às 17h, em dias úteis;

5.3.2. Caso aconteça algum fato superveniente ou eventualidade que por conveniência do interesse público se apresente, desde que justificado nos autos e seja respeitada os limites municipais, o Departamento de Pessoal da SEMAS indicará o novo local para .

5.3.3. Dos contatos: 22 2778-6800 | +55 22 99204-8487 (WhatsApp) ou e-mail(s): assistenciasocial@casimirodeabreu.rj.gov.br , administracao.as@casimirodeabreu.rj.gov.br .

5.4. O prazo de garantia dos serviços observará o disposto na Lei nº. 8.078, de 11/09/1990 – Código de Defesa do Consumidor - e alterações subsequentes.

5.5. A CONTRATADA se responsabilizará pela execução dos serviços objeto da contratação através de seus recursos tecnológicos e equipes técnicas especializadas, segundo padrões de excelência sob aspectos da organização, eficiência, qualidade e economicidade;

5.6. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação do desempenho, qualidade e quantidade dos serviços prestados e consequente aceitação mediante termo circunstanciado;

5.7. Recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5.8. O órgão solicitante reserva-se o direito de impugnar o(s) material(is) entregue(s), se esse(s) não estiver(em) de acordo com as especificações técnicas deste Termo de Referência;

5.9. Somente será permitido substituição de empregados de acordo com o especificado, não se admitindo, sob qualquer hipótese, serviços não conformes, fora do padrão de desempenho ou de qualidade duvidosa;

**5.10. Local e Horário de Execução:**

5.10.1. Os serviços serão prestados nas Unidades vinculadas à Administração Pública Municipal afetas à política de assistência social (SUAS), conforme definição expressa na Ordem de Serviço.

5.10.2. A jornada de trabalho dos profissionais deverá observar a carga horária disposta na descrição das especificações técnicas na seção 9, a legislação trabalhista vigente, normas coletivas aplicáveis e as necessidades operacionais da Administração, vedada qualquer extrapolação sem prévia autorização.

5.10.3. A prestação dos serviços deve considerar que a SEMAS tem o seu funcionamento com atividades tanto de natureza administrativas quanto no desenvolvimento de programas e projetos no atendimento aos seus diversos públicos assistidos compreendendo de segunda a sexta-feira das 09:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas, sendo o fluxo de pessoas diário e ininterrupto, e por isso a prestação dos serviços deve adequar-se a tal horário, mas sempre sendo respeitada a carga horária máxima de 44 horas semanais.

5.10.4. O planejamento da distribuição da carga horária deve ser alinhada com as Coordenações de Projetos, Proteção Social Básica, Proteção Social Especial e em conformidade com as descrições dos cargos e as respectivas jornadas de trabalho como disposto na seção 9 deste instrumento;

5.10.5. A critério da contratante e de comum acordo com a contratada, considerando a eventual conveniência e relevância dos serviços os profissionais poderão ser direcionados para unidades socioassistenciais a serem especificadas, desde que não seja comprometida a finalidade do objeto contratado;

5.10.6. Fica previsto que diante da necessidade de mudança de endereço de quaisquer das Unidades Socioassistenciais da SEMAS, que os serviços Prestados devem necessariamente acompanhar a nova localidade;

5.10.7. Em caso de mudança de endereço, os serviços acompanham o caráter funcional de sua prestação, mantendo-se com isso, às condições da natureza da contratação objeto deste Instrumento.

**5.11. DOS CARGOS**



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

**5.11.1. A CONTRATADA deverá:**

5.11.1.1. Disponibilizar profissionais qualificados, treinados e aptos ao desempenho das atividades contratadas, e que pertençam ao seu quadro funcional de empregados;

5.11.1.2. Assegurar a continuidade dos serviços, promovendo substituições imediatas em caso de faltas, afastamentos ou desligamentos;

5.11.1.3. Primar pelo controle da execução pontual e assídua ao trabalho, com ferramentas como Folha de Ponto;

5.11.1.4. Prover aos profissionais trabalhadores o necessário fornecimento de uniformes e Equipamentos de Proteção Individual – EPIs;

5.11.1.5. Prover a(s) devida(s) remuneração(ões) compreendendo o efetivo pagamento regular ao(s) profissional(is) envolvido(s) na execução contratual conforme modelo disposto Anexo III, dispondo a Planilha de Custo e Formação de Preços. Modelo que, para efeito de referência, não substitui, exaure/esgota, suprime/extingue a responsabilidade da Contratada em atualizá-la com a devida amplitude para com todos os encargos, tributos e obrigações concernentes às legislações sociais, fiscais, securitárias, previdenciárias;

5.11.1.6. Cuidar pelos bons princípios de urbanidade, asseio e apresentação sempre com uniforme completo e limpo;

5.11.1.7. Oferecer a todos os funcionários, gratuitamente, programa de imunização ativa contra tétano, difteria, hepatite B, COVID e demais.

5.11.1.8. Prover uniformes aos funcionários com o nome da empresa a que prestam serviços;

5.11.1.9. Zelar para que o pessoal a ser empregado integrando a equipe necessária para a realização dos serviços observe que deverá apresentar-se uniformizado e asseado, com camisas ou camisetas fechadas, calças, calçados de segurança, e demais equipamentos de segurança e proteção individuais relativos a cada atividade, sempre atendendo as normativas de segurança e trabalho vigentes;

5.11.1.10. Instruir e cuidar para seja observada rigorosamente as normas de segurança, higiene, medicina do trabalho e exames médicos-laboratoriais, sendo de sua total responsabilidade por quaisquer acidentes, danos ou prejuízos materiais ou pessoais em decorrência da natureza dos serviços executados à Prefeitura, por seus empregados e/ou terceiros, ainda que advindo de dolo, imperícia, imprudência própria ou de seus empregados e/ou terceiros;

5.11.1.11. Cumprir, naquilo que seja aplicável, a determinação da NR – 7 com a realização do PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional;

5.11.1.12. Prover, para os profissionais que trabalharem na Casa de Acolhimento (Casa Abrigo), capacitação em Primeiros Socorros em observância à Lei 13.722 de 04/10/2018.

**5.11.1.13. Exigir, aos profissionais, no mínimo a seguinte documentação:**

5.11.1.13.1. Certidão negativa de antecedentes criminais<sup>4</sup> para os profissionais que trabalharem na Casa de Acolhimento (Casa Abrigo). Apresentação obrigatória de certidões negativas das Justiças Estadual e Federal (distribuidores criminais), com especial rigor quanto a crimes contra a dignidade sexual e violência;

5.11.1.13.2. Comprovante de escolaridade de acordo com a área de atuação pretendida, comprovadas através de diplomas, ou de declarações de escolaridade de conclusão de curso, conforme exigido para cada função, sempre de Instituição de Ensino reconhecida pelo MEC;

5.11.1.13.3. Atestado de Saúde Ocupacional (ASO): Comprovação de aptidão física e mental;

5.11.1.13.4. Preferível, comprovação de curso na área de atuação, através de sua qualificação exigida para função, em conformidade com as especificações deste Termo de Referência;

5.11.1.13.5. Preferível, comprovação de experiência profissional ou declaração de tempo de serviço, devidamente timbrado, datado e assinado pelo órgão ou empresa responsável;

5.11.1.13.6. Preferível, declaração de reconhecida idoneidade moral para os profissionais que trabalharem na Casa de Acolhimento (Casa Abrigo);



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

5.11.1.14. **Da Ficha Funcional:** é necessário providenciar e manter Ficha Funcional completa contendo todo histórico profissional, dados de contato e registro fotográfico atualizado;

5.11.1.15. **Do Fluxo de Escalas e Identificação:** Para garantir a continuidade do serviço e o monitoramento do vínculo afetivo com os acolhidos, a CONTRATADA deverá: I. Enviar ao Fiscal do Contrato, à Coordenação de Departamento de Pessoal e ao Responsável pela Casa Abrigo a escala de revezamento dos empregados com periodicidade semanal ou quinzenal, II. A escala deverá conter o nome completo, CPF e RG de cada profissional alocado em cada turno, permitindo a identificação imediata de quem está sob a guarda dos menores;

5.11.1.16. **Das Substituições de Pessoal:** Qualquer substituição de profissional durante a vigência contratual deverá ser comunicada com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, salvo casos fortuitos, ficando o novo empregado condicionado à: I. Apresentação imediata de toda a documentação listada no item 5.11.1.13, II. Declaração de aptidão emitida pelo empregador, assumindo a responsabilidade técnica pela escolha do preposto.

5.11.1.17. **Da adoção de diretrizes públicas:** a Contratada se obriga à adoção quanto a observar, respeitar e cumprir os princípios aplicáveis ao funcionalismo público, submetendo-se à gestão e orientações técnicas e legais em especial, às prescritas pela Lei Federal nº 8.069/90 (ECA) como seus dispositivos dos Arts 92 e 94, e a Resolução Conjunta CNAS/CONANDA nº 01/2009.

**5.11.2. Dos Cargos**

**5.11.2.1. Item 1: Cuidador Institucional - Regime de Escala 24hX72h. Escolaridade: Nível Médio Completo e, preferencialmente, ensino médio completo em formação de professores e/ou cursos de capacitação na área. CBO: 5162-15<sup>5</sup>.**

**5.11.2.1.1. ATRIBUIÇÕES:**

**1) Cuidados Básicos com alimentação Higiene e Proteção:**

- a) Orientar e acompanhar a realização da higiene pessoal das crianças e adolescentes, auxiliando quando necessário;
- b) Supervisionar o banho e tomar os cuidados necessários evitando acidentes domésticos;
- c) Zelar pela higiene dos bebês, (banhos diários; trocas de fraldas; higiene bucal e higiene pessoal);
- d) Ensinar bons modos à mesa;
- e) Orientar os adolescentes sobre a ingestão de alimentação balanceada;
- f) Auxiliar as crianças na hora das refeições, estimulando e controlando a ingestão de líquidos e de alimentos variados. Dar papinhas e alimentos sólidos cumprindo horário de refeição;
- g) Preparar e dar mamadeira seguindo orientação da nutricionista;
- h) Fazer lavagem e esterilização das mamadeiras sempre que utilizados;

**2) Cuidados da saúde:**

- a) Observar temperatura, urina, fezes, vômitos e quaisquer outras alterações físicas;
- b) Controlar e observar a qualidade do sono;
- c) Observar o ciclo menstrual das adolescentes;
- d) Ter cuidados especiais com deficiências e dependências físicas;
- e) Ter cuidado com a forma de tocar, manusear os bebês e crianças;
- f) Cuidar da higiene pessoal: cortar as unhas, limpar as orelhas, cuidar em relação aos ftirápteros (piolhos), escabiose (sarna);
- g) Aplicar as medicações de acordo com a prescrição médica/odontológica e fazer os registros no prontuário de saúde,
- h) Fazer curativos, inalação e fazer os registros no prontuário de saúde, quando necessário;
- i) Controlar a guarda dos medicamentos;
- j) Organizar documentos e pertences (mala/bagagem) para as internações e viagens fora do município para tratamento de saúde, quando necessário;

**3) Organização do ambiente (espaço físico e atividades adequadas ao grau de desenvolvimento de cada criança ou adolescente):**

- a) Participar, das Capacitações oferecidas pela SEMAS;
- b) Organizar e cuidar dos pertences pessoais das crianças;



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

- c) Orientar os adolescentes no cuidado com a organização e seus pertences;
- d) Lavar e organizar os cômodos e ou guarda-roupas das crianças.
- e) Orientar e monitorar os adolescentes para guardar suas roupas;
- f) Cuidar dos espaços domésticos para evitar acidentes;
- g) Orientar para a preservação do patrimônio público;
- h) Guardar as chaves das portas em local seguro.

4) Auxílio aos acolhidos para lidar com suas histórias de vida, fortalecimento da autoestima e construção de identidade:

- a) Ensinar os acolhidos a respeitar os princípios morais, éticos, cívicos;
- b) Dar e receber afeto (abraçar, beijar, elogiar, acariciar os cabelos, etc.);
- c) Não julgar a história de vida, não discriminar, não ofender;
- d) Ouvir mais do que perguntar, respeitando o tempo de cada um;
- e) Respeitar a personalidade de cada criança/adolescente no que se refere à expressão da afetividade;
- f) Manter sigilo em relação a história de vida de cada um.

5) Acompanhamento nos serviços:

- a) Saúde: levar para realização de consultas médicas, exames laboratoriais e demais exames especializados, consultas e tratamento odontológico e demais especialidades e internações, dentro ou fora do município, sempre que necessário;
- b) Educação: levar e buscar na escola; auxiliar a pedagoga nas atividades desenvolvidas;
- c) Assistência Social: levar e buscar nos serviços e atendimentos;
- d) Lazer: levar e acompanhar em atividades de lazer e cultura;
- e) Acompanhar nas necessidades espirituais e religiosas.

6) Comunicação de eventualidades e irregularidades:

- a) Comunicar à Coordenação ou Equipe Técnica qualquer fato atípico em relação ao Acolhido;
- b) Comunicar à Coordenação de Proteção Social Especial, quaisquer irregularidades no atendimento às crianças e adolescentes, por parte da Coordenação e/ou Equipe Técnica;
- c) Manter a ética e o sigilo profissional;
- d) Escrever na íntegra no livro de relatórios, todos os fatos ocorridos, sem omissões de detalhes e informações;

7) Apoio na preparação da criança ou adolescente para o desligamento, sendo para tanto orientado e supervisionado pelo psicólogo:

- a) Preparar pertences pessoais (mala/bagagem).

**5.11.2.2. Item 2: Auxiliar de Cuidador Institucional - Regime de Escala 24hX72h. Escolaridade: Nível Fundamental Completo. CBO: 5121-05<sup>6</sup>.**

5.11.2.2.1. ATRIBUIÇÕES:

- a) Auxiliar as funções do cuidador institucional
- b) Preparar e distribuir as refeições, limpeza e higienização dos móveis, equipamentos e utensílios do abrigo institucional;
- c) Desempenho de atividades de copa, cozinha e lavanderia;
- d) Organização do ambiente da casa;

**5.11.2.3. Item 3: Orientador Social - 40h semanais. Escolaridade: Nível Médio Completo e, preferencialmente, ensino médio completo em formação de professores e/ou cursos de capacitação na área. CBO: 5153-05<sup>7</sup>.**

5.11.2.3.1. ATRIBUIÇÕES:

- 1) Desenvolver atividades socioeducativas e de convivência e socialização visando à atenção, defesa e garantia de direitos e proteção aos indivíduos e famílias em situações de vulnerabilidade e, ou, risco





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

social e pessoal, que contribuam com o fortalecimento da função protetiva da família;

2) Desenvolver atividades instrumentais e registro para assegurar direitos, reconstrução da autonomia, autoestima, convívio e participação social dos usuários, a partir de diferentes formas e metodologias, contemplando as dimensões individuais e coletivas, levando em consideração o ciclo de vida e ações intergeracionais;

3) Assegurar a participação social dos usuários em todas as etapas do trabalho social;

4) Apoiar e desenvolver atividades de abordagem social e busca ativa;

5) Atuar na recepção dos usuários possibilitando ambiência acolhedora;

6) Apoiar na identificação e registro de necessidades e demandas dos usuários, assegurando a privacidade das informações;

7) Apoiar e participar no planejamento das ações;

8) Organizar, facilitar oficinas e desenvolver atividades individuais e coletivas de vivência nas unidades e, ou, na comunidade;

9) Apoiar no processo de mobilização e campanhas intersetoriais nos territórios de vivência para a prevenção e o enfrentamento de situações de risco social e, ou, pessoal, violação de direitos e divulgação das ações das Unidades socioassistenciais;

10) Apoiar os demais membros da equipe de referência em todas as etapas do processo de trabalho;

11) Apoiar na elaboração de registros das atividades desenvolvidas, subsidiando a equipe com insumos para a relação com os órgãos de defesa de direitos e para o preenchimento do Plano de Acompanhamento Individual e, ou, familiar;

12) Apoiar na orientação, informação, encaminhamentos e acesso a serviços, programas, projetos, benefícios, transferência de renda, ao mundo do trabalho por meio de articulação com políticas afetas ao trabalho e ao emprego, dentre outras políticas públicas, contribuindo para o usufruto de direitos sociais;

13) Apoiar no acompanhamento dos encaminhamentos realizados;

14) Apoiar na articulação com a rede de serviços socioassistenciais e políticas públicas;

15) Participar das reuniões de equipe para o planejamento das atividades, avaliação de processos, fluxos de trabalho e resultado;

16) Desenvolver atividades que contribuam com a prevenção de rompimentos de vínculos familiares e comunitários, possibilitando a superação de situações de fragilidade social vivenciadas;

17) Apoiar na identificação e acompanhamento das famílias em descumprimento de condicionalidades;

18) Informar, sensibilizar e encaminhar famílias e indivíduos sobre as possibilidades de acesso e participação em cursos de formação e qualificação profissional, programas e projetos de inclusão produtiva e serviços de intermediação de mão de obra;

**5.11.3. Do Controle e Acompanhamento** - Em consonância com os princípios da Administração Pública e com fundamentos extraídos da Lei Municipal nº 2.304, de 15 de fevereiro de 2023, dentre outros que sejam conexos, aplicam-se, aos profissionais alocados na execução contratual, como critérios permanentes de avaliação e fiscalização, os seguintes parâmetros de conduta:

5.11.3.1. Assiduidade: Comparecimento regular e contínuo ao posto de trabalho, conforme escala definida, vedadas ausências injustificadas, devendo eventuais faltas ser formalmente justificadas e previamente comunicadas à fiscalização do contrato.

5.11.3.2. Pontualidade: Cumprimento rigoroso dos horários de início, término e intervalos da jornada de trabalho, observadas as escalas pactuadas e as necessidades do serviço público, sendo vedados atrasos reiterados.

5.11.3.3. Urbanidade: Conduta pautada pelo respeito, cortesia, educação e tratamento digno a usuários dos serviços socioassistenciais, servidores públicos, colegas de trabalho e superiores hierárquicos, vedadas atitudes incompatíveis com o ambiente institucional.

5.11.3.4. Proatividade: Atuação diligente e colaborativa na execução das atividades, com iniciativa responsável para identificação de demandas, prevenção de falhas, apoio às equipes e contribuição para a melhoria contínua da prestação do serviço, respeitados os limites das atribuições contratuais.

5.11.3.5. Observância às Normas Institucionais: Cumprimento das normas internas da Administração, dos protocolos das unidades socioassistenciais, das orientações da fiscalização do contrato e dos deveres funcionais previstos em legislação municipal aplicável.

5.11.3.6. Responsabilidade e Zelo pelo Serviço Público: Execução das atividades com



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

comprometimento, ética, discrição e zelo pelo patrimônio público, pela imagem institucional e pela finalidade social dos serviços prestados.

5.11.3.7. Boa-fé: Atuação pautada pela boa-fé, lealdade institucional e respeito às normas internas da Administração Pública.

5.11.3.8. Honestidade e probidade: vedada qualquer conduta que possa caracterizar vantagem indevida, favorecimento, omissão dolosa ou má-fé no desempenho das funções.

5.11.3.9. Flexibilidade e adaptabilidade: demonstrar capacidade de ajustar-se às rotinas, fluxos operacionais, orientações técnicas e eventuais alterações decorrentes do interesse público ou da dinâmica dos serviços;

5.11.4. Parágrafo único: Exige-se a postura profissional compatível com a natureza sensível das atividades do SUAS, especialmente no atendimento a públicos em situação de vulnerabilidade social, e o descumprimento reiterado dos critérios acima poderá ensejar a substituição do profissional pela CONTRATADA, aplicação de glosas, sanções administrativas e demais medidas previstas no contrato e na legislação vigente, sem prejuízo da responsabilidade trabalhista da empresa. Anexo IV dispõe os modelos para acompanhamento mensal do desenvolvimento das atividades.

**6. DA GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. Caberá à servidora Elizabeth Porto da Silva Range, Matrícula N.º 15.291, designada, pela Secretária Municipal de Assistência Social, Priscila Vaz de Lima Branco Bonifácio, portaria 0972/2024, como Gestora do Contrato, abaixo assinado, o acompanhamento da execução da contratação, inclusive suas prorrogações e aditamentos, quando for o caso, objetivando a verificação e controle de valores e quantitativos, cumprimento de metas e dos prazos legais e convencionais, bem como de outros elementos necessários à boa execução da contratação, nos termos do artigo art. 21 da Lei Municipal nº 2384/2023.

6.2. Caberá à Comissão de Fiscalização composta pelos servidores Patrícia Vieira Coelho, Matrícula 13.795, e Renata Pinto Sarzedas da Silva, Matrícula 15.913; devidamente designado(a)s, pela Secretária Municipal de Assistência Social, Priscila Vaz de Lima Branco Bonifácio, portaria 0972/2024, e abaixo assinados, a fiscalização da contratação, ficando responsáveis pelo recebimento, devendo acompanhar e anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização de falhas e/ou defeitos observados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, nos termos do artigo 22 da Lei Municipal nº 2384/2023.

6.3. Caberá ao Fundo Municipal de Assistência Social fiscalizar a execução do Contrato. Incumbe à fiscalização a prática de todos os atos que lhe são próprios, definidos na legislação pertinente, no Edital e seus Anexos, nas especificações dos serviços, no contrato, inclusive quanto à aplicação das penalidades previstas no Contrato e na legislação em vigor, observado o contraditório e a ampla defesa;

6.4. As demais cláusulas poderão ser de acordo com o estabelecido pela Secretaria de Governo, observadas as normas estabelecidas na Lei Federal 14.133/2021, suas posteriores alterações e nas demais legislações que tratem da matéria;

6.5. Caberá ao fiscal do Contrato, acompanhar e anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato e determinar o que for necessário a regularização das falhas e/ou defeitos observados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato;

6.5.1. Dentre outras atribuições, cabe à fiscalização contínua da documentação requerida no subitem 5.11 deste Termo de Referência, bem como o acompanhamento na forma indicada conforme modelos propostos no Anexo IV.

6.5.2. Da Fiscalização Contínua das Certidões - Em observância ao dever de vigilância do Poder Público:

6.5.2.1. O Fiscal do Contrato será o responsável direto pela conferência da validade das certidões de antecedentes criminais (Âmbito Federal e Estadual);

6.5.2.2. As certidões deverão ser revalidadas e reapresentadas periodicamente pela CONTRATADA ao longo de toda a execução do serviço, respeitando-se o prazo de validade de cada documento (ou a cada 6 meses, caso o documento seja silente);

6.5.2.3. A identificação de qualquer registro criminal superveniente ou certidão vencida implicará no afastamento imediato do profissional, sem prejuízo de sanções administrativas à empresa.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

6.6. O Fundo Municipal de Assistência Social, através de quem designar, terão amplos poderes para acompanhar, inspecionar, fiscalizar e exercer controle sobre as obrigações contratuais assumidas pela detentora da Ata de Registro de Preços;

6.7. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência, em especial aqueles relativos aos índices de produtividade;

6.8. A conformidade da metodologia quanto às boas práticas aplicadas na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da detentora da Ata de Registro de Preços que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso;

6.9. O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais e comunicando a autoridade competente, quando for o caso, conforme disposto nos §§ 1º e 2º do artigo 117 da Lei 14.133/2021;

6.10. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da detentora da Ata de Registro de Preços, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do Fundo Municipal de Assistência Social ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Art. 120 da Lei 14.133/2021;

6.11. Ficará reservado à fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no processo administrativo e tudo o mais que se relacione com o objeto licitado, desde que não acarrete ônus para o Município ou modificação da contratação.

6.12. **Da Gestão e Fiscalização do Objeto:** esta seção apresenta as disposições e diretrizes à gestão e fiscalização dos termos contratuais do presente objeto, conforme segue:

6.12.1. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para os serviços contratados, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos a repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto. (Art. 39 da IN-05/2017).

6.12.2. Para os fins deste Termo de Referência, observam-se, nos termos do Art. 40 da IN-05/2017, que o conjunto de atividades de que trata o artigo anterior compete ao gestor da execução dos contratos, auxiliado pela fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, conforme o caso, de acordo com as seguintes disposições:

6.12.2.1. **Gestão da Execução do Contrato:** é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros;

6.12.2.2. **Fiscalização Técnica:** é o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela fiscalização de que trata o inciso subitem 6.12.2.5 desta subseção;

6.12.2.3. **Fiscalização Administrativa:** é o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços nos contratos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra quanto às obrigações



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento;

6.12.2.4. Fiscalização Setorial: é o acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos, quando a prestação dos serviços ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade; e

6.12.2.5. Fiscalização pelo Público Usuário: é o acompanhamento da execução contratual por pesquisa de satisfação junto ao usuário, com o objetivo de aferir os resultados da prestação dos serviços, os recursos materiais e os procedimentos utilizados pela contratada, quando for o caso, ou outro fator determinante para a avaliação dos aspectos qualitativos do objeto.

6.12.3. No caso do subitem 6.12.2.4, o ordenador de despesas designará representantes nesses locais para atuarem como fiscais setoriais, indicação está citada no subitem 6.2.

6.12.4. O recebimento provisório dos serviços ficará a cargo do fiscal técnico, administrativo ou setorial, e o recebimento definitivo, a cargo do gestor do contrato.

6.12.4.1. O recebimento dos serviços deve observar os prazos conforme os subitens que tratam respectivamente: do início 5.2; dos recebimentos 5.6, 5.6.1, 5.6.1.1, 5.7, e das irregularidades e substituições 5.9, 12.18, 12.18.1.

6.12.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual serão realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

6.12.6. Para os critérios para acompanhamento e fiscalização dos contratos, orienta-se observar a seção III da IN-05/2017, para tratar dos aspectos gerais da fiscalização e do início da prestação dos serviços conforme segue:

6.12.6.1. O preposto da empresa<sup>8</sup> deve ser formalmente designado pela contratada antes do início da prestação dos serviços, em cujo instrumento deverá constar expressamente os poderes e deveres em relação à execução do objeto.

6.12.6.2. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

6.12.6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.12.6.4. O gestor ou fiscais do FMAS poderá convocar o preposto para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.12.6.5. A depender da natureza dos serviços, poderá ser exigida a manutenção do preposto da empresa no local da execução do objeto, bem como pode ser estabelecido sistema de escala semanal ou mensal.

6.12.7. Após a assinatura do contrato, sempre que a natureza da prestação dos serviços exigir, o FMAS deverá promover reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

6.12.7.1. Os assuntos tratados na reunião inicial devem ser registrados em ata e, preferencialmente, estarem presentes o gestor, os responsáveis pela fiscalização do contrato, o preposto da empresa, e, se for o caso, equipe de Planejamento da Contratação.

6.12.7.2. A Contratada deverá atender às convocações da Contratante às reuniões periódicas com o preposto, de modo a garantir a qualidade da execução e os resultados previstos para a prestação dos serviços.

6.12.7.3. Em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante autorização da autoridade competente, o prazo inicial da prestação de serviços ou das suas etapas poderão sofrer alterações, desde que requerido pela contratada antes da data prevista para o início dos serviços ou das respectivas etapas, cumpridas as formalidades exigidas pela legislação.

6.12.7.4. Na análise do pedido de que trata o subitem 6.12.7.3, a Administração deverá observar se o seu acolhimento não viola as regras do ato convocatório, a isonomia, o interesse público ou qualidade da execução do objeto, devendo ficar registrado que os pagamentos serão realizados em conformidade com a efetiva prestação dos serviços.

6.12.8. As ocorrências<sup>9</sup> acerca da execução contratual deverão ser registradas durante toda a vigência da prestação dos serviços, cabendo ao gestor e fiscais, observadas suas atribuições, a adoção das providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

6.12.9. O registro das ocorrências, as comunicações entre as partes e demais documentos relacionados à execução do objeto poderão ser organizados em processo de fiscalização, instruído conforme ETP e este Termo de Referência.

6.12.10. As situações que exigirem decisões e providências que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser registradas e encaminhadas ao gestor do contrato que as enviará ao superior em tempo hábil para a adoção de medidas saneadoras.

6.12.11. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, quando for o caso: I - os resultados alcançados em relação ao contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada; II - os recursos humanos empregados em função da quantidade e da formação profissional exigidas; III - a qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados; IV - a adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida; V - o cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e VI - a satisfação do público usuário.

6.12.11.1. A Contratada se submete, desde o início da prestação dos serviços, ao mecanismo de controle da utilização dos recursos e/ou materiais empregados na execução do(s) contrato(s), para efeito de acompanhamento da execução do objeto bem como para subsidiar a estimativa para as futuras contratações.

6.12.11.2. A conformidade do(s) recurso(s) ou material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da contratada que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido no contrato, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como cargo, qualificação, forma de execução, marca, qualidade e forma de uso.

**7. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO DO OBJETO**

7.1. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.2. O objeto será recebido:

7.2.1. Provisoriamente para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

constantes neste Termo de Referência e na proposta, mediante Termo de Recebimento Provisório.

7.2.1.1. O Recebimento provisório termina com o prazo do recebimento definitivo e se configura como período de tempo para análise das medições nos termos da subseção 7.10.

7.2.2. Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante Termo de Recebimento Definitivo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

7.3. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133 de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que é pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.3.1. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.3.2. Nos termos do inteiro teor do art. 48 da Lei nº 14.133, de 2021, incumbe à observância das disposições durante a vigência do contrato em razão da natureza do presente objeto.

7.3.3. Constatado qualquer desconformidade ou irregularidade na prestação dos serviços, a Fiscalização comunicará a contratada para que no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis efetue a regularidade, implicando, inclusive, em substituição/troca, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

7.3.3.1. O prazo de troca pode ser prorrogado desde que não ultrapasse aos 10 (dez) dias úteis, e que seja devidamente justificado e aceito pela Administração Pública.

7.4. Os ensaios, os testes e as demais provas para aferição do objeto do contrato com as normas técnicas oficiais, se necessárias, correrão por conta da Contratada.

7.5. O acompanhamento e recebimento provisório ou definitivo das prestações de serviço mensal do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7.6. Os pagamentos serão efetuados pela Administração Municipal em moeda corrente nacional, em 30 dias, contados da emissão do Termo de Recebimento Definitivo e comprovação de regularidade fiscal junto ao INSS e ao FGTS, dentre outros, bem como daqueles dispostos no subitem 7.10.3.

7.6.1. Para execução do pagamento, a contratada deverá emitir nota fiscal correspondente à sede ou filial que apresentou a documentação na fase de habilitação, sem emendas, rasuras ou borrões, legível e em nome da Prefeitura do Município de Casimiro de Abreu.

7.6.1.1. O Município de Casimiro de Abreu efetuará o pagamento mediante crédito em conta corrente da contratada, em parcelas, à medida que o objeto seja entregue/executado, até o 30º (trigésimo) dia consecutivo, a contar da atestação da nota fiscal/fatura apresentada, verificado o recebimento do objeto contratual e cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas, bem como observadas as condições estabelecidas no termo de referência.

7.7. A Contratada não poderá suspender o cumprimento de suas obrigações e deverá tolerar possíveis atrasos de pagamento nos termos previstos no artigo 137, §2º, IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.8. Nos casos de atraso no pagamento por culpa da contratante, o valor devido será acrescido de taxa de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die* entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamento. No caso de antecipação do pagamento, o valor devido sofrerá desconto à taxa de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die* entre a data do efetivo pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do adimplemento da obrigação.

7.9. A Contratante estará eximida de cumprir os itens relativos às compensações financeiras nos casos em que a Contratada houver concorrido direta ou indiretamente para a ocorrência do atraso.

**7.10. DA MEDIÇÃO, ACEITE E CONTROLE DA EXECUÇÃO**

7.10.1. A medição dos serviços será realizada mensalmente, com base na efetiva prestação dos serviços, frequência dos profissionais e conformidade com os parâmetros definidos neste Termo de Referência.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

7.10.2. O aceite dos serviços ficará condicionado à verificação, pela fiscalização, do cumprimento das obrigações contratuais e da regularidade trabalhista, previdenciária e fiscal.

7.10.3. Nos termos do art. 50 da Lei Federal 14.133/2021, nas contratações de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o contratado deverá apresentar, sob pena de multa, comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato, em especial quanto ao:

7.10.3.1. I – registro de ponto;

7.10.3.2. II – recibo de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;

7.10.3.3. III – comprovante de depósito do FGTS;

7.10.3.4. IV – recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional;

7.10.3.5. V – recibo de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato;

7.10.3.6. VI – recibo de pagamento de vale-transporte e vale-alimentação, na forma prevista em norma coletiva.

**8. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

8.1. O(s) licitante(s) devem observar ao princípio de vinculação ao Edital expresso no Art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021 e atentar desde à sua divulgação e atender plenamente às suas cláusulas.

8.1.1. Além da proposta de preços a ser enviada mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, os LICITANTES INTERESSADOS deverão apresentar junto com a documentação de habilitação DECLARAÇÃO conforme o Anexo I, em que devem ser informados os dados completos e ATUALIZADOS para assinatura dos termos contratuais com contatos, nome do representante legal/procurador, número de identidade, número de CPF, endereço(s), dados bancários; e observar que as informações contidas na proposta vinculam o licitante às exigências previstas neste Termo de Referência, Edital e seus respectivos anexos.

8.2. Quanto às condições de habilitação, o licitante deverá demonstrar: capacidade jurídica; regularidade fiscal e trabalhista, econômico-financeira, e; qualificação técnica, na forma prevista no instrumento convocatório.

8.3. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante classificado em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto a existência de sanção que impeça a participação no certame ou na futura participação, mediante consulta ao:

8.3.1. Sicaf (<https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/consultass>);

8.3.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico [www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

8.3.3. Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>;

**8.3.4. Quanto à qualificação econômico-financeira o licitante deverá apresentar:**

8.3.4.1. Das condições de habilitação econômico-financeira:

8.3.4.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, acompanhados da cópia do Termo de Abertura e Encerramento do livro em que se acha transcrito, que comprovem a boa situação financeira da empresa, o qual deverá estar devidamente registrado na Junta comercial ou no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas da sede ou domicílio da empresa, ou ainda, pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED). Vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.

8.3.4.3. O Balanço a que se refere o subitem anterior deverá vir acompanhado de quadro demonstrativo



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

assinado pelo representante legal da licitante e por contador e/ou técnico em contabilidade registrado no Conselho Regional de Contabilidade, em que sejam nomeados os valores do ativo circulante(AC), do realizável a longo prazo(RLP), do passivo circulante(PC) e do passivo não circulante(PNC), de modo a possibilitar a avaliação da situação financeira da proponente, calculada a partir da aplicação das seguintes fórmulas:

1. Índices de Liquidez Geral ILG =  $(AC + RLP) / (PC + PNC)$
2. Índices de Liquidez Corrente ILC =  $AC / PC$
3. Solvência Geral SG =  $AT / (PC + PNC)$

Onde:

AC = Ativo Circulante  
AT = Ativo Total  
PC = Passivo Circulante  
RLP = Realizável a Longo Prazo  
PNC = Passivo Não Circulante

8.3.4.4. Serão inabilitadas as licitantes cujos índices apurados não atenderem às seguintes condições:

- 8.3.4.4.1. Índice de Liquidez Geral  $\geq 1,00$
- 8.3.4.4.2. Índice de Liquidez Corrente  $\geq 1,00$
- 8.3.4.4.3. Solvência Geral  $\geq 1,00$

8.3.4.5. Comprovação de possuir a empresa licitante, Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social, de acordo com o disposto na alínea b do item 11.1 do Anexo VII-A da IN-05/2017.

8.3.4.6. Comprovação de possuir a empresa licitante, patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta, de acordo com o disposto na alínea c do item 11.1 do Anexo VII-A da IN-05/2017.

8.3.4.7. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.3.4.8. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida pelo distribuidor do domicílio da pessoa física, emitida nos últimos 90 (noventa) dias da data da licitação, exceto quando dela constar o prazo de validade.

8.3.4.9. **Da justificativa:** a exigência de habilitação econômico-financeira, nos termos do item 12 do Anexo VII-A da IN nº 05/2017 e em observância às disposições do art. 69 da Lei nº 14.133/2021, justifica-se como medida necessária para comprovar a capacidade do licitante de cumprir as obrigações contratuais, mediante critérios objetivos definidos no edital. Tal exigência mostra-se essencial diante da natureza do objeto, que envolve serviços terceirizados com dedicação exclusiva de mão de obra (DEMO), de caráter eventual, porém com permanência condicionada à demanda. Embora o acionamento seja variável, a execução poderá assumir caráter contínuo enquanto durar a necessidade de atendimento às crianças e adolescentes, exigindo com isso, solidez financeira da contratada para suportar encargos trabalhistas, previdenciários e operacionais. Os serviços estão diretamente vinculados às políticas do SUAS, especialmente no âmbito das unidades socioassistenciais e da Casa de Acolhimento, onde a continuidade é imprescindível. Eventual descontinuidade comprometeria o atendimento aos usuários e o interesse público. Assim, a exigência não restringe a competitividade, mas assegura a execução regular e eficiente do contrato. Ademais, a análise será objetiva, podendo haver diligências complementares pela Comissão de Licitação, conforme a legislação vigente. o haver diligências complementares pela Comissão de



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

Licitação, conforme a legislação vigente.

**8.3.5. Quanto à habilitação técnica, será exigido do licitante o seguinte:**

**8.3.5.1. Qualificação técnico-operacional:**

8.3.5.1.1. Nos termos do inciso II e VI do art. 67 da Lei 14133/21, considerando que o presente objeto trata de serviços técnico-operacionais relacionados à contratação de empresa para prestação de serviços Dedicção Exclusiva de Mão de Obra (DEMO), compreende-se a necessidade de prova de atendimento de requisitos específicos previstos em normas legais e técnicas, pois observa a necessidade de conformidade com os parâmetros deste Termo de Referência e ainda aqueles que sejam correlatos, portanto, justifica-se a exigência de atestado de capacidade técnica.

8.3.5.1.2. A empresa deverá apresentar Certidões ou atestados, expedidos por entidades da Administração Pública ou pessoa jurídica de direito privado, que demonstrem a prestação de serviços similar de complexidade operacional equivalente ou superior;

8.3.5.1.3. A qualificação técnica será comprovada mediante apresentação de, pelo menos, um atestado de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a prestação do serviço e/ou fornecimento satisfatório de materiais compatíveis com o objeto deste Termo de Referência;

8.3.5.1.4. O(s) atestado(s) de capacidade técnica poderá(ão) ser apresentado(s) em nome da matriz ou da filial do licitante.

8.3.5.1.5. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

**8.4. Da Garantia:**

8.4.1. A CONTRATADA, nos termos do Art. 96 da Lei Federal 14.133/2021, fica obrigada a apresentar à Secretaria Municipal de Fazenda - SEMFAZ com cópia para a Administração da SEMAS e/ou Coordenadoria Geral de Contratos, também no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da assinatura do Contrato ou Instrumento equivalente, comprovante de prestação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, com validade para todo o período contratual, mediante opção por uma dentre as seguintes modalidades, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

8.4.1.1. Cabe à CONTRATADA optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

8.4.1.1.1. caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia (inciso I do §1º do Art. 96);

8.4.1.1.2. seguro-garantia (inciso II do §1º do Art. 96);

8.4.1.1.3. fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil. (inciso III do §1º do Art. 96)

8.4.2. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em Banco Oficial, em conta específica com correção monetária, em favor do Fundo Municipal de Assistência Social;

8.4.3. A garantia, inclusive na modalidade seguro-garantia, poderá ser executada para ressarcimento do Fundo Municipal de Assistência Social e para pagamento dos valores das multas moratórias, multas punitivas, indenizações a ele devidas pelo Contratado, bem como de débitos da empresa para com os encargos fiscais, previdenciários e trabalhistas relacionados com o presente contrato, tais como INSS, FGTS, impostos, salários, vales-transportes, vales-refeições e verbas rescisórias, prejuízos advindos do não cumprimento do contrato, multas punitivas aplicadas pela fiscalização à contratada e prejuízos diretos causados à contratante decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

8.4.4. A contratada fica obrigada a repor o valor da garantia quando esta for utilizada para cobertura de multas, desde que não tenha havido rescisão;



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

8.4.5. No caso de renovação da contratação, a Contratada deverá renovar a garantia;

8.4.6. O prazo de vigência da garantia será até 12 (doze), meses, e deverá acompanhar ao prazo de vigência da contratação, acrescido de 90 (noventa) dias;

8.4.7. A não observância do prazo fixado para apresentação da garantia estabelecida neste item acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor da contratação por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento), observando ao previsto no Art. 98 da Lei Federal 14.133/2021, em que a incidência de atrasos implica em riscos de natureza técnico-financeira em razão do presente objeto;

8.4.7.1. Em caso de rescisão por culpa da CONTRATADA, o valor da garantia poderá ser utilizado para cobrir as despesas de eventual contratação emergencial e ou convocação de licitante remanescente, com a finalidade de garantir que as Unidades Socioassistenciais não sejam desassistidas, especialmente, as crianças e adolescentes acolhidos de situação de vulnerabilidade social.

8.4.8. O atraso superior a 30 (trinta) dias úteis para apresentação da garantia poderá acarretar a rescisão unilateral da contratação, sem prejuízo da multa prevista no subitem anterior.

**9. DESCRIÇÃO DOS ITENS E QUANTIDADES ESTIMADAS**

9.1. Tabela com descrição e especificação técnica detalhada dos itens:

Item	CATSER	DESCRIÇÃO / SERVIÇO	Unidade de Medida	A) QTDE Funcional	B) QTDE Mês	C) R\$ Um.	D) Total Mês. (A x C = D)	E) TOTAL ANO (B x C = E)
1	23124 Similar	Serviços, de natureza contínua, de apoio administrativo e operacional (atividades-meio) com Dedicção Exclusiva de Mão de Obra para atender às necessidades permanentes de funcionamento das Unidades Socioassistenciais da SEMAS na execução de suas atividades, projetos e programas enquadrados dentro das políticas do SUAS. <b>Cuidador Institucional. Regime de Escala 24hX72h</b> , por um período de 12 (doze) meses.	Unidade	16	12	R\$ 4.500,00	R\$ 72.000,00	R\$ 864.000,00
2	25631 Similar	Serviços, de natureza contínua, de apoio administrativo e operacional (atividades-meio) com Dedicção Exclusiva de Mão de Obra para atender às necessidades permanentes de funcionamento das Unidades Socioassistenciais da SEMAS na execução de suas atividades, projetos e programas enquadrados dentro das políticas do SUAS. <b>Auxiliar de Cuidador Institucional. Regime de Escala 24hX72h</b> , por um período de 12 (doze) meses.	Unidade	12	12	R\$ 4.045,70	R\$ 48.548,40	R\$ 582.580,80
3	23124 Similar	Serviços, de natureza contínua, de apoio administrativo e operacional (atividades-meio) com Dedicção Exclusiva de Mão de Obra para atender às necessidades permanentes de funcionamento das Unidades Socioassistenciais da SEMAS na execução de suas atividades, projetos e programas enquadrados dentro das políticas do SUAS. <b>Orientador Social 40h semanais</b> , por um período de 12 (doze) meses.	Unidade	20	12	R\$ 4.034,20	R\$ 80.684,00	R\$ 968.208,00
F) Totais				48			R\$ 201.232,40	R\$ 2.414.788,80

**9.2. Especificação técnica complementar dos itens do objeto:**

9.2.1. A contratação de empresa especializada na prestação de serviços terceirizados, de natureza contínua, com DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA (DEMO), voltados ao apoio administrativo e operacional (atividades-meio), compreende, respectivamente a descrição dos itens disposto na tabela desta seção, bem como da subseção/subcláusula 5.11 deste Termo de Referência que apresenta o detalhamento pormenorizado das atribuições de cada cargo/função.

9.2.2. A contratação será realizada sob o regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com alocação exclusiva de trabalhadores por parte da empresa contratada, a qual será integralmente responsável pela gestão da mão de obra, incluindo encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais obrigações legais, nos termos do art. 121 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.2.3. A Contratação com Dedicção Exclusiva de Mão de Obra (DEMO), procede-se à execução dos serviços mediante alocação exclusiva de profissionais nas unidades indicadas pela Contratante, observadas as escalas, cargas horárias, perfis profissionais e quantitativos definidos neste Termo de Referência e em seus anexos;

9.2.4. Os empregados da Contratada ficarão, exclusivamente, à disposição nas dependências da Contratante para a prestação dos serviços, sendo vedada qualquer forma de compartilhamento de mão de obra com outros contratos da contratada. Implicando que a Contratada não poderá compartilhar os recursos humanos e materiais disponíveis do presente objeto desta contratação para execução simultânea de outros contratos;





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

9.2.5. A Contratada fica obrigada a manter as proporções de trabalhadores em conformidade com as especificações das Orientações Técnicas para Serviços de Acolhimento, devidamente aprovada pela Resolução Conjunto CNAS/CONANDA Nº 01/2009, e disposta na NOBRHSUAS, conforme quadro disposto no Anexo II deste Termo de Referência;

9.2.5.1. As quantidades a que se supracitadas serão requeridas pela Coordenação de Proteção Social Especial, Coordenação de Projetos da SEMAS e/ou pelo Departamento de Pessoal da SEMAS, conforme análise das demandas institucionais;

9.2.5.2. O acréscimo das quantidades supramencionadas deverá ser suprido em até 48 (quarenta e oito) horas, contadas após solicitação formal da Administração Pública;

9.2.6. Os serviços a serem contratados possuem caráter contínuo, demandando execução regular e permanente, com quantitativos estimados definidos neste Termo de Referência e em seus anexos, sem prejuízo de ajustes decorrentes da efetiva necessidade da Administração, conforme autorizado pelo Sistema de Registro de Preços.

9.2.7. A Contratada se submete e possibilita dentro dos termos contratuais a fiscalização pela Contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos.

9.2.8. A contratação não se destina à substituição de servidores públicos efetivos, tampouco à execução de atividades finalísticas exclusivas de Estado, restringindo-se às atividades-meio, em conformidade com a legislação aplicável, os entendimentos dos órgãos de controle e as normas que regem a terceirização de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra.

9.2.9. A execução do objeto deverá observar rigorosamente as condições, especificações técnicas, parâmetros operacionais, critérios de medição e pagamento, bem como as obrigações das partes, conforme estabelecido neste Termo de Referência, no edital, na ata de registro de preços e no respectivo contrato administrativo.

9.3. Conforme o Item 1.3, em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto e às descritas no Portal de Compras do Governo, prevalecerão às especificações constantes deste Termo de Referência.

9.4. **Da memória de Cálculo:** A metodologia utilizada para verificar a necessidade nesta aquisição observa as quantidades estipuladas pela Lei Municipal Nº 2157 de 19/11/2021; a tabela de referência da NOB-RH/SUAS quanto aos Atendimentos em Pequenos Grupos (abrigo institucional, casa-la e cada de passagem), que dispõe da Equipe de referência para atendimento direto, e ainda; aos relatórios das Coordenações de Projeto, da Casa de Acolhimento e do Controle do Departamento Pessoal os quais expõem indicações dos quantitativos de atendimento das crescentes demandas aliadas à complexidade das vulnerabilidades às quais os respectivos cargos são orientados para responder. Neste contexto socioassistencial os relatórios observam que o quantitativo de profissional exigido por grupo de usuários acolhidos e assistidos é suscetíveis do enquadramento da NOB-RH/SUAS que preconiza para serem aumentadas sempre que houver usuários que demandem atenção específica (com deficiência, com necessidades específicas de saúde, pessoas soropositivas, idade inferior a um ano, pessoa idosa com Grau de Dependência II ou III, dentre outros).

9.5. **Da Estimativa:** a estimativa de quantidades e de entrega observa às necessidades dos FUNDOS, facultando-se ao licitante a participação cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, caso seja de seu interesse. Por conseguinte, as quantidades máximas estabelecidas são as que se encontram na planilha desta seção 9, bem como das orientações e dados contidos nos Anexos deste Termo de Referência, e a(s) execuções/entrega(s) ocorrerá(rão) conforme Cronograma de Trabalho mensal mediante rotina preestabelecida pelas Unidades Socioassistenciais, Coordenação de Projetos da SEMAS e/ou Departamento de Pessoal da SEMAS pelos meios formais como controle de folha de ponto, bem como da emissão de ordem de serviço durante o período de vigência dos termos contratuais;

9.5.1. **Das quantidades máximas:** as quantidades máximas são àquelas registradas na planilha da cláusula 9 deste Termo de Referência, não cabendo cotação inferior nem diferente destas;

9.5.2. **Das quantidades mínimas:** em observância ao inciso IV, do Art. 82 da Lei 14.133/2021, não serão consideradas quantidades mínimas em quantitativo inferior ao máximo previsto registrado na



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

planilha desta seção 9, ressaltando ainda tratar-se de objeto cujos quantitativos seguem as especificidades baseadas em enquadramento legal e normas técnicas do SUAS, ficando os licitantes obrigados aos limites das quantidades devidamente estabelecidos neste Termo de Referência;

**9.6. Do Preço Máximo Estimado:** o preço máximo estimado para registro, atrelado às especificações do objeto, bem como às respectivas quantidades de cada item, a serem ofertadas na(s) proposta(s) devem seguir às referências dispostas na tabela desta seção 9 e o respectivo anexo, não sendo aceitas especificações e quantidades diferentes destas, nem valores superiores aos apresentados como teto máximo estimado para os respectivos itens;

**9.7.** O prazo de validade da proposta comercial será de 90 (noventa) dias, contados da data da abertura da sessão pública.

**10. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO**

**10.1.** O valor total estimado para a contratação é de **R\$ 2.414.788,80** (dois milhões, quatrocentos e quatorze mil, setecentos e oitenta e oito reais, e oitenta centavos).

**10.2.** Da Estimativa de Preços: os valores máximos estimados são aqueles apresentados na tabela da seção 9, observado os termos do subitem 12.5 e 12.5.1, sendo vedada a aquisição de valores superiores aos apresentados.

**10.2.1.** Os valores máximos estimados resultam de pesquisa de preços efetuada de forma a atender a legalidade e aos princípios de economicidade e vantajosidade, obtendo como produto os preços máximos para licitar referentes aos itens deste objeto. É importante ressaltar que os critérios adotados nesta pesquisa se encontram em conformidade com aqueles estabelecidos no decreto 3335/2023 e na Lei 14.133/2021, chegando dessa forma ao preço referencial para licitar que atende aos parâmetros de mercado.

**11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**11.1.** As despesas decorrentes dessa aquisição correrão por conta do recurso consignado na dotação orçamentária do Fundo Municipal de Assistência Social:

**11.1.1.** Programa de Trabalho: 07.07.08.122.0010.2700;

**11.1.2.** Elemento de Despesa: 3.3.90.39.99;

**11.1.3.** Ficha: 284;

**11.1.4.** Fonte de Recurso: 0.1.1704. 704.002;

**11.2.** As dotações relativas aos exercícios financeiros do Fundo Municipal de Assistência Social encontram-se devidamente indicadas conforme aprovação orçamentária publicada no Jornal Oficial do Município de Casimiro de Abreu - Edição Nº MDCXC no dia 18/12/2025.

**12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

**12.1.** Executar os serviços obedecendo rigorosamente às especificações discriminadas neste Termo de Referência e principalmente aos preceitos instituídos pela legislação de regência;

**12.2.** Manter, durante toda a execução da contratação/período de garantia, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação.

**12.3.** Não transferir para outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato a ser firmado.

**12.4.** Responsabilizar-se, exclusivamente, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da contratação.

**12.5.** Arcar com todas as despesas operacionais, correspondentes a deslocamentos, fretes, seguros, taxas, emolumentos, cópias e quaisquer outras necessárias à execução do objeto desta contratação.

**12.5.1.** Na precificação dos serviços deste Termo de Referência deverão constar, quanto ao que couber e for aplicável, todos os encargos, tributos e obrigações concernentes às legislações sociais, fiscais, securitárias ou previdenciárias, bem como todas as despesas decorrentes da execução de eventuais trabalhos extraordinários, despesas com instalações, unidades operacionais e/ou equipamentos necessários à execução do objeto deste Termo de Referência, bem como da composição da remuneração conforme modelo da Planilha de Custo e Formação de Preços do Anexo III; ou seja, todas as despesas e encargos com material e mão-de-obra necessária à completa realização da execução do



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

objeto deste Termo de Referência, e ainda àqueles encargos que não estejam aqui mencionados, mas que sejam essenciais para operacionalizar a eficiente e efetiva entrega regular dos serviços.

12.6. Executar a contratação através de pessoas idôneas, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que os mesmos venham a cometer no desempenho das funções, podendo a Administração exigir a retirada daquelas cujas condutas sejam julgadas inconvenientes e obrigando-se também a indenizar a Administração por todos os danos e prejuízos que eventualmente ocasionarem.

12.7. Assumir total responsabilidade pelos serviços prestados que apresentarem não conformidade, má qualidade e/ou irregularidades, e ainda por eventuais danos e/ou prejuízos causados a terceiros e/ou a coisas e bens do CONTRATANTE, arcando com as respectivas indenizações;

12.8. Responder perante o órgão gestor da contratação por qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência da execução dos serviços contratados, por atos de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, assegurando à Administração o exercício do direito de regresso, eximindo-o de qualquer solidariedade ou responsabilidade de qualquer natureza.

12.8.1. Responder necessidade de cumprir o Acordo, Dissídio, Convenção Coletiva ou equivalente, relativo à categoria profissional abrangida no contrato bem como da legislação em vigor e não havendo na região Acordo, Dissídio ou Convenção Coletiva relativa à categoria profissional abrangida no contrato, garantir os direitos trabalhistas, fixado em regulamento de trabalho ou profissão de natureza similar da região mais próxima;

12.8.2. Aceitar que a Administração Pública não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa CONTRATADA, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade;

12.8.3. Aceitar a rescisão do contrato por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE e a aplicação das penalidades cabíveis para os casos de não pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas, bem como pelo não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em relação aos empregados da CONTRATADA que efetivamente participarem da execução do contrato;

12.8.4. Reconhecer sua responsabilidade exclusiva da CONTRATADA sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;

12.8.5. Apresentar a comprovação, conforme solicitado pela CONTRATANTE, do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, em relação aos empregados da CONTRATADA que efetivamente participarem da execução do contrato;

12.8.6. Aceitar, em caso de descumprimento da obrigação acima, a retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada e não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de (15) quinze dias, aceitar que CONTRATANTE efetue o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato;

12.8.7. A CONTRATADA deverá observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;

12.8.8. A CONTRATADA deverá observar os preceitos da lei a Lei nº 6.019, de 3/01/1974, modificada pela Lei nº 13.429/2017 e pela Lei nº 13.467/17, conforme a categoria profissional;

12.8.9. A CONTRATADA também deverá cumprir e observar as regras da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

12.8.10. A CONTRATADA ainda deverá cumprir e observar todas as disposições prescritas na sessão 5 deste Termo de Referência, em especial, ao subitem 5.11, bem como se submeter à gestão e fiscalização deste instrumento.

12.9. Facilitar e permitir ao órgão gestor da contratação, a qualquer momento, a realização de auditoria dos materiais fornecidos, sem que isso incorra em isenção de responsabilidade, bem como esclarecer prontamente as questões relativas à execução da contratação, quando solicitada.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

12.10. Não utilizar o nome do Município de Casimiro de Abreu ou do órgão gestor da contratação em quaisquer atividades de divulgação de sua empresa, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e outros impressos.

12.11. Não se pronunciar em nome do Município de Casimiro de Abreu ou do órgão gestor da contratação aos meios de imprensa ou clientes sobre quaisquer assuntos relativos à sua atividade, bem como sobre os serviços ao seu cargo.

12.12. Comunicar ao órgão gestor da contratação, no prazo de 10 (dez) dias de antecedência, qualquer alteração na composição societária da empresa ou em seu quadro técnico.

12.13. Comunicar ao órgão gestor da contratação, com antecedência mínima de 2 (dois) dias o pedido de afastamento temporário, bem como, quaisquer alterações cadastrais da empresa (end., tel., fax, e-mail).

12.14. Guardar por si, por seus empregados e prepostos, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, ou por qualquer forma ou modo venham tomar conhecimento, o mais completo e absoluto sigilo, em razão do fornecimento a serem confiados, ficando, portanto, por força da lei civil e criminal, responsável por sua indevida divulgação, descuidada e incorreta utilização, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa.

12.15. Obedecer às determinações legais ou emanadas das autoridades constituídas, sendo a única responsável pelas providências necessárias e pelos efeitos decorrentes de eventuais inobservâncias delas.

12.16. Apresentar ao órgão gestor da contratação, junto com a(s) nota(s) fiscal(is), os documentos exigidos para pagamento, sob pena de retenção total ou parcial do pagamento.

12.17. Assumir total responsabilidade pelos materiais que apresentarem não conformidade, má qualidade e/ou irregularidades, responsabilizando-se por eventuais danos e/ou prejuízos causados a terceiros e/ou a coisas e bens do Município de Casimiro de Abreu e do órgão gestor da contratação, arcando com as respectivas indenizações, que poderão ser imediatamente retidas, e/ou reembolsando de imediato o valor do prejuízo acarretado.

12.18. Substituir e/ou reparar, por sua conta e responsabilidade, os materiais considerados inadequados ou imperfeitos, ou que estiverem em desacordo com o ora pactuado, respeitando os prazos fixados, ficando a critério do órgão gestor da contratação aprovar ou rejeitar, sem prejuízo das multas contratuais.

12.19. Requerer a exclusão do Município e do órgão gestor da contratação de lide que venha a ser movida por qualquer motivo relacionado aos compromissos aqui contratados, inclusive por seus funcionários, sob pena de ressarcimento dos prejuízos advindos do processo judicial, acrescido de perdas e danos, sem prejuízo de rescisão contratual.

12.20. Obter as licenças junto às repartições competentes, necessárias ao cumprimento das obrigações contratuais e mantê-las atualizadas.

12.21. Cumprir com as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

12.22. O Município de Casimiro de Abreu e o órgão gestor da contratação não aceitarão, sob pretexto algum, a transferência de responsabilidade da contratada, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros alegados.

**13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

13.1. Promover, na forma da legislação de regência, o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto do Termo de Referência. A existência de fiscalização de modo algum atenua ou exime a responsabilidade da Contratada por qualquer vício ou defeito na execução do contrato.

13.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

13.3. Notificar, por escrito, à Contratada sobre eventuais irregularidades encontradas no fiel cumprimento de suas obrigações, observando os prazos para adequação.

13.4. Efetuar os pagamentos devidos à Contratada pelos materiais efetivamente entregues e faturados, nas condições estabelecidas neste Termo de Referência.

13.5. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos materiais recebidos



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

13.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

14.1. A licitante ou a contratada será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

14.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

14.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

14.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

14.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, quando exigidas;

14.1.5. Não manter a proposta, inclusive no que tange à apresentação de amostra ou prova de conceito, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

14.1.6. Não celebrar o contrato/instrumento equivalente ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

14.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

14.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

14.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

14.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:

14.2.1. Advertência;

14.2.2. Multa, não inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor da contratação;

14.2.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Casimiro de Abreu, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

14.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

14.3. A aplicação de sanções observará o devido processo administrativo, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021, combinada com o artigo 31 e seguintes da Lei Municipal nº 2384/2023.

14.4. As sanções aplicadas serão obrigatoriamente registradas junto à Coordenadoria Geral de Contratos, bem como no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep).

14.5. A aplicação das sanções não exonera o infrator de eventual ação por perdas e danos que seu ato ensejar.

**15. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

15.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços é de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado, por igual período, nos termos do artigo 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.2. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços é de 1 (um) ano, contado a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado, por igual período, conforme sua previsão expressa na própria ata e desde que seja comprovado que as condições e os preços permaneçam vantajosas conforme art. 34 do Decreto Municipal Nº 3.393 de 08/03/2024;

*Página 52 de 114*





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

15.3. Homologado o resultado da licitação, conforme art. 31 do Decreto Municipal Nº 3.393 de 08/03/2024, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

15.4. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

15.5. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

15.6. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

15.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas neste edital e na legislação vigente, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

**16. DO CONTRATO**

16.1. A contratação com os fornecedores registrados na ata de registro de preço, poderá ser formalizada pelo órgão ou entidade interessado por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, na forma do art. 35 do Decreto Municipal 3.393 de 08/03/24, e o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O prazo do contrato proveniente da Ata de Registro de Preços, ARP, considerada a conveniência e oportunidade do interesse público, começará a contar a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP;

16.3. O prazo de vigência da contratação poderá ser de até de 12 (doze) meses ou outro prazo, a contar da data de assinatura do contrato;

16.4. O contrato decorrente da ata de registro de preços poderá ter outro prazo de vigência que será estabelecido no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro;

16.5. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos;

16.5.1. A contratação, na forma do art. 52 do Decreto Municipal 3.393/2024, e do disposto no art. 105 da Lei nº 14.133/2021, caso seja formalizada, deverá ser assinada dentro da vigência da Ata conforme parágrafo único do Art. 36 do Decreto 3.393/2024, e com vigência que não venha conflitar e/ou coincidir com Ata para o mesmo objeto deste Termo de Referência;

16.5.2. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados e/ou prorrogados, nos termos dos artigos 107 e 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

16.6. O contrato ou instrumento equivalente deverá ser assinado dentro do prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação.

16.6.1. O licitante vencedor, na forma do Art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021, será convocado para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo previsto na cláusula anterior, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei;

16.7. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

16.8. Os prazos previstos neste Termo de Referência, conforme o caso, serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento, na forma do Art. 183 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como seus incisos e parágrafos, e observarão as seguintes disposições:



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

- 16.8.1. I – os prazos expressos em dias corridos serão computados de modo contínuo;
- 16.8.2. II – os prazos expressos em meses ou anos serão computados de data a data;
- 16.8.3. III – nos prazos expressos em dias úteis, serão computados somente os dias em que ocorrer expediente administrativo no órgão ou entidade competente.
- 16.8.4. § 1º Salvo disposição em contrário, considera-se dia do começo do prazo:
- 16.8.4.1. I – o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação na internet;
- 16.8.4.2. II – a data de juntada aos autos do aviso de recebimento, quando a notificação for pelos correios.
- 16.8.5. § 2º Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente, se o expediente for encerrado antes da hora normal ou se houver indisponibilidade da comunicação eletrônica.
- 16.8.6. § 3º Na hipótese do inciso II do caput deste artigo, se no mês do vencimento não houver o dia equivalente àquele do início do prazo, considera-se como termo o último dia do mês.

**16.9. Do REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

- 16.9.1. Os contratos que vierem a ser pactuados em decorrência desta licitação serão fixos e irrevogáveis, pelo período de 01 (um) ano, a contar da data do orçamento estimado, podendo ser reajustados a partir desta data, e assim, a cada período de um ano contado do último reajuste, desde que requerido pela CONTRATADA e caso se verifique hipótese legal que autorize o reajustamento, utilizando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), instituído pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
- 16.9.2. A CONTRATADA não terá direito ao reajuste a que alude o subitem anterior, para a etapa do serviço que sofrer atraso em consequência da ação ou omissão motivada pela própria CONTRATADA, e também da que for executada fora do prazo sem que tenha sido autorizada a respectiva prorrogação;
- 16.9.3. No caso de reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno de um ano deve considerar a data do último reajuste concedido;
- 16.9.4. Os efeitos financeiros do reajuste ocorrerão somente em relação aos itens que o motivaram e aos saldos de quantitativos porventura existentes;
- 16.9.5. Nos termos do artigo 231 do Decreto Municipal nº 3335/2023, serão objeto de preclusão:
- 16.9.5.1. As solicitações de reequilíbrio econômico-financeiro realizadas após a assinatura da ata de registro de preços, do contrato ou do termo aditivo sem que tenha havido alteração dos preços, bem como após o encerramento da vigência da ata de registro de preços ou do contrato e;
- 16.9.5.2. As solicitações de reajuste em sentido estrito e repactuação realizadas após a data de aniversário do orçamento estimado, da proposta, do acordo, da convenção coletiva ou do dissídio coletivo, conforme o caso.

**17. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

- 17.1. Este Termo de Referência é parte integrante e complementar às cláusulas e condições previstas no edital de licitação e seus anexos, vinculando os agentes públicos e licitantes que participarem do certame e das contratações para todos os fins.
- 17.2. Constituem-se também como parte integrante deste Termo de Referência seu(s) anexo(s):
- 17.2.1. Anexo I - Modelo de Declaração de Ciência, Veracidade e Responsabilidade Pelas Informações Prestadas;
- 17.2.2. Anexo II - Memória de Cálculo;
- 17.2.3. Anexo III – Planilha de Custo e Formação de Preços.
- 17.2.4. Anexo IV – Modelo de Checklist

Casimiro de Abreu, 30 de abril de 2026.

Elaborado por Sâmella Vieira dos Santos Miguel, matrícula nº 15.855.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

À vista das informações contidas nestes autos e com observância às normas vigentes, APROVO o presente Termo de Referência.

**Priscila Vaz de Lima Branco Bonifácio**

Presidente do Fundo Municipal de Assistência Social

Port.: 0972/2024



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

**ANEXO I -TERMO DE REFERÊNCIA**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA, VERACIDADE E RESPONSABILIDADE PELAS INFORMAÇÕES PRESTADAS**

Eu, nome completo do Representante Legal, nacionalidade, estado civil, profissão, portador do RG Nº \_\_\_\_\_, inscrita no CPF, sob o nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado no endereço: \_\_\_\_\_, Cidade: \_\_\_\_\_, Estado: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_,

**DECLARO**, para os devidos fins de direito, sob as penas da lei, que as informações abaixo prestadas e documentos apresentados para habilitação, relacionados em conformidades com às condições elencadas no instrumento convocatório (Edital), são verdadeiros e autênticos para atendimento às exigências requeridas nas contratações públicas.

**DECLARO** ainda estar ciente do teor do conteúdo do Edital, do Termo de Referência e seus anexos, e por meio deste documento reitero ciência de que a falsidade dessa declaração configura crime com previsão legal, passível de apuração na forma da lei bem como pode ser enquadrada como litigância de má fé.

Empresa Proponente: \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, com sede no endereço: \_\_\_\_\_, Cidade: \_\_\_\_\_, Estado: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_. Contatos: telefone 00-0000-0000, celular whatsapp: 00-00000-0000, E-Mail: \_\_\_\_\_.

Ademais, atestamos para os fins declarados acima que estes contatos estão aptos a responder com prontidão diante das convocações para casos como assinatura de ata de registro de preços e contratos.

Dados Bancários: Banco \_\_\_\_\_ | Conta Corrente \_\_\_\_\_ | Agência: \_\_\_\_\_.

Local e data.

\_\_\_\_\_  
**Nome da Empresa Licitante**

Nome do Responsável Legal

Assinar e carimbar/Papel timbrado substitui carimbo



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)

Anexo II Termo de Referência – Memória de Cálculo

Memória de Cálculo Estimada para 2026					
Equipamentos (Unidades   Departamentos)		Quadro Funcional	ITEM		
			1	2	3
			Cuida- dor	Auxiliar de Cuida- dor	Orienta- dor Social
1	Casa Abrigo	30	16	12	2
2	CRAS	9	0	0	9
3	CENFF	1	0	0	1
4	CEAM	1	0	0	1
5	CREAS - Casimiro de Abreu	3	0	0	3
6	CREAS - Barra de São João	2	0	0	2
7	ACESSUAS Trabalho	2	0	0	2
TOTALIS		48	16	12	20

Item		2022	2023	2024	2025
1		5	5	5	12
2		8	8	8	8
3		8	8	8	13
Profissio- nal / Função	Escolaridade	Quantidade			
Cuidador	nível médio e qualificação específica	1 profissional para até 10 usuários, por turno. A quantidade de cuidador por usuário deverá ser aumentada quando houver usuários que demandem atenção específica (com deficiência, com necessidades específicas de saúde, pessoas soropositivas, idade inferior a um ano, pessoa idosa com Grau de Dependência II ou III, dentre outros). Para tanto, deverá ser adotada a Seguinte relação: a) 1 cuidador para cada 8 usuários, quando houver 1 usuário com demandas específicas; b) 1 cuidador para cada 6 usuários, quando houver 2 ou mais usuários com demandas específicas.			
Auxiliar Cuidador	nível fundamental e qualificação específica	1 profissional para até 10 usuários, por turno. A quantidade de cuidador usuário deverá ser aumentada quando houver usuários que demandem atenção específica (com deficiência, com necessidades específicas de saúde, pessoas soropositivas, idade inferior a um ano, pessoa idosa com Grau de Dependência II ou III, dentre outros). Para tanto, deverá ser adotada a seguinte relação: a) 1 auxiliar de cuidador para cada 8 usuários, quando houver 1 usuário com demandas específicas; b) 1 auxiliar de cuidador para cada 6 usuários, quando houver 2 ou mais usuários com demandas específicas.			





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

**ANEXO III – TERMO DE REFERÊNCIA PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS.**

**ITEM 1: CUIDADOR INSTITUCIONAL. REGIME DE ESCALA 24HX72H.**

**Módulo 1 – Composição da Remuneração**

1	Composição da Remuneração	(R\$)
A	Salário-Base	-
B	Adicional de Periculosidade	-
C	Adicional de Insalubridade	-
D	Adicional Noturno	-
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	-
F	Outros	-
Total		-

**Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários**

**Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias:**

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Percentual (%)	(R\$)
A	Salário-Base	-	-
B	Adicional de Periculosidade	-	-
Total		0,00%	-

**Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.**

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	(R\$)
A	INSS	-	-
B	Salário Educação	-	-
C	SAT	-	-
D	SESC ou Sesi	-	-
E	SENAI - SENAC	-	-
F	SEBRAE	-	-
G	INCRA	-	-
H	FGTS	-	-
Total		0,00%	-

**Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários**

2.3	Benefícios Mensais e Diários.	R\$/unit.	(R\$)
A	Transporte	-	-
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	-	-
C	Benefício Social Familiar	-	-
D	Outros (Seguro de Vida)	-	-
Total		0,00%	-

**Quadro-Resumo do Módulo 2- Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários**



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	(R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	-
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	-
2.3	Benefícios Mensais e Diários.	-
Total		-

**Módulo 3 - Provisão para Rescisão**

3	Provisão para Rescisão	Percentual (%)	(R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	-	-
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	-	-
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	-	-
D	Aviso Prévio Trabalhado	-	-
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	-	-
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	-	-
Total		0,00%	-

**Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente**

**Submódulo 4.1 - Ausências Legais**

4.1	Ausências Legais	Percentual (%)	(R\$)
A	Férias	-	-
B	Ausências Legais	-	-
C	Licença-Paternidade	-	-
D	Ausência por acidente de trabalho	-	-
E	Afastamento Maternidade	-	-
F	Outros (Ausência por motivos de doença)	-	-
Total		0,00%	-

**Módulo 5 - Insumos Diversos**

5	Insumos Diversos	(R\$)
A	Uniformes	-
B	Outros (especificar)	-
Total		-

**Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro**

6	Provisão para Rescisão	Percentual (%)	(R\$)
A	Custos Indiretos	-	-
B	Lucro	-	-
C	Tributos	-	-
C.1	Tributos Federais (PIS)	-	-
C.2	C.2. Tributos Federais (COFINS)	-	-
C.3	C.3. Tributos Municipais (ISS)	-	-



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

Total	0,00%	-
-------	-------	---

**2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO**

1	Composição da Remuneração	(R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	-
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	-
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	-
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	-
E	Módulo 5 - Insumos Diversos -	-
Subtotal (A + B +C+ D+E)		-
F		-
Valor Total Mensal por Empregado		-
Quantidade de Ocupantes dos Postos		12
Valor Mensal dos Postos		-
Quantidade de Meses de Contrato		12
Subtotal do Contrato		-

**TEM 2: AUXILIAR DE CUIDADOR INSTITUCIONAL. REGIME DE ESCALA 24HX72H.**

Módulo 1 – Composição da Remuneração

1	Composição da Remuneração	(R\$)
A	Salário-Base	-
B	Adicional de Periculosidade	-
C	Adicional de Insalubridade	-
D	Adicional Noturno	-
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	-
F	Outros	-
Total		-

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

**Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias:**

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Percentual (%)	(R\$)
A	Salário-Base	-	-
B	Adicional de Periculosidade	-	-
Total		0,00%	-

**Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.**

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	(R\$)
A	INSS	-	-
B	Salário Educação	-	-
C	SAT	-	-
D	SESC ou SESI	-	-
E	SENAI - SENAC	-	-



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

F	SEBRAE	-	-
G	INCRA	-	-
H	FGTS	-	-
Total		0,00%	-

**Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários**

2.3	Benefícios Mensais e Diários.	R\$/unit.	(R\$)
A	Transporte	-	-
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	-	-
C	Benefício Social Familiar	-	-
D	Outros (Seguro de Vida)	-	-
Total		0,00%	-

**Quadro-Resumo do Módulo 2- Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diário**

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	(R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	-
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	-
2.3	Benefícios Mensais e Diários.	-
Total		-

**Módulo 3 - Provisão para Rescisão**

3	Provisão para Rescisão	Percentual (%)	(R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	-	-
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	-	-
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	-	-
D	Aviso Prévio Trabalhado	-	-
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	-	-
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	-	-
Total		0,00%	-

**Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente**

**Submódulo 4.1 - Ausências Legais**

4.1	Ausências Legais	Percentual (%)	(R\$)
A	Férias	-	-
B	Ausências Legais	-	-
C	Licença-Paternidade	-	-
D	Ausência por acidente de trabalho	-	-
E	Afastamento Maternidade	-	-
F	Outros (Ausência por motivos de doença)	-	-
Total		0,00%	-

**Módulo 5 - Insumos Diversos**



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

5	Insumos Diversos	(R\$)
A	Uniformes	-
B	Outros (especificar)	-
Total		-

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

6	Provisão para Rescisão	Percentual (%)	(R\$)
A	Custos Indiretos	-	-
B	Lucro	-	-
C	Tributos	-	-
C.1	Tributos Federais (PIS)	-	-
C.2	C.2. Tributos Federais (COFINS)	-	-
C.3	C.3. Tributos Municipais (ISS)	-	-
Total		0,00%	-

**2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO**

1	Composição da Remuneração	(R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	-
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	-
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	-
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	-
E	Módulo 5 - Insumos Diversos -	-
Subtotal (A + B +C+ D+E)		-
F		-
Valor Total Mensal por Empregado		-
Quantidade de Ocupantes dos Postos		12
Valor Mensal dos Postos		-
Quantidade de Meses de Contrato		12
Subtotal do Contrato		-

**ITEM 3: ORIENTADOR SOCIAL 40H SEMANAIS.**

Módulo 1 – Composição da Remuneração

1	Composição da Remuneração	(R\$)
A	Salário-Base	-
B	Adicional de Periculosidade	-
C	Adicional de Insalubridade	-
D	Adicional Noturno	-
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	-
F	Outros	-
Total		-

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

**Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias:**

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Percentual (%)	(R\$)
-----	---	----------------	-------





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

A	Salário-Base	-	-
B	Adicional de Periculosidade	-	-
Total		0,00%	-

**Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.**

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	(R\$)
A	INSS	-	-
B	Salário Educação	-	-
C	SAT	-	-
D	SESC ou SESI	-	-
E	SENAI - SENAC	-	-
F	SEBRAE	-	-
G	INCRA	-	-
H	FGTS	-	-
Total		0,00%	-

**Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários**

2.3	Benefícios Mensais e Diários.	R\$/unit.	(R\$)
A	Transporte	-	-
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	-	-
C	Benefício Social Familiar	-	-
D	Outros (Seguro de Vida)	-	-
Total		0,00%	-

**Quadro-Resumo do Módulo 2- Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários**

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	(R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	-
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	-
2.3	Benefícios Mensais e Diários.	-
Total		-

**Módulo 3 - Provisão para Rescisão**

3	Provisão para Rescisão	Percentual (%)	(R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	-	-
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	-	-
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	-	-
D	Aviso Prévio Trabalhado	-	-
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	-	-
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	-	-
Total		0,00%	-

**Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente**

**Submódulo 4.1 - Ausências Legais**



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

4.1	Ausências Legais	Percentual (%)	(R\$)
A	Férias	-	-
B	Ausências Legais	-	-
C	Licença-Paternidade	-	-
D	Ausência por acidente de trabalho	-	-
E	Afastamento Maternidade	-	-
F	Outros (Ausência por motivos de doença)	-	-
Total		0,00%	-

**Módulo 5 - Insumos Diversos**

5	Insumos Diversos	(R\$)
A	Uniformes	-
B	Outros (especificar)	-
Total		-

**Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro**

6	Provisão para Rescisão	Percentual (%)	(R\$)
A	Custos Indiretos	-	-
B	Lucro	-	-
C	Tributos	-	-
C.1	Tributos Federais (PIS)	-	-
C.2	C.2. Tributos Federais (COFINS)	-	-
C.3	C.3. Tributos Municipais (ISS)	-	-
Total		0,00%	-

**2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO**

1	Composição da Remuneração	(R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	-
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	-
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	-
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	-
E	Módulo 5 - Insumos Diversos -	-
Subtotal (A + B +C+ D+E)		-
F		-
Valor Total Mensal por Empregado		-
Quantidade de Ocupantes dos Postos		12
Valor Mensal dos Postos		-
Quantidade de Meses de Contrato		12
Subtotal do Contrato		-

**ANEXO IV – TERMO DE REFERÊNCIA - MODELOS DE CHECKLIST DE ATRIBUIÇÕES**

**FORMULÁRIO 1 – MODELO DE CHECKLIST DE ATRIBUIÇÕES**

*Página 64 de 114*

**MINUTA APROVADA PELA PGM EM 07/10/2025, CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 3.581/2025.**



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

CARGO: CUIDADOR INSTITUCIONAL

Formação exigida: Nível Médio Completo

Unidade: \_\_\_\_\_

Nome do(a) profissional: \_\_\_\_\_

Período avaliado: de \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_ a \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Fiscal/Responsável: \_\_\_\_\_

Nº	ATRIBUIÇÕES	Confor- me	NÃO Confor- me	Observações
1	Assiduidade	( )	( )	
2	Pontualidade	( )	( )	
3	Urbanidade	( )	( )	
4	Proatividade	( )	( )	
5	Observância às Normas Institucionais	( )	( )	
6	Flexibilidade e adaptabilidade	( )	( )	
7	Desenvolve cuidados básicos essenciais à vida diária e à autonomia dos usuários	( )	( )	
8	Desenvolve atividades de acolhimento, proteção integral e promoção da autonomia e autoestima	( )	( )	
9	Atua na recepção dos usuários com ambiência acolhedora	( )	( )	
10	Identifica necessidades e demandas dos usuários	( )	( )	
11	Apoia o planejamento e organização da rotina diária dos usuários	( )	( )	
12	Apoia e monitora a organização, limpeza do ambiente e preparo de alimentos	( )	( )	
13	Apoia e monitora atividades de higiene, alimentação, organização e lazer	( )	( )	
14	Apoia e acompanha usuários em atividades externas	( )	( )	
15	Desenvolve atividades recreativas e lúdicas	( )	( )	
16	Potencializa a convivência familiar e comunitária	( )	( )	



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

17	Estabelece e fortalece vínculos entre usuários, equipe e familiares	( )	( )	
18	Apoia orientação, encaminhamentos e acesso a serviços e políticas públicas	( )	( )	
19	Contribui para melhoria da atenção a famílias em situação de dependência	( )	( )	
20	Apoia o fortalecimento da proteção mútua familiar	( )	( )	
21	Contribui para o reconhecimento de direitos e desenvolvimento familiar	( )	( )	
22	Apoia famílias com membros que necessitam de cuidados	( )	( )	
23	Participa de reuniões de equipe e planejamento das atividades	( )	( )	

Parecer da Fiscalização: \_\_\_\_\_

Assinatura do Fiscal: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**FORMULÁRIO 2 – MODELO DE CHECKLIST DE ATRIBUIÇÕES**

**CARGO: AUXILIAR DE CUIDADOR INSTITUCIONAL**

**Formação exigida:** Nível Fundamental Completo

Unidade: \_\_\_\_\_

Nome do(a) profissional: \_\_\_\_\_

Período avaliado: de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ a \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Fiscal/Responsável: \_\_\_\_\_

Nº	ATRIBUIÇÕES	Confor-me	NÃO Confor-me	Observações
1	Assiduidade	( )	( )	
2	Pontualidade	( )	( )	
3	Urbanidade	( )	( )	
4	Proatividade	( )	( )	
5	Observância às Normas Institucionais	( )	( )	
6	Flexibilidade e adaptabilidade	( )	( )	



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

7	Auxilia nas funções do Cuidador Institucional	( )	( )	
8	Prepara e distribui refeições	( )	( )	
9	Realiza limpeza e higienização de móveis, equipamentos e utensílios	( )	( )	
10	Executa atividades de copa, cozinha e lavanderia	( )	( )	
11	Organiza o ambiente da casa/abrigo institucional	( )	( )	

Parecer

da

Fiscalização:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Assinatura do Fiscal: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

**FORMULÁRIO 3 – MODELO DE CHECKLIST DE ATRIBUIÇÕES**

**CARGO: ORIENTADOR SOCIAL**

**Formação exigida:** Nível Médio Completo

Unidade: \_\_\_\_\_

Nome do(a) profissional: \_\_\_\_\_

Período avaliado: de \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_ a \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Fiscal/Responsável: \_\_\_\_\_

Nº	ATRIBUIÇÕES	Confor- me	NÃO Confor- me	Observações
1	Assiduidade	( )	( )	
2	Pontualidade	( )	( )	
3	Urbanidade	( )	( )	
4	Proatividade	( )	( )	
5	Observância às Normas Institucionais	( )	( )	
6	Flexibilidade e adaptabilidade	( )	( )	
7	Desenvolve atividades socioeducativas e de convivência	( )	( )	
8	Desenvolve atividades instrumentais e registros para garantia de direitos	( )	( )	
9	Assegura a participação social dos usuários	( )	( )	
10	Apoia ações de abordagem social e busca ativa	( )	( )	
11	Atua na recepção dos usuários com ambiência acolhedora	( )	( )	
12	Apoia identificação e registro de necessidades, garantindo sigilo	( )	( )	
13	Apoia e participa do planejamento das ações	( )	( )	
14	Organiza e desenvolve oficinas e atividades individuais e coletivas	( )	( )	
15	Apoia campanhas e mobilizações intersectoriais	( )	( )	
16	Apoia a equipe de referência em todas as etapas do trabalho	( )	( )	
17	Apoia registros e subsídios para planos individuais e familiares	( )	( )	



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

18	Apoia orientação e encaminhamentos para acesso a políticas públicas	( )	( )	
19	Apoia acompanhamento dos encaminhamentos realizados	( )	( )	
20	Apoia articulação com a rede socioassistencial	( )	( )	
21	Participa de reuniões de equipe e avaliação de resultados	( )	( )	
22	Desenvolve ações preventivas de rompimento de vínculos	( )	( )	
23	Apoia identificação de famílias em descumprimento de condicionalidades	( )	( )	
24	Orienta e encaminha para qualificação profissional e inclusão produtiva	( )	( )	

Parecer

da

Fiscalização:

\_\_\_\_\_

Assinatura do Fiscal: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

**ANEXO II**

**MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

A empresa abaixo se propõe a executar os serviços o objeto deste edital, conforme discriminado no Termo de Referência – Anexo I, pelos preços e condições assinalados na presente, obedecendo rigorosamente às disposições da legislação competente.

Empresa Proponente: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_

Telefone: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ Fax: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_-\_\_\_\_

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO COMPLETA	UNIDADE DE MEDIDA	POSTOS DE TRABALHO	VALOR UNIT	VALOR MENSAL	QUANT. MESES	VALOR TOTAL 12 MESES
1	23124 Similar	Serviços de natureza contínua, de apoio administrativo e operacional(atividades-meio) com Dedicação Exclusiva de Mão de Obra para atender às necessidades permanentes de funcionamento das Unidades Socioassistenciais da SEMAS na execução de suas atividades, projetos e programas enquadrados dentro das políticas do SUAS. <b>Cuidador Institucional. Regime da Escala 24x72h</b> por um período de 12 meses	Unidade	16			12	
2	25631 Similar	Serviços de natureza contínua, de apoio administrativo e operacional(atividades-meio) com Dedicação Exclusiva de Mão de Obra para atender às necessidades permanentes de funcionamento das Unidades Socioassistenciais da SEMAS na execução de suas atividades, projetos e programas enquadrados dentro das políticas do SUAS. <b>Auxiliar de Cuidador</b>	Unidade	12			12	



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

		<b>Institucional. Regime da Escala 24x72h</b> por um período de 12 meses						
3	23124 Similar	Serviços de natureza contínua, de apoio administrativo e operacional(atividades-meio) com Dedicação Exclusiva de Mão de Obra para atender às necessidades permanentes de funcionamento das Unidades Socioassistenciais da SEMAS na execução de suas atividades, projetos e programas enquadrados dentro das políticas do SUAS. <b>Orientador Social.40h Semanais</b> por um período de 12 meses	Unidade	20			12	

**1. PREÇO TOTAL OFERTADO:**

- 1.1. O preço total ofertado é R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).
- 1.2. O preço ofertado inclui todos os custos de mão de obra, taxas, impostos, seguros, encargos sociais, administração, trabalhistas, previdenciários, contribuições parafiscais e outros que venham a incidir sobre o objeto do Edital do Pregão Eletrônico n.º \_\_\_\_/2026.
- 1.3. Declaro, ainda, que a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega, nos termos do artigo 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**2. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:**

- 2.1. O prazo de validade desta proposta comercial é de 90 (noventa) dias, contados da data de sua entrega ao pregoeiro.

**3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

- 3.1. Esta proposta está de acordo com todas as demais condições exigidas no Termo de Referência e seus anexos.

**4. DADOS BANCÁRIOS:**

BANCO:

CONTA CORRENTE:

AGÊNCIA:

Local e data

Nome da empresa licitante  
Responsável legal  
assinar e carimbar



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)

ANEXO III

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

O(A).....(órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços), com sede no(a) ....., na cidade de ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., neste ato representado(a) pelo(a) ..... (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº ..... de ..... de ..... de 202..., publicada no ..... de ..... de ..... de ....., portador da matrícula funcional nº ....., considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº ...../202..., publicada no ..... de ...../202..., processo administrativo n.º ....., RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal 3.393, de 08 de março de 2024, e em conformidade com as disposições a seguir:

**4. DO OBJETO**

4.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de ....., especificado(s) no(s) item(ns)..... do ..... Termo de Referência, anexo ..... [do edital de Licitação nº ...../20...] ou [do Aviso da Contratação Direta nº], que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

**5. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

5.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

5.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

**6. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

6.1. O órgão gerenciador será o .....(nome do órgão)....

6.2. {Além do gerenciador, não há [ou] São} órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade

**7. DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

7.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

- 7.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- 7.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- 7.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
- 7.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
- 7.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
- 7.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.
- 7.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
- 7.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.
- 7.6. A faculdade de aderir à ata de registro de preços na condição de não participante poderá ser exercida:
- 7.6.1. por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora federal, estadual ou distrital; ou
- 7.6.2. por órgãos e entidades da Administração Pública municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora municipal, desde que o sistema de registro de preços tenha sido formalizado mediante licitação.
- 7.7. Compete ao órgão ou entidade não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações.
- 7.8. É facultada a adesão das sociedades de economia mista e das empresas públicas do Município à ARP gerenciada por órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta, autárquica e fundacional, observando-se o disposto neste artigo e nos seus regulamentos de licitações e contratos.
- 7.9. Dos limites para as adesões**
- 7.9.1. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50 % (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora e para os órgãos ou entidades participantes.
- 7.9.2. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e os órgãos ou as entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
- 7.9.3. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.9.2.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

7.9.4. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.9.2. desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.10. Vedação a acréscimo de quantitativos**

7.10.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ARP, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

8.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

8.1.1. A vigência dos contratos decorrentes do sistema de registro de preços será estabelecida no edital, observado o disposto no art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

8.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

8.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

8.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;

8.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

8.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

8.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

8.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

8.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

8.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

8.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.1 e 8.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

- 8.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital*; e
- 8.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 12.
- 8.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 8.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 8.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 8.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 8.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 8.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:
- 8.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 8.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 8.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

**9. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

- 9.1. Os preços registrados poderão ser revistos e alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- 9.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na reserva alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados ou;
- 9.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

9.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

**10. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

10.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

10.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

10.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

10.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

10.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

10.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

10.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 12.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

10.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

10.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 12.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

10.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 10.2 e no item 10.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

10.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2.7. Os novos valores a serem registrados, decorrentes da negociação prevista no item 7 e



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

seus subitens, bem como na hipótese prevista no inciso I do art. 41 do Decreto Municipal 3393/24, deverão ser formalizados mediante termo aditivo à Ata de Registro de Preços.

**11. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

11.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

11.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

11.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

11.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

11.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento de que trata o item 8.1.

11.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 49 do Decreto Municipal 3393/2024.

11.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

11.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

11.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 11.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

**12. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

12.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou entidade gerenciadora, quando o fornecedor:

12.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

12.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

12.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 2º, do artigo 43, do Decreto nº 3.393/24;

12.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.1.5. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado.

12.1.5.1. Na hipótese prevista no item 9.1.4, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, desde que ele não seja o responsável pela aplicação da sanção, mediante decisão fundamentada, garantido o contraditório e a ampla defesa, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

12.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 12.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

12.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

12.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- 12.4.1. Por razão de interesse público;
- 12.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de fato superveniente, de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata; ou
- 12.4.3. Pelo cancelamento de todos os preços registrados;
- 12.4.4. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 12.4.5. Se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 4º do art. 42 e no § 4º do art. 43 do Decreto Municipal nº 3.393/24.

**13. DAS PENALIDADES**

13.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital*.

- 13.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

13.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 10, inc. XIX, do Decreto Municipal nº 3.393/24), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 11, inc. IX, do Decreto Municipal nº 3.393/24).

13.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

**14. CONDIÇÕES GERAIS**

14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I do *EDITAL*.

14.2. *No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.*

15. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e *encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

Casimiro de Abreu, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor ( <i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i> )							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade-Máxima	Quantidade-Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor ( <i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i> )							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade-Máxima	Quantidade-Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

**ANEXO IV**

**SOLICITAÇÃO DE INCLUSÃO EM CADASTRO DE RESERVA**

[Nome da Empresa]

[Endereço]

[Telefone]

[E-mail]

[Data]

[Órgão Público/Entidade]

[Endereço]

[Cidade, Estado, CEP]

Prezados Senhores,

Eu, [Nome do Representante], representante legal da Nome da Empresa], venho por meio desta solicitar minha inclusão no Cadastro de Reserva do Registro de Preços referente ao Pregão Eletrônico nº [Número do Pregão], relacionado à [Objeto do Pregão Eletrônico].

A [Nome da Empresa] está ciente das condições estabelecidas no Edital e na Ata de Registro de Preços, e declara que:

- Atende aos requisitos de habilitação e qualificação técnica exigidos;
- Possui capacidade para fornecer os produtos/serviços objeto do Registro de Preços nas mesmas condições da empresa classificada em primeiro lugar;
- Está de acordo com os preços registrados.

Solicitamos que nossa empresa seja incluída no Cadastro de Reserva para futuras contratações para os seguintes itens:

Nº do Item	Especificação	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total

[Nome do Representante]

[Nome da Empresa]

[Cargo do Representante]



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)  
ANEXO V**

**MINUTA CONTRATUAL**

**CONTRATO Nº \_\_\_\_/20\_\_**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº \_\_\_\_/20\_\_**

**CONTRATO DE \_\_\_\_\_ (PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS) QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CASIMIRO DE ABREU E A EMPRESA \_\_\_\_\_, NA FORMA ABAIXO:**

Pelo presente instrumento de **CONTRATO DE \_\_\_\_\_ (PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS)**, que entre si celebram, o **MUNICÍPIO DE CASIMIRO DE ABREU**, inscrito no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, estabelecida à \_\_\_\_\_, na cidade de Casimiro de Abreu - RJ, neste ato representado por seu Secretário(a), devidamente nomeado pela Portaria Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, expedida pelo \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado à \_\_\_\_\_, doravante denominada simplesmente **MUNICÍPIO**, e, de outro lado, a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, com sede à \_\_\_\_\_, neste ato representado pelo seu representante legal, \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, e CPF nº \_\_\_\_\_, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, conforme autorizado no Processo Administrativo nº \_\_\_\_/20\_\_, regendo-se às normas constantes da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei Municipal nº 2.384/2023, Decreto Municipal nº 3.335/2023 e da legislação correlata, bem como de acordo com as cláusulas contratuais abaixo descritas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO E DA FINALIDADE**

- 1.1. O presente contrato tem por objeto \_\_\_\_\_, conforme especificado no termo de referência anexo ao edital e que faz parte integrante e complementar do processo administrativo em epígrafe.
- 1.2. A finalidade da contratação é \_\_\_\_\_, conforme especificado no termo de referência anexo ao edital e que faz parte integrante e complementar do processo administrativo em epígrafe.
- 1.3. A lavratura do presente contrato foi autorizada pelo Ordenador de Despesas, conforme decisão constante à fl. \_\_\_\_ do processo administrativo em epígrafe.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO**

O MUNICÍPIO efetuará o pagamento à CONTRATADA pela prestação de serviços efetivamente executada, do valor de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), e nele deverão estar incluídas todas as despesas necessárias à execução do objeto, livre de quaisquer ônus para o MUNICÍPIO.

- 2.1. Os preços unitários e totais estão discriminados na proposta da Contratada.
- 2.2. Nos preços propostos para entrega dos prestação de serviço em questão estão inclusos todos os custos, insumos, despesas de frete, embalagens, impostos, transporte e demais encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações decorrentes deste contrato, não cabendo, pois, quaisquer reivindicações a título de revisão de preços ou reembolso, sejam a que título for.
- 2.3. Os pagamentos serão efetuados pelo MUNICÍPIO DE CASIMIRO DE ABREU, em moeda corrente nacional, por meio de TED (Transferência Eletrônica Disponível) de acordo com os valores apurados por servidores competentes do MUNICÍPIO e prepostos habilitado da



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

contratada, em 30 dias, contados da emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos materiais/serviços.

- 2.4. Nos casos de atraso no pagamento por culpa da contratante, o valor devido será acrescido de taxa de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die* entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamento. No caso de antecipação do pagamento, o valor devido sofrerá desconto à taxa de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die* entre a data do efetivo pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do adimplemento da obrigação.
- 2.5. Serão retidos na fonte os tributos e as contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes.
- 2.6. Nas faturas deverão constar obrigatoriamente, além da data de assinatura do contrato e do período a que se refere a prestação de serviços, as seguintes informações:
  - 2.6.1. O número do instrumento contratual;
  - 2.6.2. O nome e código do banco;
  - 2.6.3. Agência e número da conta corrente da contratada.
- 2.7. Para a autorização do pagamento, a CONTRATADA deverá enviar à Secretaria Municipal responsável pelo contrato, ou local por ela designado:
- 2.8. As notas fiscais deverão ser entregues com os seguintes documentos:
  - 2.8.1. Nota fiscal/fatura mensal respectiva, referente a prestação de serviços do mês anterior, ou na forma que a legislação tributária venha a exigir;
  - 2.8.2. Comprovação de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
  - 2.8.3. Comprovação de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- 2.9. A fatura não aprovada pelo MUNICÍPIO será devolvida à CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição.
- 2.10. A devolução da fatura não aprovada pelo MUNICÍPIO em hipótese alguma autorizará a CONTRATADA a suspender a prestação dos serviços ou a deixar de efetuar os pagamentos devidos aos seus empregados.
- 2.11. Sobre o valor total da remuneração incidem as obrigações fiscais, conforme a legislação vigente.
- 2.12. Constatada a situação de irregularidade, a CONTRATADA será comunicada por escrito para que regularize sua situação, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO.
- 2.13. Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos materiais.
- 2.14. O MUNICÍPIO poderá glosar ou reter o pagamento de qualquer fatura, ou da parte do pagamento vinculada a prestação dos serviços, nos seguintes casos, dentre outros definidos neste contrato:
  - 2.14.1. Imperfeição nos serviços prestados;
  - 2.14.2. Discordância ou necessidade de maiores esclarecimentos a respeito do serviço, por parte do MUNICÍPIO e/ou responsável pelo contrato;
  - 2.14.3. Débito da CONTRATADA para com o MUNICÍPIO DE CASIMIRO DE ABREU, que provenha da execução deste contrato, ainda que resulte do inadequado cumprimento de outras obrigações não integrantes da fatura referida no *caput*;
  - 2.14.4. O não cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA;
  - 2.14.5. Eventual responsabilização solidária e/ou subsidiária, originada em decorrência da execução do presente contrato.
- 2.15. O não pagamento da fatura, por culpa exclusiva do MUNICÍPIO DE CASIMIRO DE ABREU, no prazo estabelecido neste contrato, configurará mora.





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

**CLÁUSULA TERCEIRA – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

3.1. As despesas oriundas deste CONTRATO correrão por conta dos recursos orçamentários consignados ao **MUNICÍPIO DE CASIMIRO DE ABREU**, programa de trabalho \_\_\_\_\_, elemento de despesa \_\_\_\_\_, vigente para o exercício de \_\_\_\_\_.

3.2. Quando a vigência do contrato ultrapassar o exercício fiscal, se necessário for, a manutenção deste ficará vinculada à aprovação do orçamento do(s) exercício(s) posteriores, onde existirão verbas consignadas em dotação apropriada, em observância ao princípio da anualidade.

**CLÁUSULA QUARTA – INÍCIO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO**

4.1. Em virtude da possibilidade de atraso na distribuição do orçamento, no registro de empenhos e de outras providências de ordem administrativa, não se configurará mora do MUNICÍPIO nos 02 (dois) primeiros meses do exercício, ficando-lhe facultado o pagamento sem encargos moratórios até o terceiro mês do exercício financeiro.

**CLÁUSULA QUINTA – VIGÊNCIA DO CONTRATO**

5.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por até [.....] anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

6.1. Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis, pelo período de 01 (um) ano, podendo ser reajustados a partir desta data, e assim, a cada período de um ano contado do último reajuste, desde que requerido pela CONTRATADA e caso se verifique hipótese legal que autorize o reajustamento, contados:

6.1.1. Da data de aniversário da proposta, utilizando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), instituído pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para os custos decorrentes do mercado;

6.1.2. Da data do acordo, convenção coletiva ou dissídio coletivo, no caso de repactuação para os custos decorrentes da mão de obra.

6.2. para efeitos de reajuste a data da efetiva revalidação.

6.3. A CONTRATADA não terá direito ao reajuste a que alude o subitem anterior, para a etapa do serviço que sofrer atraso em consequência da ação ou omissão motivada pela própria CONTRATADA, e também da que for executada fora do prazo sem que tenha sido autorizada a respectiva prorrogação.

6.4. No caso de reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno de um ano deve considerar a data do último reajuste concedido.

6.5. Os efeitos financeiros do reajuste ocorrerão somente em relação aos itens que o motivaram e aos saldos de quantitativos porventura existentes.

6.6. Os reajustes a que a CONTRATADA fizer jus e não forem solicitados durante a vigência do contrato e até a data de aniversário da proposta ou até a data do último reajuste concedido, conforme o caso, bem como após a celebração do termo aditivo ou do encerramento do contrato, serão objeto de preclusão.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DIREITOS E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

7.1. Prestar o serviço, obedecendo rigorosamente às especificações discriminadas no Termo de Referência e principalmente aos preceitos instituídos pela legislação de regência.

7.2. Manter, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação.

7.3. Cumprir com as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

7.4. Não transferir para outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato a ser firmado.

7.5. Responsabilizar-se, exclusivamente por quaisquer ônus, direito e obrigações, vinculadas à legislação tributária, trabalhista, segurança e medicina do trabalho, previdenciária ou comercial, decorrente da contratação.

7.6. Arcar com todas as despesas operacionais, correspondentes a deslocamentos, fretes, seguros, taxas, emolumentos, cópias e quaisquer outras necessárias à execução do objeto desta contratação.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

- 7.7. Executar a contratação através de pessoas idôneas, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que os mesmos venham a cometer no desempenho das funções, podendo a Administração exigir a retirada daquelas cuja conduta seja julgada inconveniente e obrigando-se também a indenizar a Administração por todos os danos e prejuízos que eventualmente ocasionarem.
- 7.8. Responder perante o órgão gestor da contratação por qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência da prestação dos serviços ora contratado, por atos de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, assegurando à Administração o exercício do direito de regresso, eximindo-o de qualquer solidariedade ou responsabilidade de qualquer natureza.
- 7.9. Facilitar e permitir ao órgão gestor da contratação, a qualquer momento, a realização de auditoria dos serviços executados, sem que isso incorra em isenção de responsabilidade, bem como esclarecer prontamente as questões relativas à execução da contratação, quando solicitada.
- 7.10. Não utilizar o nome do Município de Casimiro de Abreu ou do órgão gestor da contratação em quaisquer atividades de divulgação de sua empresa, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e outros impressos.
- 7.11. Não se pronunciar em nome do Município de Casimiro de Abreu ou do órgão gestor da contratação aos meios de imprensa ou clientes sobre quaisquer assuntos relativos à sua atividade, bem como sobre os serviços ao seu cargo.
- 7.12. Comunicar ao órgão gestor da contratação, no prazo de 10 (dez) dias de antecedência, qualquer alteração na composição societária da empresa ou em seu quadro técnico.
- 7.13. Comunicar ao órgão gestor da contratação, com antecedência mínima de 2 (dois) dias o pedido de afastamento temporário, bem como, quaisquer alterações cadastrais da empresa (end., tel., fax, e-mail).
- 7.14. Guardar por si, por seus empregados e prepostos, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, ou por qualquer forma ou modo venham tomar conhecimento, o mais completo e absoluto sigilo, em razão do serviço a serem confiados, ficando, portanto, por força da lei civil e criminal, responsável por sua indevida divulgação, descuidada e incorreta utilização, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa.
- 7.15. Obedecer às determinações legais ou emanadas das autoridades constituídas, sendo a única responsável pelas providências necessárias e pelos efeitos decorrentes de eventuais inobservâncias delas.
- 7.16. Apresentar ao órgão gestor da contratação, junto com a(s) nota(s) fiscal(is), os documentos exigidos para pagamento, sob pena de retenção total ou parcial do pagamento.
- 7.17. Assumir total responsabilidade pelos serviços que apresentarem não conformidade, má qualidade e/ou irregularidades, responsabilizando-se por eventuais danos e/ou prejuízos causados a terceiros e/ou a coisas e bens do Município de Casimiro de Abreu e do órgão gestor da contratação, arcando com as respectivas indenizações, que poderão ser imediatamente retidas, e/ou reembolsando de imediato o valor do prejuízo acarretado.
- 7.18. Substituir e/ou reparar, por sua conta e responsabilidade, os serviços considerados inadequados ou imperfeitos, ou que estiverem em desacordo com o ora pactuado, respeitando os prazos fixados, ficando a critério do órgão gestor da contratação aprovar ou rejeitar, sem prejuízo das multas contratuais.
- 7.19. Requerer a exclusão do Município e do órgão gestor da contratação de lide que venha a ser movida por qualquer motivo relacionado aos compromissos aqui contratados, inclusive por seus funcionários, sob pena de ressarcimento dos prejuízos advindos do processo judicial, acrescido de perdas e danos, sem prejuízo de rescisão contratual.
- 7.20. Obter as Licenças junto às repartições competentes, necessárias ao cumprimento das obrigações contratuais e mantê-las atualizadas.
- 7.21. Cumprir com todas as demais obrigações constantes do Termo de Referência anexo ao edital.
- 7.22. O Município de Casimiro de Abreu e o órgão gestor da contratação não aceitarão, sob pretexto algum, a transferência de responsabilidade da contratada, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros alegados.
- 7.23. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA à multa de mora, correspondente a 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso, limitado a 30% (trinta por cento), a ser calculado sobre o valor da parcela em atraso, sem prejuízo da conversão em multa compensatória e



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

consequente extinção do contrato, com a aplicação cumulada das demais sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

**7.24. A CONTRATADA deverá ainda:**

7.24.1. Disponibilizar profissionais qualificados, treinados e aptos ao desempenho das atividades contratadas, e que pertençam ao seu quadro funcional de empregados;

7.24.2. Assegurar a continuidade dos serviços, promovendo substituições imediatas em caso de faltas, afastamentos ou desligamentos;

7.24.3. Primar pelo controle da execução pontual e assídua ao trabalho, com ferramentas como Folha de Ponto;

7.24.4. Prover aos profissionais trabalhadores o necessário fornecimento de uniformes e Equipamentos de Proteção Individual – EPIs;

7.24.5. Prover a(s) devida(s) remuneração(ões) compreendendo o efetivo pagamento regular ao(s) profissional(is) envolvido(s) na execução contratual conforme modelo disposto Anexo III, dispondo a Planilha de Custo e Formação de Preços. Modelo que, para efeito de referência, não substitui, exaure/esgota, suprime/extingue a responsabilidade da Contratada em atualizá-la com a devida amplitude para com todos os encargos, tributos e obrigações concernentes às legislações sociais, fiscais, securitárias, previdenciárias;

7.24.6. Cuidar pelos bons princípios de urbanidade, asseio e apresentação sempre com uniforme completo e limpo;

7.24.7. Oferecer a todos os funcionários, gratuitamente, programa de imunização ativa contra tétano, difteria, hepatite B, COVID e demais.

7.24.8. Prover uniformes aos funcionários com o nome da empresa a que prestam serviços;

7.24.9. Zelar para que o pessoal a ser empregado integrando a equipe necessária para a realização dos serviços observe que deverá apresentar-se uniformizado e asseado, com camisas ou camisetas fechadas, calças, calçados de segurança, e demais equipamentos de segurança e proteção individuais relativos a cada atividade, sempre atendendo as normativas de segurança e trabalho vigentes;

7.24.10. Instruir e cuidar para seja observada rigorosamente as normas de segurança, higiene, medicina do trabalho e exames médicos-laboratoriais, sendo de sua total responsabilidade por quaisquer acidentes, danos ou prejuízos materiais ou pessoais em decorrência da natureza dos serviços executados à Prefeitura, por seus empregados e/ou terceiros, ainda que advindo de dolo, imperícia, imprudência própria ou de seus empregados e/ou terceiros;

7.24.11. Cumprir, naquilo que seja aplicável, a determinação da NR – 7 com a realização do PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional;

7.24.12. Prover, para os profissionais que trabalharem na Casa de Acolhimento (Casa Abrigo), capacitação em Primeiros Socorros em observância à Lei 13.722 de 04/10/2018.

**7.1.2. Exigir, aos profissionais, no mínimo a seguinte documentação:**

7.1.2.1. Certidão negativa de antecedentes criminais<sup>10</sup> para os profissionais que trabalharem na Casa de Acolhimento (Casa Abrigo). Apresentação obrigatória de certidões negativas das Justiças Estadual e Federal (distribuidores criminais), com especial rigor quanto a crimes contra a dignidade sexual e violência;

7.1.2.2. Comprovante de escolaridade de acordo com a área de atuação pretendida, comprovadas através de diplomas, ou de declarações de escolaridade de conclusão de curso, conforme exigido para cada função, sempre de Instituição de Ensino reconhecida pelo MEC;

7.1.2.3. Atestado de Saúde Ocupacional (ASO): Comprovação de aptidão física e mental;

7.1.2.4. Preferível, comprovação de curso na área de atuação, através de sua qualificação exigida para função, em conformidade com as especificações deste Termo de Referência;

7.1.2.5. Preferível, comprovação de experiência profissional ou declaração de tempo de serviço, devidamente timbrado, datado e assinado pelo órgão ou empresa responsável;

7.1.2.6. Preferível, declaração de reconhecida idoneidade moral para os profissionais que trabalharem na Casa de Acolhimento (Casa Abrigo);



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

7.1.2.7. **Da Ficha Funcional:** é necessário providenciar e manter Ficha Funcional completa contendo todo histórico profissional, dados de contato e registro fotográfico atualizado;

7.1.2.8. **Do Fluxo de Escalas e Identificação:** Para garantir a continuidade do serviço e o monitoramento do vínculo afetivo com os acolhidos, a CONTRATADA deverá: I. Enviar ao Fiscal do Contrato, à Coordenação de Departamento de Pessoal e ao Responsável pela Casa Abrigo a escala de revezamento dos empregados com periodicidade semanal ou quinzenal, II. A escala deverá conter o nome completo, CPF e RG de cada profissional alocado em cada turno, permitindo a identificação imediata de quem está sob a guarda dos menores;

7.1.2.9. **Das Substituições de Pessoal:** Qualquer substituição de profissional durante a vigência contratual deverá ser comunicada com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, salvo casos fortuitos, ficando o novo empregado condicionado à: I. Apresentação imediata de toda a documentação listada no item 5.11.1.13, II. Declaração de aptidão emitida pelo empregador, assumindo a responsabilidade técnica pela escolha do preposto.

7.1.2.10. **Da adoção de diretrizes públicas:** a Contratada se obriga à adoção quanto a observar, respeitar e cumprir os princípios aplicáveis ao funcionalismo público, submetendo-se à gestão e orientações técnicas e legais em especial, às prescritas pela Lei Federal nº 8.069/90 (ECA) como seus dispositivos dos Arts 92 e 94, e a Resolução Conjunta CNAS/CONANDA nº 01/2009.

**CLÁUSULA OITAVA – DIREITOS E RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO**

8.1. Fornecer todos os subsídios necessários ao desempenho da atividade da CONTRATADA, encaminhando os documentos pertinentes à adequada realização do serviço correspondente.

8.2. Promover, na forma da legislação de regência, o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto do Termo de Referência. A existência de fiscalização de modo algum atenua ou exime a responsabilidade da Contratada por qualquer vício ou defeito na execução do contrato.

8.3. Notificar, por escrito, à Contratada sobre eventuais irregularidades encontradas no fiel cumprimento de suas obrigações, observando os prazos para adequação.

8.4. Efetuar os pagamentos devidos à Contratada pelos materiais efetivamente entregues e faturados, nas condições estabelecidas neste Termo de Referência.

8.5. Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato, no prazo de 2 (dois) meses, após concluída a instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada por igual período.

8.6. O MUNICÍPIO se reserva o direito de solicitar a prestação de serviço ora contratada, na sua totalidade ou parcialmente, de acordo com a sua necessidade e conveniência.

**CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

9.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

**CLÁUSULA DÉCIMA – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

10.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo Gestor de Contratos e pela Comissão de Fiscalização, representantes do **MUNICÍPIO** especialmente designados para esse fim, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei Municipal nº 2.384/2023, Decreto Municipal nº 3.335/2023 e da legislação correlata:

10.1.1. Gestor do Contrato: ..... Matrícula nº ....., designado pela Portaria [...] OU conforme informações constantes do Termo de Referência.

10.1.2. Comissão de Fiscalização: ..... Matrícula nº .....; ..... Matrícula nº .....; ..... Matrícula nº ....., designados por intermédio da Portaria [...] OU conforme informações constantes do Termo de Referência.

**10.2. São atribuições do Gestor de Contratos:**

10.2.1. Controlar os prazos de vigência dos contratos e seus saldos, solicitando sua prorrogação, abertura de nova licitação ou contratação direta, quando for o caso;



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

10.2.2. Informar ao Ordenador de Despesas o interesse na prorrogação de contratos sob sua responsabilidade, com vistas à obtenção da autorização para abertura do processo administrativo para tanto;

10.2.3. Verificar a manutenção das condições de habilitação e qualificação da empresa durante toda a execução do contrato, devendo instruir os processos de prorrogação contratual e de contratação direta com os documentos pertinentes;

10.2.4. Verificar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, devendo comunicar ao Ordenador de Despesas a ocorrência de situação que enseja a revisão de preços;

10.2.5. Verificar se estão atualizadas as informações de ocorrências relacionadas à execução contratual;

10.2.6. Analisar a documentação que antecede o pagamento;

10.2.7. Verificar o controle atualizado dos pagamentos;

10.2.8. Manifestar-se em todos os atos da Administração relativos à aplicação de sanções, execução e alteração dos contratos;

10.2.9. Decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;

10.2.10. Auxiliar o Ordenador de Despesas nas tratativas voltadas às alterações e revisões contratuais junto à contratada, quando for o caso;

10.2.11. Manifestar-se previamente à decisão do Ordenador de Despesas nos pedidos de liberação da garantia contratual em favor da contratada, quando for o caso;

10.2.12. Inserir os dados referentes aos contratos administrativos, termos aditivos, convênios e instrumentos congêneres no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

10.2.13. Exercer outras atividades compatíveis com a função.

**10.3. São atribuições da Comissão de Fiscalização:**

10.3.1. Acompanhar os prazos de execução dos serviços, diligenciando com a CONTRATADA, se necessário;

10.3.2. Receber, provisória e definitivamente, os serviços, mediante termo detalhado;

10.3.3. Analisar, conferir e atestar notas fiscais, faturas e congêneres e a regularidade fiscal da CONTRATADA;

10.3.4. Devolver à CONTRATADA as notas fiscais em desconformidade com o contrato;

10.3.5. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução contratual;

10.3.6. Oficiar à contratada determinação de medidas preventivas e corretivas, com estabelecimento de prazos, para regularização das faltas registradas e irregularidades observadas na execução do contrato, comunicando ao Gestor de Contratos o não atendimento das determinações;

10.3.7. Expedir, através de notificações e/ou relatório de vistoria, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, ao Gestor de Contratos e ao Ordenador de Despesas, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

10.3.8. Proceder, conforme cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados;

10.3.9. Aprovar a planilha de medição emitida pela CONTRATADA ou conforme disposto em contrato;

10.3.10. Adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da realização de serviços;

10.3.11. Conferir e certificar as faturas relativas aos serviços;

10.3.12. Proceder às avaliações dos serviços executados pela CONTRATADA;

10.3.13. Determinar, por todos os meios disponíveis, a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto;

10.3.14. Exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

10.3.15. Determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à CONTRATADA, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;

10.3.16. Receber designação e manter contato com o preposto da CONTRATADA, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na execução dos serviços;

10.3.17. Manifestar-se nos pedidos de alterações contratuais quanto à regularidade da contratação;

10.3.18. Verificar a correta aplicação dos materiais;

10.3.19. Requerer das empresas testes, exames e ensaios quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução dos serviços a serem adquiridos;

10.3.20. Recomendar ao Gestor de Contratos e ao Ordenador de Despesas a aplicação de sanções à CONTRATADA;

10.3.21. Zelar pelo fiel cumprimento de todas as obrigações da CONTRATADA previstas no termo de referência, no projeto básico e no contrato;

10.3.22. Exercer outras atividades compatíveis com a função.

10.3.23. Dentre outras atribuições, cabe à fiscalização contínua da documentação requerida no subitem 5.11 do Termo de Referência, bem como o acompanhamento na forma indicada conforme modelos propostos no Anexo IV do Termo de Referência.

10.3.24. Da Fiscalização Contínua das Certidões - Em observância ao dever de vigilância do Poder Público:

10.2.24.1. O Fiscal do Contrato será o responsável direto pela conferência da validade das certidões de antecedentes criminais (Âmbito Federal e Estadual);

10.2.24.2. As certidões deverão ser revalidadas e reapresentadas periodicamente pela CONTRATADA ao longo de toda a execução do serviço, respeitando-se o prazo de validade de cada documento (ou a cada 6 meses, caso o documento seja silente);

10.2.24.3. A identificação de qualquer registro criminal superveniente ou certidão vencida implicará no afastamento imediato do profissional, sem prejuízo de sanções administrativas à empresa.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1. A CONTRATADA será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

11.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2. Dar causa à inexecução total do contrato;

11.1.3. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, quando exigidas;

11.1.4. Não manter a proposta, inclusive no que tange à apresentação de amostra ou prova de conceito, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.1.5. Não celebrar o contrato/instrumento equivalente ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

11.1.7. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

11.1.8. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.9. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.10. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.11. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Serão aplicadas à CONTRATADA as seguintes sanções:

11.2. Advertência;

11.2.1. Multa, não inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor da contratação;





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

11.2.1. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Casimiro de Abreu, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

11.2.1. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

11.3. A aplicação de sanções observará o devido processo administrativo, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021, combinada com os artigos de 31 ao 44 da Lei Municipal nº 2.384/2023.

A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

11.4. As sanções aplicadas serão obrigatoriamente registradas junto à Secretaria Municipal de Controle Interno, bem como no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep).

11.5. A aplicação das sanções não exonera o infrator de eventual ação por perdas e danos que seu ato ensejar.

11.6. O valor das multas que, porventura forem aplicadas, serão descontadas da garantia da respectiva CONTRATADA. Se a multa aplicada for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela diferença a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo órgão gestor da contratação ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – EXTINÇÃO DO CONTRATO**

12.1. Constituem motivo para extinção do presente contrato, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das penalidades nele previstas e na Lei Federal nº 14.133/2021, o descumprimento de qualquer de seus termos, cláusulas ou condições, a cessação de sua necessidade ou ocorrência de qualquer situação prevista no art. 137 da Lei de Licitações.

12.2. No ato da extinção contratual, a CONTRATADA prestará contas dos produtos que lhe tenham sido solicitados.

12.3. Constatados prejuízos decorrentes da atuação irregular da CONTRATADA no momento da extinção, poderá o MUNICÍPIO efetuar a retenção de valores devidos à CONTRATADA, no limite suficiente à compensação dos mesmos.

12.4. Em qualquer hipótese de extinção contratual, a CONTRATADA somente terá direito à remuneração pelos serviços executados.

12.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de extinguir este Contrato, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a CONTRATADA cumpra integralmente a condição contratual infringida.

12.6. A CONTRATADA reconhece os direitos do MUNICÍPIO DE CASIMIRO DE ABREU, em caso de extinção com fundamento no art. 138, I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGURO, ETC.**

13.1. Correrão por conta exclusiva da CONTRATADA todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto desta contratação, bem como os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias a execução dos serviços, salvo as despesas a serem pagas pelo MUNICÍPIO, devidamente expressas neste contrato.

13.2. Se durante o prazo de vigência deste contrato, houver alteração e/ou criação das alíquotas de tributos ou encargos ou instituição de outros que incidam sobre a prestação dos serviços objeto deste instrumento, o MUNICÍPIO procederá conforme a seguir:

13.2.1. Caso haja diferença a maior, o MUNICÍPIO somente procederá ao pagamento mediante comprovação pela CONTRATADA do ônus decorrente;

13.2.2. Na hipótese da CONTRATADA, vir a beneficiar-se de isenções junto ao Fisco, o MUNICÍPIO procederá à revisão do custo indicado na data-base;

13.2.3. Serão consideradas, para fins desta cláusula, as alterações de tributos ou encargos que comprovadamente incidam sobre os insumos que compõem o objeto deste contrato.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

13.3. O MUNICÍPIO se reserva o direito de solicitar à CONTRATADA quando entender conveniente, a exibição dos comprovantes de recolhimento dos tributos e demais encargos devidos direta ou indiretamente, por conta deste instrumento.

13.4. Quando por disposição legal, o MUNICÍPIO for o responsável pelo recolhimento de tributos decorrentes deste contrato e, por exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, vier a responder por acréscimos e/ou outros encargos em decorrência de erro no faturamento por não cumprimento das condições que possibilitem o correto recolhimento dos tributos devidos, aqueles valores atualizados serão descontados da fatura que originou a incorreção, ou daquela que vier a ser apresentada imediatamente após a ocorrência do evento apontado.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – REGULARIDADE JUNTO AO INSS, FGTS E ICMS**

14.1. A CONTRATADA, no ato da celebração deste instrumento, declara que ficam mantidas todas as condições pertinentes contidas no artigo 68, III e IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo imediatamente comunicar o MUNICÍPIO qualquer alteração que possa comprometer a manutenção de seus termos, bem como mantê-las atualizada.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – VINCULAÇÃO**

15.1. O presente Contrato fica vinculado ao Termo de Referência, ao edital de licitação e seus anexos, bem como à proposta do licitante vencedor, constantes do processo administrativo em epígrafe, nos termos do artigo 92, II da Lei Federal nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES DO CONTRATO**

16.1. Este Contrato só poderá ser alterado ou modificado em qualquer de suas cláusulas mediante Termo Aditivo e em conformidade com o artigo 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.2. Qualquer tolerância das partes no que diz respeito ao cumprimento no todo ou em parte, de qualquer das cláusulas e/ou condições contratuais, será considerado como concessão excepcional, não constituindo inovação do ajustado, nem precedente invocável pela CONTRATADA.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – CASOS FORTUITOS, DE FORÇA MAIOR OU OMISSOS**

17.1. As partes não serão responsabilizadas por fatos comprovadamente decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, ocorrências eventuais cuja solução se buscará mediante acordo interpartes.

17.2. O MUNICÍPIO analisará, julgará e decidirá, em cada caso, as questões alusivas a incidentes que se fundamentem em motivos de caso fortuito ou de força maior, por intermédio de comissão especialmente designada para esse fim, a quem compete apurar os atos e fatos comissivos ou omissivos que se fundamentem naqueles motivos.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO**

18.1. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos, nos termos do artigo 94 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA NONA – DISPOSIÇÕES FINAIS**

19.1. Os agentes públicos responderão, na forma da Lei, por prejuízos que, em decorrência de ação ou omissão dolosa ou culposa, causarem o MUNICÍPIO no exercício de atividades específicas do cumprimento deste contrato, inclusive nas análises ou autorizações excepcionais nestas “Disposições Gerais”.

19.2. As exceções aqui referenciadas serão sempre tratadas com máxima cautela, zelo profissional, senso de responsabilidade e ponderação, para que ato de mera e excepcional concessão do MUNICÍPIO, cujo objetivo final é o atender tão somente ao interesse público, não seja interpretado como regra contratual.

19.2. Para assegurar rápida solução às questões geradas em face da perfeita execução do presente contrato, fica desde já compelida a CONTRATADA a avisar, por escrito e de imediato, qualquer alteração em seu endereço ou telefone.

19.2. Quaisquer tolerâncias entre as partes não importarão em novação de qualquer uma das cláusulas ou condições estatuídas neste contrato, as quais permanecerão íntegras.

19.2. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente e indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa ficará a critério do MUNICÍPIO.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

19.3. Em caso de conflito entre os termos do presente contrato e seus anexos, prevalecerá sempre o disposto no contrato.

19.4. Caso o presente instrumento seja assinado de forma digital ou eletrônica em datas diversas, considerar-se-á a data da última assinatura para fins de vigência.

19.5. A CONTRATADA tem conhecimento do código de Integridade do Agente Público do Poder Executivo do Município de Casimiro de Abreu, Lei Municipal n.º 2.304/2023, constante no link <https://casimirodeabreu.rj.gov.br/leis/>.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA - CUMPRIMENTO A LEI FEDERAL N.º 12.846/13 E DECRETO MUNICIPAL N.º 207/15**

20.1. Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - CUMPRIMENTO DA LEI FEDERAL Nº 13.709/2018 (LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD)**

21.1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

21.2. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações, especialmente os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis, repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei Federal nº 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

21.3. As partes responderão administrativa e judicialmente caso causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Federal nº 13.709/2018.

21.4. Em atendimento ao disposto na Lei Federal nº 13.709/2018, o CONTRATANTE, para a execução do objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial e cópia do documento de identificação.

21.5. A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Federal nº 13.709/2018 e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – FORO**

Para dirimir as questões oriundas deste contrato, será competente o Foro da Cidade de Casimiro de Abreu, Estado do Rio de Janeiro.

E por estarem assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente contrato em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Casimiro de Abreu, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026

<div>_____</div> <div>MUNICÍPIO</div> <div>(Secretário Municipal)</div> <div>Contratante</div>	<div>_____</div> <div>CONTRATADA</div> <div>Empresa.....</div> <div>RL xxxxxxxxxxxxxxxxx</div> <div>Contratada</div>
--	--

**TESTEMUNHAS:**

_____
RG. n.º
CPF n.º

\_\_\_\_\_  
RG n.º  
CPF n.º



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)  
ANEXO VI-MODELO DE FIANÇA BANCÁRIA

AO

MUNICÍPIO DE CASIMIRO DE ABREU

Rua Padre Anchieta, 234 - Centro - Casimiro de Abreu - RJ

Ref.: Fiança até o limite de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_),  
garantia do Contrato nº \_\_\_\_/202\_\_ decorrente do **EDITAL Nº**  
**\_\_\_\_/2024 - MODALIDADE \_\_\_\_\_**

Processo nº \_\_\_\_\_/20\_\_

16. Pelo presente instrumento, o Banco \_\_\_\_\_ com sede em \_\_\_\_\_ e Agência nesta cidade, na Rua \_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ/MF sob o número \_\_\_\_\_, por seus representantes legais abaixo assinados, se declara fiador e principal pagador da empresa \_\_\_\_\_, com sede na Rua \_\_\_\_\_, na Cidade de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o número \_\_\_\_\_, até o valor de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), como garantia do fiel, completo e perfeito cumprimento do Contrato nº \_\_\_\_ / \_\_\_\_ a ser celebrado entre a empresa afiançada e o **MUNICÍPIO DE CASIMIRO DE ABREU**, tendo por objeto a \_\_\_\_\_, conforme condições, quantidades e especificações contidas no TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I do edital.
17. A presente garantia, obedecido o limite acima especificado, abrange toda e qualquer quantia imputável à afiançada, inclusive o pagamento de multas que eventualmente lhe sejam impostas, juros, honorários de advogado, correção monetária, custas e despesas processuais, e prevê a cobertura para os seguintes eventos, dentre outros:
- f) prejuízos advindos do não cumprimento do **CONTRATO**;
  - g) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à **CONTRATADA**;
  - h) prejuízos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do **CONTRATO**; e
  - i) obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela **CONTRATADA**.
18. Obriga-se o fiador, independentemente de interferência ou autorização da afiançada, a efetuar o pagamento, no prazo de 3 (três) dias, contados do recebimento da comunicação escrita que lhe for dirigida, das importâncias que tiverem que ser pagas em decorrência do descumprimento do contrato pela afiançada, até o limite máximo já referido acima.
19. O fiador declara que renuncia expressamente aos benefícios dos artigos 827 e seguintes do Código Civil.
20. A presente fiança vigorará até o ato liberatório expresso do Secretário Municipal de \_\_\_\_\_ do **MUNICÍPIO DE CASIMIRO DE ABREU**, após o cumprimento integral e regular do contrato por parte da afiançada.
21. Os signatários deste instrumento declaram, sob as penas da lei, que:
- 21.1. estão estatutariamente autorizados a firmar a presente Carta de Fiança;
  - 21.2. a presente fiança acha-se devidamente contabilizada, satisfazendo todas as exigências da legislação em vigor, regulamentação e determinações do Banco Central do Brasil aplicáveis à espécie.
22. Fica eleito o foro da Cidade do Casimiro de Abreu - RJ para dirimir qualquer controvérsia oriunda da presente Carta de Fiança.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 202\_\_.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

**ANEXO VII-ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR -ETP**

**INTRODUÇÃO**

O presente Estudo Técnico Preliminar - ETP reúne o conjunto de informações indicativas e as condições preliminares exigíveis para analisar a melhor forma de atender a necessidade temporária de interesse público para suprir a carência no atendimento de demandas com as ações, serviços e programas vinculados à estrutura da SEMAS que atua no amparo aos assistidos pelas atividades, programas e projetos enquadrados nas políticas do SUAS | SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE. Desta forma, este instrumento busca identificar a melhor forma de responder à manutenção dos atendimentos que procedem com vistas à atender às demandas de vulnerabilidade social dos munícipes.

O ETP ora apresentado constitui etapa do Planejamento da Contratação, sendo regido e tendo por base a Lei Federal nº 14.133/21, Lei Municipal Nº 2.384 de 23/11/2023, Decreto Municipal nº 3335/2023, aos dispositivos da Lei nº 14.133 de 01/04/2021, e demais normas aplicáveis. Neste estudo busca-se estabelecer quais as melhores e mais vantajosas condições de contratação para atendimento das demandas apresentadas pela SEMAS | Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Casimiro de Abreu.

Nos termos do inciso XX do art. 6º da Lei 14.133/2021, o presente **ETP | ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**, constitui a primeira etapa de planejamento por meio do qual a Administração Pública busca lograr êxito em contratação(ões) que venham expressamente caracterizar o interesse público envolvido, apresentar a melhor solução e seja eficaz em estabelecer base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação.

Neste sentido, para que os fins no caput almejados se concluam satisfatoriamente, desde estes atos inaugurais que, preliminarmente se configuram neste instrumento, procura-se orientar de forma que toda instrução processual cumpra ao que concerne ao processo licitatório, em não perder de vista os objetivos deste, quais sejam:

I – assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;

II – assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição;

III – evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos;

IV – incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.

Parágrafo único. A alta administração do órgão ou entidade é responsável pela governança das contratações e deve implementar processos e estruturas, inclusive de gestão de riscos e controles internos, para avaliar, direcionar e monitorar os processos licitatórios e os respectivos contratos, com o intuito de alcançar os objetivos estabelecidos no caput deste artigo, promover um ambiente íntegro e confiável, assegurar o alinhamento das contratações ao planejamento estratégico e às leis orçamentárias e promover eficiência, efetividade e eficácia em suas contratações.” (Incisos I, II, III, IV, e Parágrafo único do Art. 11 da Lei 14.133 de 01/04/2021).

Consequentemente, prosseguindo em razão de alcançar resultados fundamentados em uma visão com parâmetros de excelência cuja execução dos atos devem projetar a promoção da eficiência, efetividade e eficácia, em cotejo e combinação com os demais dispositivos da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, este ETP, nos termos do §1º do Art. 18 da Lei 14.133/2021, busca e deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos, na forma de seções do seguinte sumário:

Neste quadro sumário, destacamos em negrito em observância ao § 2º do Art. 18 da Lei 14.133/2021, que este ETP, além dos demais elementos, contém aqueles obrigatórios previstos nos incisos **I, IV, VI, VIII e XIII** do § 1º do artigo 18, e caso não contemple algum dos demais elementos previstos no referido parágrafo, para os mesmos serão apresentadas as devidas justificativas.

Com isso, convém ainda salientar que para obtenção do melhor resultado este ETP analisa a viabilidade da contratação, e pondera por reiterar os aspectos da relevância do interesse público envolvido, e busca apresentar os elementos essenciais com vistas a melhor atender às necessidades da Administração Pública, e neste contexto confere que:



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

I – a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;

II – a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;

III – a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;

IV – o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;

VII – o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

VIII – a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

IX – a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

X – a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

XI – a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta Lei.

(Incisos I, II, III, IV, VII, VIII, IX, X e XI do Art. 18 da Lei 14.133 de 01/04/2021).

Por fim, dentre os inúmeros aspectos que devem nortear este instrumento, diante das proposições que possivelmente serão aventadas, às análises devem, nos termos do Art. 44 da Lei 14.133/2021, ponderar que, quando há possibilidade de compra ou de locação de bens, o estudo técnico preliminar deverá considerar os custos e os benefícios de cada opção, com indicação da alternativa mais vantajosa.





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

**1. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:**

Esta seção apresenta a descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público (Inciso I do §1º do Art. 18 da Lei 14.133/2021).

**1.1.** Os estudos técnicos empreendidos neste instrumento analisa o requerimento realizado no DFD | Documento de Formalização de Demanda, para aferir a viabilidade de contratação de pessoal. Este dispõe que a SEMAS possui como demanda a responsabilidade de atender a necessidade de recursos humanos para viabilizar a prestação de serviços, de natureza contínua e permanente para atender ao interesse público aferido no âmbito das unidades socioassistenciais no atendimento aos assistidos e acolhidos pelas atividades, programas e projetos enquadrados nas políticas do SUAS | Sistema Único de Assistência Social. Desta forma, este instrumento busca identificar a melhor forma de responder à manutenção dos atendimentos que procedem com vistas à atender às demandas de vulnerabilidade social dos municípios.

**1.2.** Neste âmbito de atuação, as Unidades Socioassistenciais, subsidiadas com recursos oriundos dos Fundos compreendem a Proteção Social Básica: CRAS (CRAS de Casimiro de Abreu, CRAS de Professor Souza, Espaço Por Você em Rio Dourado, CRAS de Barra de São João, CRAS Extensão de Vila Nova) Armazém das Artes, Casa dos Conselhos; Proteção Social Especial: CREAS, Casa Abrigo, CEAM, lugares instituídos e amparados por lei. Estas Unidades, por sua vez, orientam os esforços empreendidos em projetos, programas e oficinas, tais como: Projeto Gerar Artesão, Semente, Questão de Mulher, Renovar, Padaria, Estamparia, Criança Feliz.

**1.3.** Destas Unidades supracitadas, destacamos a CASA DE ACOLHIMENTO, a qual busca assegurar a proteção integral de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social do município com capacidade atual, para abrigar e acolher 20 (vinte) assistidos entre crianças e adolescentes.

**1.4.** Diante deste quadro, a SEMAS | Secretaria Municipal de Assistência Social de Casimiro de Abreu, tem a competência<sup>11</sup> de, através dos Fundos, suprir as demandas dos Departamentos sob sua gestão, e procede neste documento para formalizar, dentre inúmeras necessidades, as de manutenção da continuidade dos serviços públicos enquadrados nas políticas públicas socioassistenciais.

**1.5.** Face às responsabilidades supramencionadas, em atendimento a Lei 2.157 de 19/11/2021, que dispõe sobre a criação de cargos e contratação por prazo determinado, por excepcional interesse público (Inciso IX do art. 37 da CRFB/1988) para atender às demandas emergenciais de pessoal na SEMAS, especialmente, diante dos atendimentos realizados pelos CRAS e CREAS.

**1.6.** Neste aspecto, a contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados e permanente com dedicação exclusiva de mão de obra visa suprir lacunas operacionais identificadas nas Unidades Socioassistencial do município, assegurando o funcionamento regular, eficiente e ininterrupto dos serviços ofertados à população em situação de vulnerabilidade.

**1.7.** Diante desse cenário, a contratação proposta mostra-se imprescindível para assegurar o atendimento à política pública de assistência social, evitando prejuízos à população usuária e à execução regular dos programas do SUAS. Desta forma, reiteramos que a contratação objeto deste documento confere uma forma complementar para que esta Secretaria atenda a sua missão precípua socioassistencial, com a manutenção dos serviços tanto de sua atividade-fim como atividades-meio os quais dependem do suprimento com recursos humanos para dar o devido suporte e apoio supramencionados. Com isso, para atender, dentre às demandas da SEMAS, verifica-se que este objeto se apresenta necessário e a não contratação pode acarretar a suspensão e/ou o não atendimento com acesso aos municípios em condições de vulnerabilidade e que dependem dos programas e serviços socioassistenciais oferecidos.

**1.8. PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PCA**

**1.8.1. PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PCA:** Esta seção apresenta a descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público (Inciso II do §1º do Art. 18 da Lei 14.133/2021).

**1.8.1.1.** Considerando o Art. 26 da Lei Municipal Nº 2384/2023, para demonstração de alinhamento entre a contratação e o planejamento, observa-se que o objeto desta contratação se encontra na previsão no Plano Anual de Contratações.

**1.8.1.2.** Por sua vez, para efeito de registro, informamos que o objeto da contratação está prevista Plano



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

de Contratações Anual (PCA): PCA 2026 - 29.115.458/0001-78 - Município De Casimiro De Abreu, publicado no PNCP em 09/09/2025.

**2. LEVANTAMENTO DE MERCADO**

Esta seção apresenta o levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar (Inciso V do §1º do Art. 18 da Lei 14.133/2021).

2.1. Análise de Contratações da Própria SEMAS.

2.1.1. 2.1.1. É a primeira vez que a SEMAS realizará esse tipo de contratação;

2.2. Análise de Contratações Similares de outros(s) Órgão(s) Públicos:

2.2.1. A pesquisa no portal do ComprasGov, emitido em 16/01/2026 (vide Anexo III), possibilita observar objeto com contratações similares ao presente instrumento, e com base nos dados colhidos é possível aferir, dentre outros aspectos, as estimativas de preços e da disponibilidade mercadológica. Desta forma, nesta pesquisa são identificadas contratações anteriores formalizadas por outro(s) Órgão(s) Público(s) para o atendimento a demandas similares à descrita neste ETP.

2.2.2. Considerando a base de dados disponibilizada pelo do ComprasGov, esta pesquisa ainda oferece base de conferência dos códigos CATSER e CATMAT, onde se verificar preços, quantidades, unidades de medidas, bem como descritivos similares ao presente objeto. Com isso, a partir destes dados pode se inferir haver no mercado meios e condições de atender as demandas propostas neste instrumento. Cabendo ainda, a partir das soluções levantadas, apontar quais possíveis propostas sejam as mais adequadas para atender ao objeto deste ETP.

**2.3. SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO**

2.3.1. Para avaliação da melhor forma de atendimento à demanda apresentada foram consideradas 3 (três) possíveis soluções para corresponder à demanda informada conforme disposto no Documento de Formalização de Demanda, vide Anexo I.

2.3.2. Expectativa sobre a solução: encontra-se na seção 7 Resultados Pretendidos.

**2.3.3. Soluções possíveis:**

**2.3.3.1. A) Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de natureza contínua com Dedicção Exclusiva de Mão de Obra por Ata de Registro de Preços:** Esta solução A) propõe à Contratação de empresa especializada na gestão de pessoal e controle de recursos humanos para viabilizar para a prestação de serviços terceirizados, de natureza contínua e permanente, de apoio administrativo e operacional (atividades-meio) com Dedicção Exclusiva de Mão de Obra para atender às necessidades de caráter eventuais temporária de excepcional interesse público, a qual, tendo duração determinada ou previsível, não possa ser satisfeita pela Administração Pública com os recursos de pessoal disponíveis no momento de sua ocorrência. Aspecto que, no âmbito desta Secretaria, compreende as necessidades de manutenção da capacidade de atendimento à população carente acolhida nas Unidades Socioassistenciais da SEMAS na execução de suas atividades, projetos e programas enquadrados dentro das políticas do SUAS. Para o caso desta opção se apresentar a mais viável, esta solução propõe a forma de atendimento a esta por meio da contratação do objeto para execução parcelada em conformidade com as necessidades de atendimento das Unidades Socioassistenciais.

2.3.3.1.1. Esta solução se apresenta viável e aplicável, podendo ser processada através da contratação por meio de pregão na forma eletrônica pelo procedimento auxiliar de sistema de registros de preços. Este procedimento auxiliar oferece forma para contratação dos itens os quais poderão ter as entregas em conformidade com a necessidade de suprimentos das demandas requeridas. Neste sentido, por meio desta solução se verifica a possibilidade de atender às demandas compreendendo os seguintes aspectos: 1) Contratação para suprir a necessidade funcional/cargos, considerando às demandas; 2) Esta proposta se apresenta adequada às necessidades e observa à solicitação feita direta pelos profissionais que atuam no atendimento nas Unidades; 3) Propicia entregas parceladas adequadas às demandas e à disponibilidade orçamentária; 4) Conta com Departamento de Pessoal capaz de controlar os quantitativos em conformidade com o controle do quadro funcional e proceder para requerer a distribuição para alocar os recursos humanos no respectivo local requerido; 5) Conta com controle funcional realizado pelas Coordenações imediatas em cada Departamento, envolve com isso, o trabalho



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

conjunto com o Departamento de Pessoal na sede da SEMAS, o gestor de contrato e os fiscais. Ademais destaca-se que o planejamento do quadro funcional possui o controle dos cargos/funções descritos nos itens requeridos, e neste aspecto, pode orientar à lotação dos recursos humanos conforme a necessidade de cada Unidade da SEMAS em atendimento às demandas eventuais, inclusive, as de caráter emergencial.

2.3.3.1.2. Da Estimativa de Preços: Em conformidade com o inciso VI do Art. 62 do Decreto Municipal Nº3.335/2023, para apurar a estimativa do valor da contratação, a título de referência, é considerado o histórico da contratação da própria SEMAS, mas a base é a realizada na pesquisa no Painel de Preços do Governo Federal no Anexo III. Conforme o Relatório da Folha de Pagamento da Prefeitura Municipal de Casimiro de Abreu, os salários base de 2025, observa-se um valor global de R\$ 758.400,00. E para efeito de atualização deste ETP adotam-se os preços referenciais da pesquisa do ComprasGov como estimativa global no valor de **R\$ 1.699.707,84**. Ressaltamos que esta estimativa é preliminar e será revisada pelo Departamento Central de Compras da Secretaria Municipal de Governo. Quanto a metodologia de pesquisa pra verificar o valor estimado para esta aquisição baseia-se na consulta ao Portal do Compras.Gov. Neste ambiente a metodologia aplicada compreende os seguintes parâmetros: a base de dado do sistema considera contratações dentro do período dos últimos 12 (doze) meses. Na pesquisa de preços disponibilizada pelo Compras.Gov no Painel de Preços o método de cálculo adotado considera a Mediana, apuração que observa para cada item respectivamente, o Menor Preço | o Maior Preço | a Média | e a Mediana apurada é o valor final adotado. E ainda observando o Desvio padrão e o Coeficiente de Variação, para saneamento da pesquisa, a planilha de preços foi ordenada em ordem crescente de valor, e considerando a média foram excluídos os valores menores e maiores até alcançar o coeficiente de variação igual ou menos a 25%, conforme disposto no Anexo III. Observamos ainda que para efeito de pesquisa os valores referenciados aqui, são cabíveis de aplicação para as demais soluções, salvo melhor juízo, pondere-se por uma proposta em que os parâmetros exigem outras referências que sejam mais adequadas ao aspecto da pesquisa.

**2.3.3.2. B) Adesão à Ata de Registro de Preço de outros Órgãos de empresa especializada na prestação de serviços de natureza contínua com Dedicção Exclusiva de Mão de Obra:** Esta proposta tem a finalidade otimizar o processo de contratação, entretanto, observamos que para uma adesão ser viável seria necessário encontrar, especialmente, que as condições funcionais especificadas nas atribuições de cada cargo as quais são exigidas pela legislação municipal. O que inviabiliza tal adequação ao objeto deste ETP, considerando, inclusive que todos os itens sejam consolidados, preferencialmente, em uma única Ata, dada a natureza requerer ainda tratar-se de uma adjudicação global, (vide Anexo III), isto posto, esta solução não se apresenta a mais viável e adequada em razão, especialmente, da necessidade de enquadramentos dos descritivos devidamente especificados na Lei Municipal 2.157/ de 19/11/2121.

**2.3.3.3. C) Publicação de Edital de Processo Seleção de Pessoal:** Esta solução propõe à contratação por meio de processo seletivo simplificado com a publicação de edital para convocação dos possíveis candidatos interessados em concorrer e se submeterem às condições de habilitação às vagas. Ocorre que, a despeito desta solução precisar ser aventada em razão, inclusive do histórico de contratações, o processo seletivo simplificado não se apresenta como medida juridicamente adequada, tendo em vista que sua realização pressupõe a configuração das hipóteses excepcionais previstas no art. 37 da Constituição Federal, em especial a ocorrência de situação de excepcional interesse público. No caso em análise, contudo, as atividades a serem desempenhadas pelos profissionais possuem natureza contínua e permanente, o que afasta o caráter transitório exigido pelo referido dispositivo constitucional. Some-se a isso o fato de que, em exercícios anteriores, já foram realizados dois processos seletivos para a contratação dos mesmos profissionais, circunstância que evidencia a recorrência e a estabilidade da demanda, incompatíveis com contratações temporárias. Diante desse cenário, conclui-se que, no momento, o processo seletivo simplificado não se afigura como a solução mais razoável nem juridicamente apropriada para suprir as necessidades da Secretaria, impondo-se a adoção de instrumento mais duradouro e compatível com a natureza permanente dos serviços prestados.

**3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA**

Esta seção apresenta a descrição da solução escolhida e as estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (Inciso IV do §1º do Art. 18 da Lei 14.133/2021).

3.1. A partir da análise das soluções a “A” se apresenta como a mais adequada para atender as



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

demandas requeridas no DFD. A solução mais adequada para responder à demanda de recursos humanos necessária à viabilização da prestação de serviços de natureza contínua, destinados a atender necessidade temporária de excepcional interesse público, no âmbito das Unidades Socioassistenciais vinculadas à SEMAS. A análise considerou alternativas possíveis à luz do ordenamento jurídico vigente, da realidade operacional das unidades do SUAS, das limitações do quadro permanente de pessoal e da necessidade de assegurar a continuidade e a regularidade dos serviços prestados à população em situação de vulnerabilidade social. Nesse contexto, avaliou-se que a solução escolhida deve ser capaz de suprir a carência operacional identificada, garantir flexibilidade na gestão da força de trabalho e permitir rápida adaptação às oscilações de demanda próprias dos serviços socioassistenciais.

3.2. A solução selecionada consiste na utilização de procedimento auxiliar de Ata de Registro de Preços para futura contratação de empresa especializada na disponibilização de mão de obra, observados os parâmetros definidos pela Lei Municipal nº 2.157, de 19 de novembro de 2021, que disciplina a contratação por tempo determinado para atender a necessidades temporárias de excepcional interesse público no âmbito da SEMAS. Sob o critério do custo total da solução, esta alternativa apresentou estimativa global de R\$ 1.699.707,84, calculada com base em pesquisa objetiva no sistema ComprasGov, utilizando os códigos correspondentes do CATSER, demonstrando-se economicamente compatível com os valores praticados no mercado e que orientará a disponibilidade orçamentária.

3.3. Neste aspecto ressaltamos que tais demandas ocorrem em razão da necessidade precípua de promoção da Continuidade dos Serviços Realizados nos Departamentos da SEMAS na execução de suas Atividades, Projetos e Programas enquadrados dentro das políticas do SUAS. E estes trabalhos, por sua vez, procedem com vistas à suprir às demandas dos Fundos: FMAS | Fundo Municipal de Assistência Social, e subsidiariamente, ao FMDCA | Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e o FMDPI | Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, Fundos sob a gestão da SEMAS | Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Casimiro de Abreu, responsável pela elaboração prévia do Documento de Formalização de Demanda – DFD que motivou este ETP. Para tanto, esta análise verifica a necessidade de caracterização de dois aspectos elencados no inciso XX do artigo 6º da Lei Nº 14.133 de 01/04/2021, a saber: a relevância e a viabilidade.

3.4. A relevância está na caracterização do interesse público envolvido, e se dá em observância aos critérios de enquadramento legal disposto no DFD e ainda reiterados neste instrumento conforme a seção 1, onde conferimos que as atividades, programas e projetos são situados dentro da complexidade de oferta de amparo da SEMAS os quais são devidamente localizados nos seus respectivos Departamentos em que os beneficiários são assistidos e acolhidos pelos programas enquadrados dentro das políticas do SUAS. Quanto à caracterização da viabilidade da contratação a mesma é verificada no que concerne aos aspectos mercadológicos a respeito da disponibilidade de oferta de produtos e serviços capazes de atender às especificações técnicas, bem como os respectivos preços estimados dentro de parâmetros para estabelecer à respectiva exequibilidade destes.

3.5. Cumpre ressaltar que neste ETP verifica a necessidade requerida no Documento de Formalização de Demanda. A descrição detalhada de cada item e suas respectivas quantidades são estimadas a partir da execução do exercício anterior conforme disposto no Anexo II. Para tanto, nos termos do §1º do Art. 18 da Lei 14.133/2021, este ETP **EVIDENCIA QUE O PROBLEMA E A RESPECTIVA SOLUÇÃO**, o problema decorre da necessidade temporária de interesse público para suprir a carência no atendimento de demandas com as ações, serviços e programas vinculados à estrutura da SEMAS que atua no amparo aos assistidos pelas atividades, programas e projetos enquadrados nas políticas do SUAS | SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE. A solução, por sua vez, se volta à necessidade de responder à demanda de recursos humanos necessária à viabilização da prestação de serviços de natureza contínua, destinados a atender necessidade temporária de excepcional interesse público, no âmbito das Unidades Socioassistenciais vinculadas à SEMAS, especialmente, aos assistidos e acolhidos pelos programas da SEMAS que demanda pela necessidade precípua socioassistencial na manutenção da continuidade dos Serviços Públicos realizados nos Departamentos. E neste contexto o atendimento se dá diante da necessidade de atender pessoas enquadradas em situação de vulnerabilidade social as quais, em razão desta carência, dependem da oferta destes programas que se voltam para proporcionar o mínimo de cidadania, e atender dentre os objetivos fundamentais previsto em nossa Lei Orgânica Municipal, e que a SEMAS os tem por missão, trabalhar para atuar como forma de: “erradicar a pobreza, a marginalização e reduzir as desigualdades sociais na área urbana e nas áreas rural”, bem como “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade, religião e quaisquer outras formas de discriminação” (Art. 2º, incisos IV e V da LOM).





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

3.6. Informações Adicionais para a escolha da solução: como ferramenta de tomada de decisão consta no Anexo I a Matriz de Decisão, onde constam as orientações e os dados que orientam a escolha da melhor prosta.

**3.7. Descrição da solução escolhida e contextualização de execução dos serviços na Secretaria:**

3.7.1. Este documento, portanto, compreende o problema que decorre da necessidade temporária de interesse público para suprir a carência no atendimento de demandas com as ações, serviços e programas vinculados à estrutura da SEMAS, e evidencia a solução em responder à demanda de recursos humanos com a prestação de serviços de natureza contínua, destinados a atender as Unidades Socioassistenciais vinculadas à SEMAS. A solução escolhida, consequentemente, confere que os itens sejam afetos da contratação por meio de pregão eletrônico com a utilização do procedimento auxiliar de registro de preços. Este procedimento, possibilita a diversificação de tantos quantos sejam os fornecedores capazes de atender ao objeto e se habilitem no curso da presente tramitação, ampliando, com isso a competição entre os licitantes interessados. Desta forma, as empresas vencedoras se qualificarão mediante processo licitatório para atenderem pelo procedimento auxiliar de registro de preços, na forma eletrônica, de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com o menor preço. Observando ainda que todos os demais elementos necessários ao atendimento à demanda da Administração estarão dispostos no Termo de Referência, entre eles as obrigações e responsabilidades da contratada e demais especificidades do objeto.

3.7.2. Ademais é importante destacar que os dados colhidos na geração destas informações encontram-se inseridos dentro no contexto social relatado no subitem 3.7.2.1 o qual observa os relatórios emitidos pelas Unidades Socioassistenciais da SEMAS e ainda o o Relatório de Programas e Ações do MDS, Secretaria de Avaliação, Gestão da Informações do Cadastro Único emitidas em 07/07/2024 (ver Anexo V):

3.7.2.1. Considerando os relatórios emitidos pelos Departamentos da **SEMAS**, Anexo V, observamos os seguintes dados: Da **Proteção Social Básica**, cada equipamento observa as seguintes quantidades nos respectivos atendimentos: **CADÚNICO** 8.364 Famílias Cadastradas; **CRAS**: 7915 atendimentos no ano, com 1.507 novos cadastros; **Programa Criança Feliz** acompanha 178 crianças e 27 gestantes, e realizou 5.478 visitas, e 12 reuniões mensais temáticas com as famílias acompanhadas; O Programa **Acessuas** Trabalho realizou oficinas de salão de beleza - cabeleireiro e automaquiagem, com 25 assistidos dos programas; O Setor de Benefícios e Programas (SBP) promoveu a entrega de 137 cartões Indaiáçu, atendendo a mais de 2000 beneficiários; do **CEAM**: 930 atendimentos. Do **Armazém das Artes** a coordenação acompanha o trabalho de 12 Oficinas por semana para atender uma média de 104 assistidas. Da **Proteção Social Especial**: da **Casa de Acolhimento** (Casa Abrigo) esta Unidade Assistencial oferece 20 vagas para acolher crianças e adolescentes de ambos os sexos, nas faixas etárias de 0 (zero) a 18 (dezoito) anos incompletos, cujas famílias ou responsáveis se encontram temporariamente impossibilitados de cuidar e proteger. Durante o período de 2021 a 2024 atendeu, observando um fluxo total de entradas e saídas de 45 acolhidos, em que 20 são do sexo masculino e 25 do sexo feminino, sendo que deste total ocorreram 33 registros de saídas (desacolhimentos), e 7 reingressos; do **CREAS**: foram realizadas 114 visitas domiciliares, 85 visitas institucionais, 72 atendimentos socioassistenciais MSE, 50 atendimentos socioassistenciais Pop. em Sit. de Rua, 1.470 Café manhã/tarde, 2 translados, 846 atendimento/ acompanhamentos PAEFI, 17 Abordagens Social com oferta de kit lanche, kit higiene e kit sono, Casa dos Velhinhos 20 vagas, com 5 (cinco) idosos na fila de espera pela abertura de vagas, benefícios concedidos 10 kit nutrição para idosos, 10 kit higiene, 10 cestas básicas, 12 Protocolos Disque 100, 10 palestras em instituições municipais como escolas, 96 assistidos, acolhidos e acompanhados via SINAN.

**4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

Esta seção apresenta a descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso (Inciso VII do §1º do Art. 18 da Lei 14.133/2021).

4.1. A partir da análise das informações com as indicações de condições preliminares aferidas, verifica-se com base no problema evidenciado que decorre da necessidade temporária de interesse público para suprir a carência no atendimento de demandas com as ações, serviços e programas vinculados à estrutura da SEMAS que atua no amparo aos assistidos pelas atividades, programas e projetos enquadrados nas políticas do SUAS | SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE. A solução delineada neste Estudo Técnico Preliminar, portanto, consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços terceirizados, de natureza contínua, com dedicação exclusiva de mão de obra, voltados ao



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

apoio administrativo e operacional (atividades-meio), a fim de suprir a necessidade temporária de excepcional interesse público identificada no âmbito das Unidades Socioassistenciais vinculadas à SEMAS | Secretaria Municipal de Assistência Social de Casimiro de Abreu. Trata-se de solução integrada que visa assegurar a continuidade, regularidade e eficiência dos serviços socioassistenciais prestados à população em situação de vulnerabilidade e risco social, em consonância com as diretrizes do SUAS | Sistema Único de Assistência Social e com a legislação municipal específica aplicável.

4.2. A solução contempla a disponibilização de profissionais devidamente qualificados para o exercício das funções de Cuidador Institucional, Auxiliar de Cuidador Institucional e Orientador Social, cujas atribuições guardam estrita correspondência com aquelas definidas na Lei Municipal nº 2.157, de 19 de novembro de 2021. A atuação desses profissionais destina-se, prioritariamente, ao atendimento das demandas das Unidades da Proteção Social Básica e Especial, notadamente CRAS, CREAS e Casa Abrigo, garantindo suporte às atividades administrativas, operacionais e socioeducativas necessárias à execução de programas, projetos e serviços socioassistenciais desenvolvidos sob a gestão da SEMAS, com recursos do FMAS | Fundo Municipal de Assistência Social.

4.3. Do ponto de vista operacional, a solução foi concebida para permitir a alocação racional e flexível dos recursos humanos, de acordo com as necessidades específicas de cada unidade socioassistencial, observando-se a dinâmica dos atendimentos, a sazonalidade das demandas e o caráter eventual ou emergencial que caracteriza parte significativa das ações desenvolvidas no âmbito da assistência social. Nesse sentido, a adoção do procedimento auxiliar de Ata de Registro de Preços apresenta-se como instrumento apto a conferir maior eficiência administrativa, ao possibilitar contratações sob demanda, dentro dos quantitativos previamente estimados, sem prejuízo da observância aos limites legais e orçamentários.

4.4. Por fim, a solução como um todo encontra-se alinhada às políticas públicas de assistência social, às normas de sustentabilidade e às boas práticas de gestão pública, ao incentivar, sempre que possível, a contratação de mão de obra local, a racionalização do uso de recursos, a redução de impactos ambientais indiretos e a promoção de condições dignas de trabalho. Dessa forma, a solução proposta não apenas atende à necessidade imediata identificada, mas também contribui para o fortalecimento institucional da rede socioassistencial do Município de Casimiro de Abreu, assegurando a continuidade e a qualidade dos serviços prestados à população usuária do SUAS.

4.5. **Da Descrição do Objeto:** Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para a prestação de serviços terceirizados, de natureza contínua, com dedicação exclusiva de mão de obra (DEMO), voltados ao apoio administrativo e operacional (atividades-meio), afim de suprir a necessidade de excepcional interesse público identificada no âmbito das unidades socioassistenciais no atendimento aos assistidos e acolhidos pelas atividades, programas e projetos enquadrados nas políticas do SUAS | Sistema Único de Assistência Social, operadas com recursos do FMAS | Fundo Municipal de Assistência Social, a ser provida conforme às condições, quantidades, parâmetros e elementos descritivos a serem transcritos no Termo de Referência.

## **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

Esta seção apresenta os requisitos da contratação (Inciso III do §1º do Art. 18 da Lei 14.133/2021).

5.1. Considerando o inciso II, do artigo 62 do Decreto Municipal 3335/2023, os bens e serviços objeto da análise e apreciação deste ETP, demandam que sejam observados na contratação, naquilo que seja aplicável, requisitos necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade, observadas as leis ou regulamentações específicas, bem como padrões mínimos de qualidade e desempenho, compreendendo:

5.1.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

5.1.1.1. Sustentabilidade:

5.1.1.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto e quanto ao que couber e for aplicável, devem ser atendidos os requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

5.1.1.1.2. A empresa deve adotar práticas sustentáveis na realização dos serviços, como o descarte adequado de resíduos e a reutilização de materiais quando possível.

5.1.1.1.3. A CONTRATADA deverá observar no que couber, durante a execução contratual, critérios e práticas de sustentabilidade, como:





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

- a) Preferir o envio de documentos digitais, a fim de reduzir a impressão dos mesmos;
- b) Se necessário o envio de documentos à contratante, optar por (frente e verso), bem como de papel confeccionado com madeira de origem legal.
- c) Capacitar seus empregados, sobre o correto descarte de resíduos.
- d) Armazenar, transportar e destinar resíduos em conformidade com as normas técnicas específicas.

**5.1.1.2. Da subcontratação.**

5.1.1.2.1. É vedada a subcontratação do objeto deste Termo de Referência, e decorre em conformidade com o § 1º do art. 171 do Decreto Municipal nº 3335/2023, considerando tratar-se de contratação em que é usual haver no mercado a existência de empresas que executem de forma integral o objeto deste Termo de Referência.

**5.1.1.3. Da participação de Consórcio:**

5.1.1.3.1. É vedada a participação em consórcio, e na forma do Art. 15 da Lei nº 14.133/2021, justifica-se em razão de: a vedação é justificada em razão das características do objeto e pelas condições de mercado.

5.1.1.3.1.1. Considerando tratar-se de serviços de natureza de atividade-meio como suporte administrativo com Dedicção Exclusiva de Mão de Obra (DEMO) para funções de Cuidador Institucional, Auxiliar de Cuidador e Orientador Social, a vedação ao consórcio, decorre dos seguintes pontos: 1) baixa complexidade técnica: serviços de apoio administrativo e operacional são considerados de natureza comum, e não exigem especialização técnica elevada ou aporte financeiro que, empresa individual não suporte; 2) risco à gestão e fiscalização: em contratos com dedicação exclusiva, a Administração Pública exerce rigorosa fiscalização sobre a folha de pagamento e encargos trabalhistas, desta forma, a existência de consórcio (duas ou mais empresas gerindo a mesma folha) pode pulverizar a responsabilidade e dificultar o controle administrativo/operacional do órgão; 3) preservação da competitividade: o consórcio serve para somar esforços em objetos que poucas empresas conseguiriam fazer sozinhas. Isto, posto, observando que o histórico de contratação evidencia que o mercado local/regional oferece empresas de terceirização de mão de obra capazes de atender satisfatoriamente ao objeto proposto, permitir consórcio ao caso em questão pode gerar concentração de mercado (grandes empresas unindo para eliminar pequenas), ferindo o interesse público. 4) Considerando os respectivos cargos objeto da Lei 2.157 de 19/11/21 que dispõe para a SEMAS contratar com a finalidade de suprir a carência em demandas vinculadas à sua estrutura, dada à obrigatoriedade que se impõe e observando que as descrições destes cargos são devidamente elencados no referido dispositivo legal, conferem-se que o descritivo financeiro e técnico apresenta-se compatível como o mercado de empresas individuais; 5) A proibição do consórcio, neste caso, não restringe a competitividade, mas evita a formação de grupos econômicos desnecessários para um serviço rotineiro. 6) A vedação à participação de empresas em consórcio no presente certame encontra amparo no Art. 15 da Lei 14.133/2021, visto que o objeto, prestação de serviços de apoio operacional com dedicação exclusiva de mão de obra — possui natureza comum e baixa complexidade técnica. A admissão de consórcios em serviços dessa natureza poderia comprometer a eficiência da fiscalização contratual e reduzir injustificadamente o número de licitantes independentes, desvirtuando a finalidade do instituto do consórcio, que é viabilizar objetos de grande vulto ou alta especialização.

**5.1.1.4. Da participação de Cooperativa:**

5.1.1.4.1. Vedada a participação de cooperativa. A despeito do art. 16 da Lei nº 14.133/2021, prever que os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar da licitação, fica vedada por conta da natureza da relação de emprego. Nos termos do Parecer Nº 00002/2023/DECOR/CGU/AGU do Departamento de Coordenação e Orientação de Órgãos Jurídicos da Consultoria-Geral da União, da Advocacia-Geral da União (Decor/CGU/AGU), que dispõe, quanto à análise ante a legislação de licitações, que o entendimento orienta para Administração Pública a qual deve se “abster de celebrar contratos administrativos com cooperativas de trabalho nas hipóteses em que a execução dos serviços terceirizados, por sua própria natureza, demande vínculo de emprego dos trabalhadores em relação à contratada. (vide Parecer da PGM do Município de Casimiro de Abreu, pág. 36, Despacho 45, Processo Administrativo 2.648/2025).

5.1.1.4.2. É vedada a participação de cooperativas na presente contratação, tendo em vista a natureza do objeto, em razão de atividades que, por sua essência, pressupõem subordinação jurídica, habitualidade, pessoalidade e controle direto da execução pela Administração Pública.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

5.1.1.4.3. Nos contratos dessa natureza, a Administração exerce poder diretivo e fiscalizatório permanente, inclusive quanto à jornada de trabalho, escalas, cumprimento de ordens, assiduidade, substituições, bem como fiscalização rigorosa da folha de pagamento, encargos trabalhistas, previdenciários e obrigações acessórias, elementos incompatíveis com o regime jurídico próprio das cooperativas de trabalho.

5.1.1.4.4. Neste aspecto a Lei nº 12.690/2012, que dispõe sobre a organização e funcionamento das cooperativas de trabalho, estabelece como característica essencial desse modelo a ausência de subordinação entre o cooperado e o tomador de serviços, vedando expressamente a intermediação de mão de obra subordinada. Assim, a contratação de cooperativas para execução de atividades que exigem subordinação jurídica configuraria incompatibilidade legal e risco de burla à legislação trabalhista, com potenciais prejuízos à Administração Pública.

5.1.1.4.5. Dessa forma, a vedação à participação de cooperativas guarda relação direta com o objeto do certame, revela-se razoável, proporcional e juridicamente fundamentada, estando em plena conformidade com a legislação vigente e com a jurisprudência dominante, além de contribuir para a segurança jurídica, regularidade da execução contratual e proteção do interesse público.

**5.2. ASPECTOS GERAIS DA EXECUÇÃO DO OBJETO:**

5.2.1. Na elaboração do Termo de Referência deverá ser observado, além dos aspectos legais, aqueles de orientações técnicas oriundos das diretrizes da Instrução Normativa Nº 5, de 26 de Maio de 2017.

5.2.2. Aquisição pelo procedimento auxiliar de registro de preços, observará a possibilidade da previsão de contratações parceladas em conformidade com a necessidade da CONTRATANTE.

5.2.2.1. A CONTRATADA deverá executar o objeto, obedecendo rigorosamente às especificações discriminadas no Termo de Referência e principalmente aos preceitos instituídos pela legislação de regência;

5.2.3. Os Prestadores de Serviço deverão manter, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, devendo serem habilitados quanto à regularidade jurídica, regularidade fiscal, e qualificação técnica, se necessário; bem como devem atentar para os requisitos mínimos de padrão de qualidade durante a vigência da Ata/Contrato, considerando que no ato do recebimento, os bens serão submetidos à inspeção, sendo passível de serem observados os seguintes requisitos:

5.2.3.1. Em observância à IN-05/2017 e enquadrados os termos do artigo 69 da 14.133/21, na elaboração do Termo de Referência, cumpre observar os aspectos relativos às condições de habilitação econômico-financeira, e nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração deverá exigir:

5.2.3.1.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao último exercício social, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

5.2.3.1.2. Comprovação de possuir a empresa licitante, o Capital Social Mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, determinada no preâmbulo deste Edital, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais, de acordo com as disposições previstas no artigo 69, § 4º da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.2.3.1.3. Para fins de atendimento ao disposto no item 12 do Anexo VII-A da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, de 25/05/2017 que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional. As diretrizes dispostas no Anexo VII-A são, primeiramente, enquadradas aos termos do artigo 69 da 14.133/2021, e pondera a necessidade da exigência de habilitação econômico-financeira para demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes de possível futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, e para haver a devida justificativa no processo licitatório, desde já esta análise compreende que será restrita à apresentação da documentação requerida à cima, salvo àquelas que a Comissão de Licitação, no âmbito de sua competência verificarem ainda que seja necessário cobrar.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

Ademais justifica-se a exigência relativa à esta documentação em razão de se tratar de objeto de eventual e de atendimento atrelado à demanda, com DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA (DEMO). Observando que a permanência de profissionais nos postos de trabalhos decorre estritamente da demanda que enseja atendimento continuado com o devido suporte de amparo aos acolhidos e assistidos pela Unidades Socioassistenciais, especialmente, a Casa de Acolhimento. Desta forma, enquanto houver crianças e adolescentes amparados pela tutela das políticas socioassistenciais os serviços não podem ser interrompidos ou sofrerem de vacância sob o risco de ferir a continuidade de atendimento ao interesse público envolvido.

5.2.3.1.4. Ainda se ressalta que em atendimento ao disposto no item 12 do Anexo VII-A da Instrução Normativa nº 05, de 25 de maio de 2017, que a presente justificativa observa, de forma sistemática e integrada, os preceitos estabelecidos na Lei nº 14.133/2021, especialmente no que concerne à exigência de habilitação econômico-financeira prevista em seu art. 69. Tal dispositivo legal determina que a Administração Pública deverá exigir dos licitantes a comprovação de aptidão econômico-financeira suficiente para o cumprimento das obrigações contratuais, mediante critérios objetivos, tais como índices contábeis, demonstrações financeiras e demais elementos previstos no edital, devidamente motivados no processo licitatório. Nesse contexto, a exigência de qualificação econômico-financeira revela-se instrumento indispensável para mitigar riscos contratuais e assegurar a seleção de proposta apta a garantir a execução regular e contínua dos serviços, em consonância com os princípios da eficiência, segurança jurídica e interesse público.

5.2.3.1.5. No caso concreto, a exigência em questão mostra-se plenamente justificada em razão da natureza do objeto, que compreende a prestação de serviços terceirizados com dedicação exclusiva de mão de obra (DEMO), caracterizados como de natureza eventual, porém com atendimento condicionada à demanda, mais especificamente, da Casa de Acolhimento. Essa peculiaridade implica que, embora a contratação se dê sob regime de eventualidade quanto ao acionamento dos quantitativos registrados, a execução dos serviços, uma vez iniciada, poderá assumir caráter contínuo enquanto houverem acolhidos na Casa de Acolhimento, exigindo da contratada capacidade financeira para manter a alocação de profissionais, honrar obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais, bem como suportar oscilações inerentes à dinâmica da execução contratual. Assim, a robustez econômico-financeira do licitante constitui requisito essencial para assegurar a estabilidade da prestação dos serviços e evitar descon continuidades que possam comprometer a finalidade pública da contratação.

5.2.3.1.6. Ademais, cumpre destacar que os serviços objeto da contratação estão diretamente vinculados à execução das políticas públicas no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), especialmente no funcionamento das unidades socioassistenciais, com ênfase na Casa de Acolhimento. Nesses espaços, a presença que não quebre a continuidade de serviços por profissionais qualificados é indispensável para garantir o atendimento adequado a crianças, adolescentes e demais usuários em situação de vulnerabilidade social, nos termos das diretrizes de proteção integral. A eventual interrupção dos serviços, seja por incapacidade econômico-financeira da contratada ou por falhas na gestão de pessoal, implicaria grave prejuízo ao interesse público, podendo comprometer direitos fundamentais dos assistidos e ensejar responsabilização da Administração Pública.

5.2.3.1.7. Dessa forma, a exigência de habilitação econômico-financeira, nos termos a serem definidos no edital, apresenta-se como medida proporcional, razoável e tecnicamente fundamentada, não configurando restrição indevida à competitividade, mas sim mecanismo de salvaguarda da execução contratual e de proteção ao interesse público. Registra-se, por fim, que a análise da documentação exigida será realizada de forma objetiva e em conformidade com os parâmetros legais, podendo a Comissão de Licitação, no exercício de sua competência, solicitar documentos complementares, caso entenda necessário para melhor aferição da capacidade econômico-financeira dos licitantes, desde que devidamente motivado, nos termos da legislação vigente.

5.2.3.2. Nos termos do art. 50 da Lei Federal 14.133/2021, nas contratações de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o contratado deverá apresentar, quando solicitado pela Administração, sob pena de multa, comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato, em especial quanto ao: I – registro de ponto; II – recibo de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário; III – comprovante de depósito do FGTS; IV – recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional; V – recibo



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato; VI – recibo de pagamento de vale-transporte e vale-alimentação, na forma prevista em norma coletiva.

5.2.3.3. Para os serviços deve observar, a necessidades de exigência de Garantia da execução da futura contratação, e que deverão ser executados/entregues, conforme coordenação das Unidades Socioassistenciais, bem como às orientações dispostas pela Coordenação Geral e do Departamento de Pessoal da SEMAS, situado a Rua Pastor Luiz Laurentino, nº 385 – Mataruna – Casimiro de Abreu/RJ, das 9h às 17h, em dias úteis;

5.2.3.4. O prazo de início da execução 15 (quinze) dias úteis.

5.2.3.5. Caberá ao licitante vencedor responsabilizar-se, exclusivamente, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da contratação, e ainda arcar com todas as despesas operacionais, correspondentes a deslocamentos, fretes, seguros, taxas, emolumentos, cópias e quaisquer outras necessárias à execução do objeto desta contratação;

5.2.3.6. A contratada deverá assumir total responsabilidade pela execução dos serviços que se apresentarem em não conformidade com as boas práticas relativas às orientações básicas inerentes aos descritivos dos cargos e daquelas relativas aos ambientes em que os trabalhadores estiverem acolados/lotados, e ainda se deve observar à má qualidade e/ou irregularidades dos serviços prestados, e também eventuais danos e/ou prejuízos causados a terceiros e/ou a coisas e bens do CONTRATANTE, arcando a CONTRATADA com as respectivas indenizações cabíveis que sejam aferidas pela devida instauração processual;

5.2.3.7. O pagamento será realizado em até 30 dias após a apresentação da nota fiscal.

5.2.3.8. A prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e prorrogável por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso conforme o artigo 84 da Lei 14.133/2021, e inciso V, artigo 74 da Lei Municipal 3335/2023.

5.2.3.9. Considerando que os itens apresentam estimativas de preços acima de R\$ 80.000 (oitenta mil reais), observa-se por não indicar exclusividade para empresas que se enquadram como ME, EPP e MEI - conforme artigo 48, I, da Lei Complementar Nº 123/2006.

5.2.3.10. Em observância ao inciso IV, do Art. 82 da Lei 14.133/2021, orienta-se não considerar quantidades mínimas em quantitativo inferior ao máximo previsto registrados na planilha do Anexo II deste instrumento, face a isso, também se dispõe por não aplicar o inciso III do Art. 48 da Lei complementar Nº 123/2006 quanto ao tratamento diferenciado nos itens descritos do Anexo II deste ETP;

**5.3. Da Gestão e Fiscalização do Objeto:** em observância à IN-05/2017, e em consonância com às 14.133/2021, esta seção apresenta as disposições elencadas no Capítulo V da Gestão do Contrato e observa a necessidade de orientar a gestão e fiscalização dos termos contratuais do presente objeto, conforme segue:

5.3.1. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para os serviços contratados, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos a repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto. (Art. 39 da IN-05/2017).

5.3.2. Para os fins deste ETP, observam-se, nos termos do Art. 40 da IN-05/20217, que conjunto de atividades de que trata o artigo anterior compete ao gestor da execução dos contratos, auxiliado pela fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, conforme o caso, de acordo com as seguintes disposições:

5.3.2.1. I - Gestão da Execução do Contrato: é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros;

5.3.2.2. II - Fiscalização Técnica: é o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela fiscalização de que trata o inciso V deste artigo;

5.3.2.3. III - Fiscalização Administrativa: é o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços nos contratos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento;

5.3.2.4. IV - Fiscalização Setorial: é o acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos, quando a prestação dos serviços ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade; e

5.3.2.5. V - Fiscalização pelo Público Usuário: é o acompanhamento da execução contratual por pesquisa de satisfação junto ao usuário, com o objetivo de aferir os resultados da prestação dos serviços, os recursos materiais e os procedimentos utilizados pela contratada, quando for o caso, ou outro fator determinante para a avaliação dos aspectos qualitativos do objeto.

5.3.3. Ressaltamos ainda que, no Termo de referência deverão ser informados conforme seguem os termos do art. 40 da IN-05/2017, às disposições: § 1º No caso do inciso IV deste artigo, o órgão ou entidade deverá designar representantes nesses locais para atuarem como fiscais setoriais. § 2º O recebimento provisório dos serviços ficará a cargo do fiscal técnico, administrativo ou setorial, quando houver, e o recebimento definitivo, a cargo do gestor do contrato. § 3º As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

5.3.4. O Termo de referência deverá observar a indicação do respectivos gestor e fiscais de contrato.

5.3.5. Para os critérios para acompanhamento e fiscalização dos contratos, orienta-se observar a seção III da IN-05/2017, para tratar dos aspectos gerais da fiscalização e do início da prestação dos serviços conforme segue:

5.3.6. Art. 44. O preposto da empresa deve ser formalmente designado pela contratada antes do início da prestação dos serviços, em cujo instrumento deverá constar expressamente os poderes e deveres em relação à execução do objeto.

5.3.6.1. § 1º A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

5.3.6.2. § 2º As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.3.6.3. § 3º O órgão ou entidade poderá convocar o preposto para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato. § 4º A depender da natureza dos serviços, poderá ser exigida a manutenção do preposto da empresa no local da execução do objeto, bem como pode ser estabelecido sistema de escala semanal ou mensal.

5.3.7. Art. 45. Após a assinatura do contrato, sempre que a natureza da prestação dos serviços exigir, o órgão ou entidade deverá promover reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

5.3.7.1. § 1º Os assuntos tratados na reunião inicial devem ser registrados em ata e, preferencialmente, estarem presentes o gestor, o fiscal ou equipe responsável pela fiscalização do contrato, o preposto da empresa, e, se for o caso, o servidor ou a equipe de Planejamento da Contratação.

5.3.7.2. § 2º O órgão ou entidade contratante deverá realizar reuniões periódicas com o preposto, de modo a garantir a qualidade da execução e os resultados previstos para a prestação dos serviços.

5.3.7.3. § 3º Em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante autorização da autoridade competente do setor de licitações, o prazo inicial da prestação de serviços ou das suas etapas poderão sofrer alterações, desde que requerido pela contratada antes da data prevista para o início dos serviços ou das respectivas etapas, cumpridas as formalidades exigidas pela legislação.

5.3.7.4. § 4º Na análise do pedido de que trata o § 3º deste artigo, a Administração deverá observar se o seu acolhimento não viola as regras do ato convocatório, a isonomia, o interesse público ou qualidade da execução do objeto, devendo ficar registrado que os pagamentos serão realizados em conformidade com a efetiva prestação dos serviços.

5.3.8. Art. 46. As ocorrências acerca da execução contratual deverão ser registradas durante toda a vigência da prestação dos serviços, cabendo ao gestor e fiscais, observadas suas atribuições, a adoção das providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

5.3.9. O registro das ocorrências, as comunicações entre as partes e demais documentos relacionados à execução do objeto poderão ser organizados em processo de fiscalização, instruído com os documentos de que trata o § 4º do art. 42. § 2º da IN-05/20217 As situações que exigirem decisões e providências que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser registradas e encaminhadas ao gestor do contrato que as enviará ao superior em tempo hábil para a adoção de medidas saneadoras.

5.3.10. Nos termos do art. 47 da IN-05/20217, a execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, quando for o caso: I - os resultados alcançados em relação ao contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada; II - os recursos humanos empregados em função da quantidade e da formação profissional exigidas; III - a qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados; IV - a adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida; V - o cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e VI - a satisfação do público usuário; e ainda:

5.3.10.1. § 1º Deve ser estabelecido, desde o início da prestação dos serviços, mecanismo de controle da utilização dos materiais empregados nos contratos, para efeito de acompanhamento da execução do objeto bem como para subsidiar a estimativa para as futuras contratações.

5.3.10.2. § 2º A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da contratada que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido no contrato, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como marca, qualidade e forma de uso.

5.3.11. É necessário observar o procedimento para recebimento provisório e definitivo dos serviços conforme a medição que podem proceder da seguinte forma:

5.3.12. O recebimento provisório e definitivo dos serviços deve ser realizado em consonância com as regras definidas no Termo de Referência, para que o mesmo subsidie o ato convocatório.

5.3.13. Cumpre ainda dispor que, nos termos do art. 50 da IN-05/20217, exceto nos casos previstos em lei, ao realizar o recebimento dos serviços, o órgão ou entidade deve observar o princípio da segregação das funções e orientar-se pelas seguintes diretrizes: I - o recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico, fiscal administrativo, fiscal setorial ou equipe de fiscalização, nos seguintes termos: a) elaborar relatório circunstanciado, em consonância com as suas atribuições, contendo o registro, a análise e a





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo; e b) quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo; II - o recebimento definitivo pelo gestor do contrato, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecerá às seguintes diretrizes: a) realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização técnica e administrativa e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à contratada, por escrito, as respectivas correções; b) emitir termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados; e c) comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), observado o Anexo VIII-A ou instrumento substituto, se for o caso

5.3.14. Para efeito de aplicação do IMR o Termo de Referência poderá dispor o modelo, observando que por trata-se de modelo, a equipe de fiscalização poderá ajustar os campos de registros para adequar a realidade da rotina da Unidade Socioassistenciais.

**6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

Esta seção apresenta a estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação (Inciso VI do §1º do Art. 18 da Lei 14.133/2021).

6.1. Nos termos do inciso VI, Art. 62 do Decreto Municipal 3335/2023, a estimativa do valor da contratação compreende o custo total de R\$ 184.263,94. Destacamos que este valor é estimado conforme anexo II, contudo compreende o caráter preliminar, fica pendente da formalização do Departamento Central de Compras que fundamentará os autos para sanear uma cesta de preços homogênea, e só então, será estabelecido o valor máximo estimado no Termo de Referência, conforme Art. 119 do Decreto Municipal nº 3.335, de 29 de dezembro de 2023.

6.2. A metodologia utilizada para verificar a necessidade das contratações é baseada nos exercícios anteriores, e pondera quanto as condições estabelecidas no NOBRHSUAS conforme disposto na tabela do Anexo II. O que implica que apesar de o histórico indicar a demanda abaixo que é requerido nas quantidades estimadas, em razão das eventualidades específicas decorrentes das orientações técnicas na NOBRHSUAS, justifica-se a manutenção dos numerários estimados.

**7. RESULTADOS PRETENDIDOS**

Esta seção apresenta o demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis (Inciso IX do §1º do Art. 18 da Lei 14.133/2021).

7.1. Com a presente contratação objetiva-se alcançar, sob os aspectos da economicidade, eficácia, eficiência e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais, e financeiros disponíveis, inclusive, do ponto de vista da sustentabilidade ambiental, os seguintes benefícios:

- 7.1.1. Garantia da continuidade e da qualidade dos serviços socioassistenciais essenciais;
- 7.1.2. Melhoria da eficiência operacional das unidades da rede socioassistencial;
- 7.1.3. Redução da sobrecarga das equipes efetivas, permitindo maior foco nas atividades finalísticas;
- 7.1.4. Ampliação da capacidade instalada e da cobertura territorial dos serviços;
- 7.1.5. Fortalecimento institucional da SEMAS e de suas unidades, com apoio permanente às rotinas administrativas e operacionais.
- 7.1.6. Promover, através do serviço público socioassistencial, a melhoria da condição dos indivíduos e famílias em estado vulnerabilidade social para proporcionar, o mínimo, de dignidade possível.
- 7.1.7. Responder em conformidade com as políticas públicas socioassistenciais através dos Programas realizados pela SMAS.

**8. Providências da Administração**



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

Esta seção apresenta as providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual (Inciso X do §1º do Art. 18 da Lei 14.133/2021).

**8.1. Providências pré-contratuais:**

8.1.1. Esta seção observa a necessidade de verificar quais providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato. Nos termos do inciso XI, do Art. 62 do Decreto Municipal nº 3335/2023, busca apresentar, dentro do que for aplicável, critérios relativos às adaptações no ambiente do órgão ou da entidade, necessidade de obtenção de licenças, outorgas ou autorizações, capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual.

8.1.2. Neste aspecto, conforme o § 2º e o inciso III do Art. 51 do Decreto Municipal nº 3335/23, procede-se pela elaboração do Mapa de Riscos o qual é apresentado no Anexo IV deste ETP, o qual é confeccionado dentro do quadro geral do contexto da SEMAS, pontuando situações que sejam aplicáveis ao seu âmbito de atuação;

8.1.3. Nos termos do artigo 70 do Decreto Municipal 3335/2023, considerando que o Mapa de Riscos é o documento que materializa a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual e propõe controles capazes de mitigar as possibilidades ou os efeitos da sua ocorrência.

8.1.4. O Mapa de Riscos constante do Anexo III deste ETP e poderá ser atualizado, caso sejam identificados e propostos, respectivamente, novos riscos e controles considerados relevantes (§ 1º do artigo 70 do Decreto Municipal 3335/2023).

**8.2. Aplicação da Matriz de Risco:** Considerando o inciso XXVII e alíneas do Art. 6º da Lei 14.133/2021, ponderamos neste ETP indicações para que o Termo de Referência enquadre a matriz de riscos. Para efeito de sua utilização, indicamos que em relação ao presente objeto deverão ser reproduzidos cláusulas contratuais com as respectivas definições de riscos e de responsabilidades entre as partes. Estes dispositivos reproduzidos em termos contratuais, poderão ser inseridos nas seções das “obrigações entre contratante e contratada”, e serão base para caracterizar o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, e poderão ser avaliados em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação. Para efeito de aplicação são indicadas, no mínimo, as seguintes informações:

8.2.1. Compete à SEMAS: verificar a possibilidade de apresentar para os fiscais Checklist/Lista de Conferência constando os respectivos descritivos dos cargos disposto na Lei 2.157/2021. Modelo para atender a esta sugestão encontra-se no Anexo II e observa a necessidade de atendimento à exigência de caráter legal;

8.2.1.1. Para os fins deste ETP, considera-se Checklist: ferramenta de conferência que dispõe um questionário enumerado com itens preestabelecidos necessários para verificar a execução de atividades. Esta lista de conferência, dispõe parâmetros para aferir o que deve ser feito e conferir se o nível de serviço aplicável satisfaz as exigências do objeto.

8.2.2. Compete ao Fornecedor/Prestador de Serviços: Arcar com possíveis danos à terceiros e à Administração Pública que sejam decorrentes da execução dos serviços operados pelos empregados sob sua gestão. Ressalta-se que a apuração de quaisquer ocorrências passíveis de sanções devem ser aplicadas mediante a devida instrução prossecutiva que para esse fim demande pela instauração de Processo Administrativo com o relatório circunstanciado pelo(s) fiscal(is), prossiga com a manifestação do gestor do contrato, manifestação da autoridade competente da Secretaria, Notificação à Empresa, publicação do ato e abertura de prazo para resposta, manifestação da Assessoria Jurídica da SEMAS e da PGM, e à adoção das medidas cabíveis;

**9. Contratações Correlatas e/ou interdependentes**

Esta seção apresenta as contratações correlatas e/ou interdependentes (Inciso XI do §1º do Art. 18 da Lei 14.133/2021).

9.1. Para o objeto deste ETP não se verifica contratações correlatas e/ou interdependentes, e nos termos do §2º do Art. 18 da Lei 14.133/2021, listamos a seção para fim de registro da justificativa quando ETP não contempla algum de seus elementos.

**10. Sustentabilidade**



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

Esta seção apresenta a descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável (Inciso XII do §1º do Art. 18 da Lei 14.133/2021).

10.1. Os aspectos a respeito da avaliação de impactos socioambientais e medidas de sustentabilidade, são passíveis de observância e orientações relacionadas ao comportamento das pessoas a serem contratadas em decorrência das contratações propostas. Considerando àqueles que sejam afetados pela utilização de recursos que gerem resíduos que demandem o respectivo descarte, deve ser observado para que a CONTRATADA, quanto ao que couber e for aplicável, seja responsável por arcar com treinamento quanto as boas práticas de logística reversa desde a coleta, reciclagem e tratamento de resíduos com vistas a promover a reutilização de determinados materiais. E para efeito de citação de norma legal, informamos a Lei 12.305 de 02/08/2010.

**11. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO**

Esta seção apresenta as justificativas para o parcelamento ou não da contratação (Inciso VII do §1º do Art. 18 da Lei 14.133/2021).

11.1. Em regra, conforme disposições estabelecidas na alínea b, inciso V, do art. 40, e nos termos do art. 47, inciso II, § 1º da Lei n.º 14.133/21, o planejamento da compra deverá atender, entre outros, ao princípio do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala, bem como quanto ao custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens.

11.2. Tipo de Parcelamento Escolhido: O tipo de parcelamento é o formal, única licitação, em que cada parcela do objeto, distribuída nos respectivos itens, compreende adjudicação global. O parcelamento procede dividindo o objeto em itens distintos para adjudicação global, com regime de execução por empreitada por preço unitário, por tratar de contratação para execução de serviço por preço certo de unidades determinadas. Considerando que, dentro de uma mesma licitação, as partes do objeto são tratadas separadamente, mas dentro de um escopo agregado, dado o caráter técnico do objeto. Dado as especificidades do presente objeto a demanda será parcelada, haja visto, ser técnica e economicamente viável, e propicia âmbito de oferta para o melhor aproveitamento do mercado e manutenção da competitividade.

11.3. Justificativa para o Tipo de Parcelamento: O tipo de parcelamento considera a futura e eventual contratação de empresa para a prestação de serviços de natureza contínua com dedicação exclusiva de mão de obra (DEMO), voltados ao apoio administrativo e operacional (atividades-meio), afim de suprir a necessidade de excepcional interesse público identificada no âmbito das unidades socioassistenciais no atendimento aos assistidos e acolhidos pelas atividades, programas e projetos enquadrados nas políticas do SUAS. Com isso, com base na solução proposta, procede para suprir a demanda por meio de uma única licitação em que o objeto é parcelado em itens agregados por adjudicação global, pois observa o caráter técnico e complementar relativo a natureza dos serviços apresentarem grau de integração entre eles, mais diretamente os cargos: Cuidador Institucional e Auxiliar de Cuidador Institucional, e de forma mediata, o Cargo de Orientador Social, cujo grau de integração se dá no atendimento ao tratamento aos assistidos e acolhidos em condição de vulnerabilidade social. Por sua vez, a solução escolhida para aquisição decorrerá através de procedimento licitatório pregão na forma eletrônica, com utilização do procedimento auxiliar de registro de preços. A utilização deste procedimento auxiliar justifica-se dada à conveniência e oportunidade em razão da possibilidade da previsão de execuções/entregas parceladas em conformidade com as necessidades da CONTRATANTE e a respectiva disponibilidade orçamentária. Esta forma de atendimento da necessidade se apresenta conveniente por ser a mais adequada, considerando a demanda dos serviços das Unidades Socioassistenciais que requerem, consequentemente, a disponibilidade de recursos humanos para viabilizar a prestação de serviços para atender a necessidade de caráter temporária de excepcional interesse público, a fim de suprir a carência no atendimento às demandas com ações, serviços e programas vinculados à estrutura da SEMAS durante todo o período de vigência da Ata de registro de Preços, conferindo assim, maior autonomia em caso de alterações quanto às quantidades em razão da natureza eventuais das demandas.

**12. FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

Esta seção apresenta considerações de estratégia de seleção do fornecedor e pondera quanto à



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

metodologia na tomada de decisão no que concerne a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto (Inciso VIII do Art. 18 da Lei 14.133/2021).

**12.1. DETALHAMENTO DA DECISÃO SOBRE O PROCEDIMENTO:**

12.2. **Método de Seleção:** Processo Licitatório, modalidade Pregão na forma eletrônica, com adoção do procedimento auxiliar de sistema de registro de preços, SRP, conforme as diretrizes da Lei 14.133/2021, da Lei Municipal Nº 2.384, de 23/11/2023, do Decreto Municipal Nº 3.335, de 28/12/2023, do Decreto Municipal Nº 3.393 de 08/03/2024.

12.3. **Justificativa para o Método Escolhido:** Nos termos do § 3º, do Art. 1º do Decreto Municipal 3335 de 28/12/2023, e do disposto no inc. VIII do Art. 18 da Lei 14.133/2021, a contratação será por meio de licitação sob a forma Eletrônica na Modalidade Pregão, adotando-se o Critério de Julgamento Menor Preço global, com regime de execução indireta por empreitada unitária, por contratação para execução de serviço por preço certo de unidades determinadas; com Modo de Disputa Aberto, Adjudicação menor global, com utilização do procedimento auxiliar de sistema de registro de preços. A definição desses parâmetros não se dá de forma isolada, mas a partir de análise sistêmica e integrada das características do objeto, da dinâmica operacional da Secretaria Municipal de Assistência Social e das diretrizes normativas aplicáveis. Nesse contexto, destaca-se que a adoção do critério de julgamento por grupo único (adjudicação global) encontra respaldo nos arts. 22, 23 e 24 do Decreto Municipal nº 3.393/2024, os quais autorizam tal sistemática desde que demonstradas, de forma motivada, a inviabilidade técnica e econômica do parcelamento por itens e a vantagem da solução adotada. No caso concreto aplicado ao presente objeto, a contratação envolve prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra (DEMO), cuja execução demanda padronização de rotinas administrativas, integração de processos operacionais e uniformidade na gestão de pessoal. Ademais, a modelagem da contratação considerou aspectos como a necessidade de centralização da responsabilidade contratual, mitigação de riscos trabalhistas e operacionais, além da eficiência na fiscalização e no controle da execução contratual. A pesquisa de mercado e a análise das práticas adotadas dado o histórico de contratações desta Secretaria evidenciam que o modelo global é precisa e devidamente aplicável para serviços dessa natureza, justamente por garantir maior previsibilidade de custos, melhor gestão dos recursos humanos e redução de custos indiretos associados à multiplicidade de contratos. Face ao exposto, a escolha pelo julgamento global não apenas atende aos requisitos legais, mas também se mostra tecnicamente adequada e economicamente vantajosa, promovendo a eficiência administrativa e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública. Confere-se, portanto, que estes parâmetros são observados de forma combinada com vistas a lograr êxito na seleção da proposta apta a gerar o resultado da contratação mais vantajosa para a Administração Pública. Desta forma, em conformidade com as diretrizes da Lei Federal 14.133/21, da Lei Municipal 2.384 de 27/11/23 e dos Decretos supracitados, procedemos à escolha do fornecedor através de pregão na forma eletrônica, considerando diversos condicionantes, tais como: descrição detalhada do objeto de natureza comum cujos padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos em documento de contratação; pesquisa para fixação de preço máximo estimado como teto; requisitos de contratação; modelo de execução do objeto, dentre outros aspectos, e aqueles a serem dispostos em Termo de Referência para posterior divulgação em Edital.

12.3.1. **Da justificativa da adjudicação:** A adjudicação dar-se-á de forma global com regime de execução por empreitada por preço unitário, ou seja, o contrato será celebrado com uma única empresa vencedora do certame, responsável pela execução integral do objeto, compreendendo todos os itens que o compõem. Tal opção decorre da análise técnica da natureza dos serviços, que, embora estruturados em categorias funcionais distintas como Cuidador Institucional, Auxiliar de Cuidador e Orientador Social, apresentam elevado grau de interdependência operacional e complementaridade funcional. A adjudicação global se dá pois observa o caráter técnico e complementar relativo à natureza dos serviços apresentarem a devida relação de integração entre eles, mais diretamente os cargos: Cuidador Institucional e Auxiliar de Cuidador Institucional, e de forma mediata, o Cargo de Orientador Social, cujo grau de integração se dá em atendimento para suprir determinada carência de tratamento aos assistidos e acolhidos em condição de vulnerabilidade social no município.

12.3.2. O objeto apresenta características indivisíveis e complementares dada a natureza estritamente técnica relacionada às demandas vinculadas à estrutura da SEMAS e de caráter da gestão dos recursos humanos cada especificidade atribui caráter de unicidade ao escopo do objeto que, em razão disso, deve





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

ser operacionalizado pelo respectivo ramo de atividade. Neste aspecto, a execução desses serviços no âmbito das unidades socioassistenciais exige coordenação contínua, integração de equipes e uniformidade de diretrizes operacionais, especialmente em ambientes sensíveis como unidades de acolhimento institucional. A fragmentação da contratação por item implicaria a atuação simultânea de múltiplas empresas, o que comprometeria a padronização dos procedimentos, dificultaria a gestão de escalas, aumentaria o risco de descontinuidade dos serviços e elevaria significativamente os custos de fiscalização contratual. Sob o prisma técnico e jurídico, a adoção da empreitada por preço unitário, combinada com a adjudicação global, revela-se solução híbrida e equilibrada, na medida em que concilia a necessidade de gestão integrada do objeto com a exigência de controle individualizado das unidades de execução. Tal arranjo permite à Administração manter a centralização da responsabilidade contratual, ao mesmo tempo em que assegura flexibilidade operacional e rigor na medição dos serviços, mitigando riscos de pagamentos indevidos e facilitando a fiscalização. Além disso, esse regime contribui para a transparência na formação dos preços, uma vez que os custos são discriminados por unidade de serviço (posto de trabalho), em consonância com as planilhas de composição de custos exigidas pela legislação vigente bem como pela Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017. Dessa forma, a escolha do regime de execução por empreitada por preço unitário mostra-se tecnicamente adequada, juridicamente fundamentada e alinhada aos princípios da eficiência, economicidade, controle e interesse público, reforçando a vantagem da solução adotada pela Administração. Ademais, sob o ponto de vista econômico, a adjudicação por item não se mostra vantajosa, uma vez que eliminaria ganhos de escala inerentes à contratação global, tais como a diluição de custos administrativos, a otimização da gestão de pessoal e a redução de encargos indiretos. Importante destacar que, nos termos do art. 23 do Decreto Municipal nº 3.393/2024, a adoção do critério por grupo de itens exige a demonstração de sua vantagem técnica e econômica, o que se verifica no presente caso diante da necessidade de integração sistêmica da prestação dos serviços. A gestão unificada por uma única contratada possibilita maior controle sobre obrigações trabalhistas, maior eficiência na substituição de pessoal, padronização de treinamentos e implementação de rotinas operacionais homogêneas. Além disso, a centralização contratual reduz conflitos de responsabilidade entre prestadores distintos, mitigando riscos de inadimplemento e assegurando maior efetividade na aplicação de sanções, quando necessário. Ressalte-se ainda que a adoção da adjudicação global não afasta a observância de preços unitários máximos, os quais serão devidamente estabelecidos no edital, em conformidade com o art. 24, inciso I, do Decreto Municipal nº 3.393/2024, garantindo, assim, a preservação da economicidade e da transparência do certame. Portanto, a inviabilidade do parcelamento por item decorre não apenas de fatores técnicos relacionados à execução integrada dos serviços, mas também de aspectos econômicos e gerenciais que evidenciam a superioridade do modelo global.

12.3.3. Diante do exposto, conclui-se que a adoção da adjudicação global combinada ao regime de execução no presente certame encontra-se devidamente fundamentada nos aspectos técnicos, operacionais e econômicos que caracterizam a contratação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra. A inviabilidade do parcelamento por item restou demonstrada a partir da análise da interdependência funcional entre os cargos, da necessidade de padronização dos procedimentos operacionais e da complexidade inerente à gestão de múltiplos contratos simultâneos. Por sua vez, a vantagem da solução global evidencia-se na obtenção de ganhos de escala, na racionalização dos custos administrativos, na melhoria da eficiência da fiscalização contratual e na mitigação de riscos trabalhistas e operacionais. Ademais, a solução adotada encontra pleno amparo nos arts. 22, 23 e 24 do Decreto Municipal nº 3.393/2024, bem como nos princípios da eficiência, economicidade e supremacia do interesse público, previstos na Lei nº 14.133/2021. Ressalta-se, ainda, que a definição dos critérios de julgamento e da forma de adjudicação foi realizada de maneira motivada e alinhada às diretrizes normativas aplicáveis, garantindo a transparência e a legalidade do procedimento. Assim, a modelagem proposta mostra-se adequada para assegurar a continuidade, a qualidade e a efetividade dos serviços prestados no âmbito da política de assistência social do Município, atendendo plenamente ao interesse público e às necessidades da Administração.

12.4. **Análise de Conformidade Legal:** A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), nos termos do art. 86 da Lei nº 14.133/2021, revela-se juridicamente adequada e tecnicamente necessária diante das especificidades da contratação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra (DEMO), especialmente no contexto das políticas públicas socioassistenciais executadas no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Ressalta-se que a permanência de profissionais nos postos de trabalhos decorre estritamente da demanda que enseja atendimento continuado com o devido suporte de amparo aos acolhidos e assistidos pelas Unidades Socioassistenciais, especialmente, a Casa



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

de Acolhimento. Significando dispor que, enquanto houver crianças e adolescentes amparados pela tutela das políticas socioassistenciais os serviços não podem ser interrompidos ou sofrerem de vacância sob o risco de ferir a continuidade de atendimento ao interesse público envolvido. Com efeito, impõem-se à esta Secretaria o desafio de se resguardar com os meios necessário e eficazes para não desguarnecer a Casa de Acolhimento de cumprir sua função básica de acolhimento. A natureza dinâmica, variável e imprevisível da demanda por recursos humanos nas unidades de acolhimento institucional, notadamente na Casa de Acolhimento, impõe à Administração a necessidade de dispor de instrumento contratual flexível, capaz de viabilizar a contratação conforme a efetiva necessidade, sem comprometer a continuidade dos serviços essenciais. Nesse sentido, o SRP permite a formalização de uma Ata de Registro de Preços com quantitativos estimados, cuja utilização será condicionada a critérios objetivos de acionamento, definidos a partir de indicadores técnicos e operacionais, tais como: (I) aumento do número de usuários acolhidos; (II) alteração do perfil dos acolhidos, com ingresso de indivíduos que demandem atenção específica (como pessoas com deficiência, com necessidades especiais de saúde, crianças de até 1 ano, idosos com grau de dependência II ou III, entre outros); (III) necessidade de recomposição de equipes em razão de afastamentos legais ou rotatividade; e (IV) adequação às diretrizes da NOB-RH/SUAS quanto à proporção mínima de profissionais por usuário. Ademais, a execução dos serviços será realizada mensalmente, a partir da ordem de início dos serviços emitidas conforme a necessidade concreta da Administração, observando-se rigorosamente os limites quantitativos registrados em Ata, bem como a disponibilidade orçamentária e financeira. O controle da utilização dos quantitativos será por meio da Coordenação da Casa de Acolhimento, da Coordenação do Departamento de Pessoal, da gestão contratual sistematizada, com acompanhamento orientado pelo fiscal do contrato, que deverá validar cada acionamento com base em relatórios técnicos das unidades socioassistenciais, garantindo aderência aos parâmetros normativos e evitando contratações desnecessárias ou desproporcionais. Importante destacar que os quantitativos inicialmente estimados — 16 cuidadores institucionais, 12 auxiliares de cuidador e 20 orientadores sociais — foram definidos com base em diagnóstico técnico da demanda atual, podendo ser ajustados dentro dos limites da Ata conforme a evolução das necessidades, sempre em consonância com os parâmetros da NOB-RH/SUAS, que estabelece, por exemplo, a proporção de 1 cuidador para até 10 usuários, com redução dessa relação em casos de usuários com demandas específicas. Assim, o SRP se apresenta como instrumento que promove eficiência administrativa, economicidade, planejamento racional e capacidade de resposta tempestiva às demandas sociais, ao mesmo tempo em que assegura a observância dos princípios da legalidade, da continuidade do serviço público e da proteção integral aos usuários em situação de vulnerabilidade, sanando, portanto, a ressalva apontada pela Procuradoria quanto à ausência de critérios objetivos de acionamento.

12.5. **Análise de Conformidade Legal:** a fundamentação para conformidade dos aspectos legais observa o Decreto Municipal Nº 3.335 de 28/12/2023 que regulamenta, no âmbito da Administração Pública Municipal de Casimiro de Abreu, a Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e as Leis Municipais nº 2.384, de 27 novembro de 2023, nº 992, de 08 de dezembro de 2005, que estabelecem normas gerais de licitação e contratação, e adota outras providências, bem como as disposições do Decreto Municipal Nº 3.393 de 08/03/2024, que regulamenta, no âmbito da Administração Pública Municipal de Casimiro de Abreu, os artigos 82 a 86 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como o que dispõe a Lei Municipal nº 2.384, de 27 de novembro de 2023, o Decreto Municipal nº 3.335, de 29 de dezembro de 2023 e a Lei Municipal nº 992, de 08 de dezembro de 2005, para dispor sobre o sistema de registro de preços - SRP para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, e adota outras providências.

### **13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO**

Esta seção apresenta o posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina (Inciso XIII do §1º do Art. 18 da Lei 14.133/2021).

13.1. Dados os parâmetros e condições preliminares aferidos, foi possível evidenciar o problema que decorre da necessidade de temporária de interesse público para suprir a carência no atendimento de demandas com as ações, serviços e programas vinculados à estrutura da SEMAS que atua no amparo aos assistidos pelas atividades, programas e projetos enquadrados nas políticas do SUAS | SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE. A solução, por conseguinte, se volta à necessidade de responder à demanda através de recursos humanos necessários à viabilização da prestação de serviços de natureza contínua, destinados a atender necessidade temporária de interesse público, no âmbito das Unidades Socioassistenciais vinculadas à SEMAS. A solução delineada neste Estudo Técnico Preliminar, portanto, consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços terceirizados, de natureza contínua,





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

com dedicação exclusiva de mão de obra (DEMO), voltados ao apoio administrativo e operacional (atividades-meio), a fim de suprir a necessidade temporária de interesse público identificada no âmbito das Unidades Socioassistenciais vinculadas à SEMAS | Secretaria Municipal de Assistência Social de Casimiro de Abreu. Trata-se de solução integrada que visa assegurar a continuidade, regularidade e eficiência dos serviços socioassistenciais prestados à população em situação de vulnerabilidade e risco social, em consonância com as diretrizes do SUAS e com a legislação municipal específica aplicável.

13.2. A contratação deverá ser processada pelo procedimento licitatório, modalidade pregão na forma eletrônica com a utilização do procedimento auxiliar de sistema de registro de preços. Os estudos foram capazes de evidenciar a solução de prover condições de recursos humanos para atender aos acolhidos e assistidos no âmbito dos programas socioassistenciais e converter a demanda na forma do objeto compreendido nos itens, os quais são comuns no mercado e encontram-se objetivamente definidos no subitem 4.5 e no Anexo II com especificações usuais de mercado.

13.3. Diante de toda a análise desenvolvida, especialmente, com a utilização da matriz de decisão, apura-se, de forma comparativa, desde o custo total, a forma de adequação às necessidades, dentre os demais parâmetros, os quais no conjunto orientam no processo de escolha com a solução mais adequada considerando a natureza do objeto, e conclui pela mais viável em termos de disponibilidade de mercado, consoante o artigo 111, do Decreto Municipal Nº 3335/2023, não sendo possível observar óbices ao prosseguimento da presente contratação.

13.4. Observamos que a contratação da execução dos serviços objeto do presente planejamento não se enquadra nos pressupostos para a decretação de sigilo, nos termos da Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011.

13.5. Com base nas soluções analisadas conclui-se pela viabilidade da contratação proposta, a qual se apresenta adequada para atender ao requerido no DFD. Por sua vez, esta análise pondera a caracterização de dois aspectos elencados no inciso XX do artigo 6º da Lei Nº 14.133 de 01/04/2021, a saber: a relevância e a viabilidade. A relevância aferida na caracterização do interesse público envolvido, expressa no enquadramento legal na sessão 1 (um) deste ETP, e ainda contextualiza o objeto dentro da complexidade do contexto socioassistencial. E quanto à caracterização da viabilidade da contratação, a mesma é verificada nos aspectos mercadológicos que devem atender às especificações técnicas, bem como os respectivos preços estimados dentro de parâmetros para estabelecer a respectiva exequibilidade destes.

**14. REFERÊNCIA LEGAL**

14.1. ABNT NBR ISO 14040/2009, Gestão Ambiental - Avaliação Do Ciclo de Vida - Princípios e Estrutura;

14.2. Brasil. Advocacia-Geral da União (AGU). Consultoria-Geral da União. Cartilha Como Inserir Critérios de Sustentabilidade nas Contratações Públicas. Barth, Maria Leticia B.G (Autora); Contribuições: Brandão, Gabriela; Cabral, Flávio. G.; Carvalho, Flávia G. de; Claire, Celso V.; Fernandes, Viviane V. S.; Passos, Cynthithia R. L; Pereira, Rodrigo M.; Vilac, Teresa. Informação – Brasília: AGU, dezembro, 2002.

14.3. Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. Prestação de serviços de transporte / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. – Brasília: SLTI, 2014. (Caderno de Logística; Contratações públicas sustentáveis).

14.4. Lei Nº 8.742 de 07/12/1993, que dispõe sobre a organização da assistência social.

14.5. Lei Municipal Nº 1.049 de 18/08/2006, que dispõe sobre o FMAS.

14.6. Lei Municipal Nº 1.048 de 18/08/20206 que dispõe sobre o FMDCA.

14.7. Lei Municipal Nº 992 de 08 de dezembro de 2005.

14.8. Lei Municipal Nº 2.157 de 19 de novembro de 2021.

14.9. Lei Nº 14.133/2021. Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

14.10. Decreto Municipal Nº 2.384, de 23 de novembro de 2023, que dispõe sobre a aplicação, no âmbito da Administração Pública Municipal, direta, autárquica e fundacional do Município de Casimiro de Abreu, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação, e adota outras providências.

14.11. Decreto Municipal Nº 3.335, de 28 de dezembro de 2023, que dispõe sobre a Regulamentação,



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 (90003/2026)**

no âmbito da Administração Pública Municipal de Casimiro de Abreu, a Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e as Leis Municipais nº 2.384, de 27 novembro de 2023, nº 992, de 08 de dezembro de 2005, que estabelecem normas gerais de licitação e contratação, e adota outras providências.

14.12. Decreto Municipal Nº 3.393, de 08 de março de 2024, que regulamenta no âmbito da Administração Pública Municipal de Casimiro de Abreu, os artigos 82 a 86 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como o que dispõe a Lei Municipal nº 2.384, de 27 de novembro de 2023, o Decreto Municipal nº 3.335, de 29 de dezembro de 2023 e a Lei Municipal nº 992, de 08 de dezembro de 2005, para dispor sobre o sistema de registro de preços - SRP para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, e adota outras providências.

14.13. Portaria Nº 22 de 17/02/2022 (DOU - Seção 1, Nº 36 de 21/02/2022) da Secretária Nacional de Assistência Social do Ministério da Cidadania que estabelece o rol padronizado de veículos, equipamentos e materiais permanentes que podem ser adquiridos com recursos transferidos pelo Ministério da Cidadania, revoga a Portaria nº 24, de 15 de março de 2021, e dá outras providências.

14.14. Portaria nº 448, de 13/09/2002 (DOU de 17/09/2002) da Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda.

**15. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

15.1. Constituem-se também como parte integrante deste ETP seu(s) anexo(s):

15.1.1. ANEXO I – MATRIZ DE DECISÃO;

15.1.2. ANEXO II - TABELA COM DESCRITIVOS DOS ITENS, QUANTIDADES, PREÇOS, E MEMÓRIA DE CÁLCULO;

15.1.3. ANEXO III - PESQUISA DE PREÇOS DO COMPRAS.GOV;

15.1.4. ANEXO IV - MAPA DE RISCOS DA SEMAS;

15.1.5. ANEXO V - DADOS GERAIS DO MUNICÍPIO DE CASIMIRO DE ABREU E RELATÓRIO DE PROGRAMAS E AÇÕES DO MDS;

Casimiro de Abreu, 21 de janeiro de 2025.

Elaborado por Gilberto da Silva Martins mat. nº 15.709.

À vista das informações contidas nestes autos e com observância às normas vigentes, APROVO o presente Termo de Referência.

**Priscila Vaz de Lima Branco Bonifácio**

Presidente do Fundo Municipal de Assistência Social

Port.: 0972/2024